

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Camila Teixeira Kurtz**

**ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS:  
UM ESTUDO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO RIO GRANDE  
DO SUL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO**

Santa Maria, RS  
2017

**Camila Teixeira Kurtz**

**ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS:  
UM ESTUDO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO RIO GRANDE  
DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

**Orientador: Prof. Dr. José Alexandre Pigatto**

Santa Maria, RS  
2017

**Camila Teixeira Kurtz**

**ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS:  
UM ESTUDO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO RIO GRANDE  
DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

**Aprovado em 21 de junho de 2017:**

---

**José Alexandre Pigatto, Dr. (USP)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Cristiane Krüger, Ma. (UFSM)**

---

**Fernando do Nascimento Lock, Dr. (UNISC)**

Santa Maria, RS  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, por proporcionarem todas as condições necessárias para a realização desse objetivo, pois sempre acreditaram na minha capacidade, os quais eu devo tudo que conquistei até hoje.

Aos meus amigos e colegas da graduação que sempre estiveram do meu lado, solícitos e acolhedores, durante toda essa trajetória.

Ao professor e orientador Dr. José Alexandre Pigatto, pelos ensinamentos, paciência, e principalmente por confiar no meu trabalho.

Aos demais professores e funcionários do curso de Ciências Contábeis que de uma forma ou de outra colaboraram para a minha formação.

Aos meus colegas de serviço e em especial a empresa onde trabalho, pela compreensão e disponibilidade de tempo para que pudesse concluir este estudo.

A Deus por ter iluminado o meu caminho ao longo desta jornada e não ter me deixado fraquejar frente as adversidades.

E a todos aqueles que fazem parte da minha vida e que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste estudo, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

### **ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS: UM ESTUDO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

AUTORA: Camila Teixeira Kurtz  
ORIENTADOR: José Alexandre Pigatto

Este estudo tem por objetivo analisar a situação financeira dos municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul no período de 2007 a 2012. A análise tem enfoque na utilização de indicadores financeiros e técnicas estatísticas, a fim de verificar o desempenho e as variações em relação à variável populacional e temporal, de uma amostra de 45 municípios do Rio Grande do Sul, com população entre 10.000 e 20.000 habitantes. Na seção de revisão bibliográfica são abordados conhecimentos acerca da arrecadação municipal, das finanças públicas, da análise financeira, contabilidade pública e dos demonstrativos públicos e seus conceitos. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, em publicações sobre a análise de demonstrações por meio de indicadores, e a pesquisa documental nos relatórios publicados pela Secretária do Tesouro Nacional. Os dados foram analisados de forma quantitativa, em relação aos cálculos dos indicadores e aos testes estatísticos aplicados para verificar a normalidade dos dados e as variações significativas. Na apresentação dos resultados estão demonstradas as diferenças existentes entre o desempenho dos municípios em razão dos indicadores de receita, despesa, resultado, endividamento, liquidez e social. Nas considerações finais, o estudo destaca que a maioria dos municípios da amostra apresenta pouca ou nenhuma autonomia financeira, dependendo em grande parte das transferências para arcarem inclusive com os seus gastos de manutenção. A título de endividamento, pode-se afirmar que a maioria dos municípios apresentou resultados satisfatórios, dado a baixa representatividade da dívida fundada e do bom nível de liquidez.

**Palavras-chave:** Finanças públicas. Municípios. Indicadores Financeiros.

## **ABSTRACT**

### **ANALYSIS OF PUBLIC FINANCES: A STUDY TOGETHER WITH THE SMALL MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL**

**AUTHOR:** Camila Teixeira Kurtz  
**ADVISOR:** José Alexandre Pigatto

This study has the objective to analyze the financial situation of the small municipalities of Rio Grande do Sul in the period of 2007 to 2012. The analysis focuses on the use of financial indicators and statistical techniques in order to verify the performance and the variations in relation to the population and temporal variability of the sample of 45 municipalities of Rio Grande do Sul, with population between 10,000 and 20,000 inhabitants. In the section of bibliographical review, knowledge about municipal collection, public finances, financial analysis, public accounting and public statements. The data collection techniques used were the bibliographic research into publications about the analysis of demonstrations through indicators, and documentary research on the reports published by the National Treasury Secretariat. The data were analyzed quantitatively, in relation to the calculations of the indicators and the statistical tests applied to verify the normality of the data and the significant variations. In the presentation of the results, are demonstrated the differences between the performance of municipalities due to the indicators of revenue, expenses, results, indebtedness, liquidity and social. In the final considerations, the study also places great emphasis on the majority of the municipalities of the sample has little or no financial autonomy, depending in great part on the transfers even to handle with their maintenance expenses. As a result of indebtedness, it can be said that most municipalities presented satisfactory results, given the low representativeness of the debt and the good liquidity level.

**keywords:** Public finances. Municipalities. Financial indicators.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Coeficiente do FPM por faixa de habitantes .....	39
Quadro 2 – Distribuição dos municípios nas classes.....	40
Quadro 3 – Indicadores selecionados para a realização do estudo.....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de receita por ano .....	47
Tabela 2 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para indicadores de receita por ano .....	48
Tabela 3 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de receita por classes .....	57
Tabela 4 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para receita por classe.....	58
Tabela 5 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de despesa por ano .....	65
Tabela 6 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para indicadores de despesa por ano .....	66
Tabela 7 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de despesa por classes .....	72
Tabela 8 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para indicadores de despesa por classe .....	73
Tabela 9 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de resultado por anos.....	78
Tabela 10 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para indicadores de resultado por ano .....	79
Tabela 11 – Resultado dos testes de normalidade dos indicadores de resultado por classe.....	89
Tabela 12 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> dos indicadores de resultado por classe...	90
Tabela 13 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de endividamento e liquidez por ano .....	96
Tabela 14 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para indicadores de endividamento e liquidez por ano .....	97
Tabela 15 – Resultados dos testes de normalidade para indicadores de endividamento e liquidez por classe .....	103
Tabela 16 – Resultado do teste de <i>Kruskal-Wallis</i> para indicadores de endividamento e liquidez por classe .....	104



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comportamento dos indicadores de receita ao longo dos anos.....	48
Gráfico 2 – Receita <i>per capita</i> .....	51
Gráfico 3 – Boxplot da participação da receita tributária por ano.....	52
Gráfico 4 – Boxplot da participação da receita de transferência por ano.....	53
Gráfico 5 – Boxplot da participação do FPM por ano.....	54
Gráfico 6 - Boxplot da participação do ICMS por ano.....	55
Gráfico 7 – Boxplot da participação da receita de capital por ano.....	56
Gráfico 8 – Evolução dos indicadores de receita por classes .....	59
Gráfico 9 – Boxplot da participação da receita tributária por classe.....	60
Gráfico 10 – Boxplot da participação da receita de transferência por classe .....	61
Gráfico 11 – Boxplot da participação das receitas do FPM .....	62
Gráfico 12 – Boxplot da participação do ICMS por classes.....	63
Gráfico 13 – Boxplot da participação das receitas de capital.....	64
Gráfico 14 – Evolução dos indicadores de despesa por classes .....	67
Gráfico 15 – Boxplot da participação da despesa com pessoal por ano.....	68
Gráfico 16 – Boxplot da participação das despesas de custeio por ano .....	69
Gráfico 17 – Boxplot do investimento por anos.....	70
Gráfico 18 – Bloxplot do dispêndio com a dívida fundada por anos .....	71
Gráfico 19 – Evolução dos indicadores de despesa por classes .....	73
Gráfico 20 – Boxplot da participação das despesas de custeio por classe .....	74
Gráfico 21 – Boxplot do financiamento das despesas de custeio por classe.....	75
Gráfico 22 – Boxplot da despesa com pessoal por classe .....	76
Gráfico 23 – Boxplot dos investimentos por classe .....	76
Gráfico 24 – Evolução dos indicadores de resultado por ano .....	79
Gráfico 25 – Boxplot da utilização da receita corrente ao longo dos seis anos .....	82
Gráfico 26 – Boxplot da utilização da receita de capital ao longo dos seis anos .....	83
Gráfico 27 – Boxplot do financiamento de capital ao longo dos seis anos .....	84
Gráfico 28 – Boxplot da capacidade de geração própria de poupança ao longo dos anos.....	86
Gráfico 29 – Boxplot da utilização da cobertura própria ao longo dos anos .....	87
Gráfico 30 – Boxplot da cobertura total ao longo dos anos .....	88
Gráfico 31 – Evolução dos indicadores de resultado por classes .....	90
Gráfico 32 – Boxplot da utilização das receitas correntes por classes .....	91
Gráfico 33 – Boxplot da utilização das receitas de capital por classe .....	92
Gráfico 34 – Boxplot do financiamento de capital por classes .....	93
Gráfico 35 – Boxplot da capacidade de geração própria de poupança .....	94
Gráfico 36 – Boxplot da cobertura própria nas classes .....	94
Gráfico 37 – Boxplot da cobertura total por classe .....	95
Gráfico 38 – Evolução dos indicadores de endividamento e liquidez por ano .....	98
Gráfico 39 – Boxplot da participação da dívida fundada ao longo dos anos .....	99
Gráfico 40 – Boxplot da participação do Passivo Financeiro a descoberto nas receitas ao longo dos anos classe.....	101
Gráfico 41 – Boxplot do comprometimento patrimonial ao longo dos anos.....	102
Gráfico 42 – Evolução do endividamento e liquidez por classe.....	105
Gráfico 43 – Boxplot da participação da dívida fundada por classe .....	106
Gráfico 44 – Boxplot da participação do passivo financeiro descoberto na margem de poupança por classe .....	107
Gráfico 45 – Boxplot do comprometimento patrimonial por classe .....	108

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>14</b>
2.1	O FEDERALISMO BRASILEIRO E OS MUNICÍPIOS .....	14
2.2	FINANÇAS PÚBLICAS .....	16
2.3	ANÁLISE FINANCEIRA GOVERNAMENTAL .....	19
2.4	A CONTABILIDADE PÚBLICA .....	21
<b>2.4.1</b>	<b>Receita pública</b> .....	<b>22</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Despesa pública</b> .....	<b>24</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Estrutura dos sistemas de contas públicas</b> .....	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS</b> .....	<b>27</b>
3.1	ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO .....	27
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS .....	28
<b>3.2.1</b>	<b>Fonte dos dados</b> .....	<b>28</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Construção de indicadores financeiros</b> .....	<b>30</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Análise estatística</b> .....	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>36</b>
4.1	ANÁLISE DA RECEITA AO LONGO DOS ANOS .....	36
<b>4.1.1</b>	<b>Análise da normalidade da receita ao longo dos anos</b> .....	<b>36</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Análise das variações dos indicadores de receita ao longo dos anos</b> .....	<b>37</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Análise de desempenho dos indicadores ao longo dos anos</b> .....	<b>39</b>
4.2	ANÁLISE DA RECEITA NAS CLASSES .....	47
<b>4.2.1</b>	<b>Análise da normalidade dos indicadores de receita por classe</b> .....	<b>47</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Análise das variações dos indicadores de receita por classe</b> .....	<b>48</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Análise de desempenho dos indicadores de receita por classe</b> .....	<b>50</b>
4.3	ANÁLISE DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS .....	55
<b>4.3.1</b>	<b>Análise da normalidade dos indicadores de despesa por ano</b> .....	<b>55</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Análise das variações dos indicadores por ano</b> .....	<b>56</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Análise do desempenho dos indicadores por ano</b> .....	<b>57</b>
4.4	ANÁLISE DA DESPESA NAS CLASSES .....	61
<b>4.4.1</b>	<b>Análise da normalidade dos indicadores de despesa entre as classes</b> .....	<b>62</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Análise das variações dos indicadores de despesa por classe</b> .....	<b>62</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Análise de desempenho dos indicadores de despesa por classe</b> .....	<b>64</b>
4.5	ANÁLISE DO RESULTADO AO LONGO DOS ANOS .....	67
<b>4.5.1</b>	<b>Análise da normalidade dos indicadores de resultado ao longo dos anos</b> .....	<b>67</b>
<b>4.5.2</b>	<b>Análise das variações dos indicadores de resultado ao longo dos anos</b> .....	<b>68</b>
<b>4.5.2</b>	<b>Análise do desempenho dos indicadores de resultado ao longo dos anos</b> .....	<b>70</b>
4.6	ANÁLISE DO RESULTADO NAS CLASSES .....	78
<b>4.6.1</b>	<b>Análise da normalidade dos indicadores de resultado por classe</b> .....	<b>79</b>
<b>4.6.2</b>	<b>Análise das variações dos indicadores de resultado por classe</b> .....	<b>79</b>
<b>4.6.2</b>	<b>Análise de desempenho dos indicadores de resultado por classe</b> .....	<b>81</b>
4.7	ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E LIQUIDEZ AO LONGO DOS ANOS ....	85
<b>4.7.1</b>	<b>Análise da normalidade do endividamento e liquidez por ano</b> .....	<b>86</b>
<b>4.7.2</b>	<b>Análise das variações de endividamento e liquidez por ano</b> .....	<b>87</b>
<b>4.7.3</b>	<b>Análise do desempenho de endividamento e liquidez por ano</b> .....	<b>88</b>
4.8	ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E LIQUIDEZ NAS CLASSES .....	93
<b>4.8.1</b>	<b>Análise da normalidade do endividamento e liquidez entre as classes</b> .....	<b>93</b>
<b>4.8.2</b>	<b>Análise das variações de endividamento e liquidez por classe</b> .....	<b>94</b>
<b>4.8.3</b>	<b>Análise de desempenho do endividamento e liquidez por classe</b> .....	<b>95</b>

<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>99</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE A – RESULTADOS DO IDESE DE 2007 A 2012.....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações financeiras não é realizada apenas por meio do cálculo de índices, mas sim, se traduz em uma atividade muito mais complexa, de interpretação, que extrai dos números, valiosas informações, tanto em relação ao negócio quanto ao mercado onde está inserido. A mesma auxilia significativamente na gestão, conduzindo o gestor a tomar decisões mais assertivas, que influenciam diretamente na continuidade das entidades públicas e privadas.

Segundo Lunelli (2009), a análise das demonstrações busca oferecer um diagnóstico sobre a real situação econômico-financeira da organização, utilizando relatórios gerados pela Contabilidade e outras informações necessárias à análise.

Esta ferramenta é frequentemente utilizada para a área privada, porém, a importância da análise financeira não se resume a apenas empresas particulares, mas também é fundamental para as entidades públicas, pois por meio da análise financeira dos demonstrativos pode-se chegar a conclusões sobre a origem e aplicação dos fundos, sua aderência à legislação e sobre a execução de políticas públicas.

Kohama (2016) afirma que na atualidade já há uma maior aceitação na área pública da análise de balanços, principalmente para verificar aumentos, diminuições e anormalidades nas variações patrimoniais ano a ano. O autor destaca ainda, que uma análise criteriosa e bem-feita dos balanços e demonstrativos das entidades públicas, quando embasada em relatórios confiáveis, permite ao administrador público a tomada de decisão que tenderá ao real cumprimento dos princípios da Administração Pública.

O Estado tem como finalidade principal alcançar o bem comum, por meio do atendimento das necessidades básicas da população, como educação e saúde. Contudo, para isso é necessário que o mesmo realize gastos financiados por receitas públicas, cuja principal fonte é a tributação, que pesa diretamente no bolso do cidadão.

Assim, dada a finalidade dos investimentos e tratando-se de um montante relevante de recursos sob a discricionariedade dos governantes, é de grande importância ter conhecimento acerca das finanças públicas, pois as pessoas são as principais beneficiadas com o bom andamento financeiro do governo, ao mesmo tempo em que são as principais prejudicadas em caso contrário.

Atualmente, a crise fiscal, política e ética criou uma reação em cadeia na gestão financeira da União, Estados e Municípios. A arrecadação de impostos em todos os níveis do governo vem diminuindo, enquanto o nível de desemprego vem aumentando, assim como os

índices de violência, superlotação de hospitais, etc. Sem recursos para financiar as necessidades mais básicas da população e as suas despesas obrigatórias, os governos se veem obrigados a gastar mais do que arrecadam. Deste modo, as contas públicas apresentam-se cada vez mais desequilibradas.

Os municípios, por sua vez, sofrem sérios impactos devido à importância dos repasses intergovernamentais no cumprimento de suas obrigações. Além de serem responsáveis pelo atendimento das necessidades locais, como saúde e educação básica, os municípios exercem influência direta e imediata quanto ao crescimento e desenvolvimento da cidade, através da participação como demandante de serviços e bens, e como negociador de investimentos empresariais. Em suma é o ente público mais próximo da população e conseqüentemente dos problemas.

Para as cidades com baixa atividade econômica, que não conseguem gerar renda própria suficiente, os repasses dos outros entes são fundamentais para sua estabilidade econômica. No entanto, os repasses vêm diminuindo cada vez mais, pois quanto menos os governos federal e estadual arrecadam, menos recebem as prefeituras.

Sem dinheiro em caixa, os municípios não tem recursos para o pagamento dos funcionários, fornecedores, benefícios sociais, obras de infraestrutura, nem se quer para serviços públicos essenciais como saúde, educação do ensino fundamental e infantil, segurança e limpeza urbana. O colapso não se resume a apenas números, mas se materializa no atendimento precário as necessidades básicas da população.

Nos municípios gaúchos a situação é ainda mais crítica, frente ao grave desequilíbrio fiscal enfrentado pelo estado, que vêm parcelando o salário de servidores, atrasando a parcela mensal da dívida com a União e também postergando o pagamento de verbas às prefeituras. Em 2015, cerca de 77% das prefeituras do Rio Grande do Sul enfrentavam situação classificada como difícil ou crítica segundo o índice de gestão fiscal da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) (2016).

Dado a importância da análise das finanças públicas, da atual situação crítica do país, que afeta diretamente a população de forma negativa, tem-se o seguinte questionamento: qual a situação das finanças dos municípios da região central do Rio Grande do Sul?

Este estudo procura analisar as finanças dos municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul, com auxílio de um conjunto de indicadores e técnicas estatísticas, a fim de demonstrar a situação financeira desses municípios no período de 2007 a 2012.

Especificamente busca-se analisar o desempenho dos municípios quanto aos indicadores financeiros, bem como apurar as principais diferenças e variações destes indicadores quanto ao viés temporal e populacional.

Este estudo se justifica pelo seu cunho social, pois a disseminação do conhecimento a respeito das finanças públicas auxilia num melhor controle da sociedade sobre os Governos, considerando que os demonstrativos por si demandam alguma erudição contábil para sua análise.

O mesmo está estruturado em quatro seções. Após a introdução, ora apresentada, aborda-se o referencial teórico, em que estão expostas as teorias e fundamentos que deram suporte teórico. Em seguida, encontra-se a metodologia, no qual estão apresentadas as técnicas de pesquisa utilizadas para realização do estudo. Na sequência, apresenta-se a seção dos resultados e discussões obtidos. E por último, as considerações acerca da situação financeira dos municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seção de revisão bibliográfica apresenta a fundamentação teórica em torno da temática na qual se centra a pesquisa. Neste estudo em específico são levantados conhecimentos acerca dos municípios, das finanças públicas, da análise financeira, contabilidade pública, dos demonstrativos públicos e dos principais conceitos envolvidos.

### 2.1 O FEDERALISMO BRASILEIRO E OS MUNICÍPIOS

O Estado, segundo Pestana (2014), é quem regula as relações sociais e econômicas dos integrantes de um determinado território. Para Paludo (2015) “Estado é a organização político-jurídica de uma nação para a promoção do bem-estar de todos”.

O Estado é constituído de seus elementos originários e indissociáveis, sendo eles: Povo, Território e Governo Soberano. O Povo é o componente humano do Estado, enquanto o Território representa o espaço físico e o Governo Soberano, por sua vez, diz respeito ao poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo (MEIRELLES et al., 2013).

A Forma de Estado designa como o poder será dividido em um determinado território. A mesma varia de acordo com cada país, podendo ser unitária, ou também conhecida como central, quando há apenas um centro de poder, como é o caso do Uruguai, ou ainda composta, quando há mais de um centro de poder, que se dividem em uniões, confederações ou federações (PESTANA, 2014).

Atualmente, o Brasil adota o regime federativo, sendo formado pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal, sendo estas entidades estatais autônomas política, administrativa e financeiramente, conforme assegura a Constituição Federal de 1988.

Diferentemente de outros países federalistas, como Estados Unidos e Suíça, o Brasil, segundo Pestana (2014), considera os municípios como elementos indissociáveis da Federação brasileira, e não como mera divisão política e administrativa do Estado-membro.

Os municípios brasileiros possuem, inclusive, o poder de editar sua própria Lei Orgânica, onde determinam a composição da Câmara de Vereadores, as remunerações do executivo e legislativo municipais, a organização e o planejamento municipal, a administração tributária e financeira do município, e a adoção de políticas para o desenvolvimento municipal nos diversos setores (ZMITROWICZ et al., 2013).

A respeito da Lei Orgânica Municipal, Paludo (2015) complementa afirmando que por mais que caiba aos municípios se organizarem através dela, tal lei deve obedecer e respeitar à Constituição Federal e à Constituição Estadual, assim como não tratar de matérias cujas competências sejam exclusivas da União ou dos Estados.

Os municípios por possuírem apenas dois poderes, o Executivo e o Legislativo, sem um órgão representativo do Poder Judiciário de nível municipal, precisam recorrer aos estados para que as suas determinações sejam cumpridas. Apesar disso, tanto a Prefeitura como a Câmara, exercem suas atribuições com independência entre si e em relação aos poderes e órgãos da União e dos estados (ZMITROWICZ et al., 2013).

Em suma, o município na administração pública brasileira corresponde ao poder local e, a partir da Carta Magna de 1988, tornou-se uma unidade política autônoma e responsável pela gestão dos serviços públicos no seu território.

Foi com a Constituição de 1988 que os municípios tiveram maior incremento de arrecadação de recursos, a partir da distribuição das receitas tributárias da União entre os três entes federativos, que prevê quais impostos a União, Estados e municípios podem cobrar e quais despesas têm de pagar. Com esse acréscimo nas fontes de receita dos municípios, os mesmos passaram a ter também maior autonomia financeira, no entanto, com isso lhe foram atribuídas novas responsabilidades, muitas dessas sem indicação da fonte de recursos, tornando muitos sobrecarregados e incapazes de se manterem sozinhos.

Conforme consta no artigo 30 da Constituição Federal, além das competências comuns junto a União e aos estados, cabe aos municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.



Para arcar com estas atividades os municípios possuem apenas três fontes de receita: a arrecadação própria, a partir do Imposto Territorial, Imposto sobre Serviços e outras taxas; uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) arrecadado pelo estado; e as transferências de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Para as cidades pequenas e as com baixa atividade econômica, que não conseguem gerar renda própria suficiente, os repasses dos outros entes se tornam fundamentais para sua estabilidade econômica. Segundo Bremaeker (2011), cerca de 80% dos municípios brasileiros possuíam o FPM como principal fonte de recursos em 2011.

O FPM, segundo a Lei n. 5172 de 1966, é uma transferência constitucional composto pela arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), cujo objetivo é equalizar a renda dos mesmos. A distribuição desse fundo se dá de acordo com o número de habitantes dos municípios, do seu total 10% são distribuídos para as capitais, 86,4% para municípios do interior e os demais constituem reserva.

A falta de receita própria dos municípios deixa os municípios a mercê dos outros entes, qualquer decisão política os impacta diretamente. Com exemplo, temos a desoneração do IPI e IR como forma de incentivo fiscal, que faz com a União arrecade menos e conseqüentemente os municípios também, já que tais impostos são componentes do FPM. Quanto menor a arrecadação da União e Estados, maior é dificuldade dos municípios em pagarem os servidores e prestarem serviços de qualidade, como saúde, segurança e educação básica.

## 2.2 FINANÇAS PÚBLICAS

O Estado possui como finalidade principal proporcionar o bem-estar geral da população, satisfazendo as necessidades da coletividade, por meio da produção de bens e serviços. Para isso é necessário que haja recursos que financiem a execução destas atividades.

A principal fonte de recursos financeiros do Estado se dá por meio da arrecadação de tributos, pagos pelos contribuintes, em que o governante fica com a responsabilidade de administrar esses valores e aplicá-los no momento da realização de despesas públicas, devolvendo-os a população em forma de serviços, como saúde, educação, segurança, transporte, ou em forma de bens, como a construção de escolas e hospitais públicos. Em suma, para que o Estado cumpra com a sua função com eficiência é necessário que seja realizada a gestão financeira dos recursos.

De acordo com Rezende (2001), a atividade financeira do Estado consiste em obter, criar, gerir e despende o dinheiro indispensável à satisfação de necessidades coletivas que estão sob sua responsabilidade. Segundo Matias-Pereira (2012b), a atividade financeira do Estado, direcionada para a obtenção e emprego dos meios materiais e de serviços a fim de realizar as necessidades da coletividade, trata-se na verdade das finanças públicas.

As Finanças Públicas contemplam toda a atividade financeira do Estado, desde o processo orçamentário até a realização das despesas, controle da dívida pública e diferentes formas de financiamento dos gastos públicos, como tributos, receitas decorrentes do patrimônio do próprio Estado e o crédito público.

Marques (2015, p. 7) complementa a definição deste termo afirmando que “Finanças Públicas compreendem a formulação de teorias, de modelagens e instrumentação técnica que explica, organiza e faz gerir o dinheiro e o patrimônio público, de forma a atender as demandas sociais [...]”.

Assim, têm-se as finanças públicas como ferramenta indispensável para o funcionamento do Estado, pois além de assegurar a manutenção da administração e dos serviços públicos, a mesma influencia na economia do país e auxilia a corrigir seus eventuais desequilíbrios (MATIAS-PEREIRA, 2012b).

Lima (2015) destaca que as finanças públicas podem vir a impactar significativamente na renda disponível das pessoas e das empresas, por meio da tributação, do acesso maior ou menor a bens e serviços, por meio dos gastos públicos, da distribuição da arrecadação e dos gastos entre pessoas, grupos e regiões do país.

Frente a tudo isso, o maior desafio fica a cargo do responsável pelas finanças públicas, que precisa conciliar os interesses da coletividade e apontar os caminhos para a busca dos recursos disponíveis destinados à satisfação dessas demandas. Nessa condição, o governo se vê na condição de obter tais fundos, seja pela tributação, pela emissão de moeda, pelo endividamento público, ou ainda fazendo parcerias com a iniciativa privada (MARQUES, 2015).

A luz da teoria das finanças públicas vale também ressaltar as principais atribuições econômicas que ficam a cargo do Estado, pois com as falhas de mercado, quando o mercado sozinho não consegue se autorregular, o Estado necessita intervir na economia ou nos mercados produtores, fazendo com que tal intervenção seja parte do processo de gestão das finanças públicas estatais.

De acordo com Silva (2012, p. 4):

No Estado moderno, as finanças públicas não são somente um meio de assegurar a cobertura para as despesas do governo, são também, fundamentalmente, um meio de intervir na economia, de exercer pressão sobre a estrutura produtiva e de modificar as regras da distribuição da renda.

As funções econômicas definidas em 1959, pelo grande economista Richard Musgrave, considerado pai das finanças públicas, ainda permanecem em pleno vigor nos dias de hoje. Os objetivos da economia orçamental estabelecido por ele se dividem em três: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora (LIMA, 2015).

A respeito da função alocativa, a mesma busca promover ajustamentos na alocação de recursos. Segundo Marques (2015, p. 10) “[...] entende-se a função alocativa como a seleção de quais bens e serviços (bens públicos), e suas respectivas quantidades e padrões de qualidade serão oferecidos ou disponibilizados para os cidadãos”.

O autor ainda traz exemplos desta função, como a escolha entre construir uma escola ou um hospital, uma vez que ambas necessitam de uma quantia significativa de recursos, os quais viriam mediante cobrança de impostos e são igualmente importantes, neste caso cabe ao governante por meio do poder discricionário decidir para aquela região qual é mais necessária no momento.

Já em relação à função distributiva do Estado, Matias-Pereira (2014) afirma que esta atribuição centra-se na busca pela distribuição de renda mais justa, utilizando para isso alguns instrumentos como as transferências, os impostos e os subsídios.

A utilização de alíquotas progressivas no imposto de renda é um dos principais instrumentos utilizados para alcançar a finalidade da função distributiva, onde quem recebe mais paga mais, sendo estes valores arrecadados e posteriormente aplicados para subsidiar programas populares, relacionados à alimentação e moradia de pessoas carentes.

Marques (2015, p. 12) ainda acrescenta que a função distributiva “Está relacionada com o propósito de se construir uma sociedade mais homogênea, mais equilibrada, no que tange aos estoques de riqueza e distribuição da renda nacional”.

Quanto à função estabilizadora, ela utiliza de planos e políticas econômicas visando um alto nível de emprego, estabilidade dos preços e obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico. Nesta função, a intervenção do governo é importante no sentido de proteger a economia de flutuações bruscas, caracterizadas por alto nível de desemprego e/ou alto nível de inflação. Os principais instrumentos à disposição do governo para a sua

aplicação são as políticas fiscais, que ocorrem via tributação, e a políticas monetárias, que ocorrem via controle da emissão de moeda (MATIAS-PEREIRA, 2014).

Marques (2015) traz um exemplo marcante na história do país da função estabilizadora, que foi a implementação do plano real, responsável por acabar com a hiperinflação do período por meio de instrumentos fiscais e monetários, como a troca da moeda.

### 2.3 ANÁLISE FINANCEIRA GOVERNAMENTAL

A informação financeira na área governamental tem por finalidades subsidiar a avaliação da condição financeira governamental e contribuir para o processo de *accountability*, visto que é dever de todo governo prestar serviços públicos de qualidade, mantendo uma boa situação financeira e prestar contas à população das ações realizadas (LIMA; DINIZ, 2016).

As demonstrações contábeis por sua vez constituem o principal meio de divulgação das informações financeiras do governo, auxiliando na prestação de contas, cumprimento das leis, regras e regulamentos relacionados às finanças públicas, na comparação dos resultados financeiros reais com o orçamento legalmente adotado, na avaliação da situação financeira, dos resultados das operações, da eficiência e da eficácia (GASB, 1987).

Nas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público – IPSAS 1 as demonstrações contábeis podem ser definidas como uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho financeiro de uma entidade, visando proporcionar informações úteis aos usuários da informação contábil no processo de tomada de decisões econômicas sobre alocação de recursos (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2010).

Andrade (2016) destaca que a análise criteriosa dos balanços e demonstrativos das entidades públicas, quando baseada em dados e relatórios confiáveis permitirá ao administrador público a tomada de decisão que tenderá ao real cumprimento dos princípios da Administração Pública. O autor também afirma que a análise de balanços da área pública fornece subsídios para melhor interpretação e absorção das informações que ali são apresentadas.

As informações contidas nos demonstrativos contábeis, produzidas pelos órgãos e entidades públicas constituem a matéria-prima da análise financeira governamental, no entanto vale ressaltar que as mesmas não são capazes de atender todos os requisitos da análise

financeira sozinhas. Uma vez que o objetivo do Estado é o bem comum, é necessária a inclusão de informações de natureza econômica, social política e demográfica para melhor mapeamento da real situação.

Lima e Diniz (2016) corroboram, afirmando que a condição financeira no ambiente de governo é influenciada não só por fatores internos, como também por fatores externos, tais como características socioeconômicas da população, mudança na economia local, regional e nacional e decisões políticas governamentais, em que as mesmas devem ser correlacionadas para se obter um retrato completo do desempenho financeiro da entidade.

O ente público é como uma entidade em constante mutação, que sofre influência de mercados, tendências, política e até especulações diversas. Na verdade, os demonstrativos são uma síntese dos acontecimentos no ambiente interno e externo da entidade em questão (ANDRADE, 2016).

Na análise dos demonstrativos por sua vez, pode se utilizar de inúmeras formas e modelos, dependendo do objetivo a qual a mesma se propõe. Os principais tipos de análises são: Análise Vertical, Análise Horizontal e a Análise através de Indicadores e Índices.

A análise horizontal procura evidenciar a evolução das contas ao longo do período analisado, tomando como base normalmente o mais antigo. Já a análise vertical tem como objetivo demonstrar a representatividade e avaliação da estrutura de um elemento patrimonial em relação a um grupo de contas das demonstrações. Serve para apontar as contas mais relevantes das demonstrações contábeis de forma a permitir um melhor entendimento da estrutura patrimonial e a identificação de variações significativas (LINS; FRANCISCO FILHO, 2012).

A análise de índices por sua vez, é a forma mais criteriosa. A mesma utiliza-se de formulas preestabelecidas que relacionam contas às quais permitem a identificação de tendências e resultados quanto à liquidez, endividamento, comprometimento da receita e entre outros aspectos (ANDRADE, 2016).

No entanto, deve se destacar que para a contabilidade pública não há os chamados índices padrões, como há na contabilidade privada, uma vez que não se tem tanta difusão do conhecimento, padrões ou utilização de indicadores voltados para área governamental, como para a contabilidade privada. Para Andrade (2016), esse é um dos entraves da análise de índices na Administração Pública.

## 2.4 A CONTABILIDADE PÚBLICA

Tendo em vista que a análise da posição financeira e patrimonial do governo procura evidenciar o status financeiro do governo, confrontando ativos, passivos, receitas e despesas. Para realizar este tipo de análise é necessário muito mais do que aplicação de índices e análise de tendências, é indispensável à compreensão das demonstrações contábeis da área pública.

A contabilidade, segundo Lima e Diniz (2016), é um sistema de informação que busca mensurar, avaliar, registrar, controlar e evidenciar informações financeiras relevantes com o intuito de auxiliar no processo decisório.

A Contabilidade Pública, por sua vez, trata-se de um ramo da contabilidade que se propõem a analisar especificamente a gestão patrimonial dos entes públicos a níveis Federal, Estadual e Municipal, baseada diretamente na Lei n. 4320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes públicos.

Segundo o entendimento desta lei, cabe à contabilidade o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

A Contabilidade, dentro da administração pública, constitui-se em uma importante ferramenta de registro e geração de informação aos usuários, evidenciando de onde vêm os recursos e como são aplicados, em suma, a mesma constitui-se como uma das principais fonte de informações acerca das condições financeiras dos entes públicos.

Nela são registradas a previsão das receitas e a fixação das despesas estabelecidas no Orçamento Público, aprovado para o exercício, bem como as receitas e as despesas realizadas, para que se possa fazer a comparação entre a previsão e a realização das mesmas. A Contabilidade Pública não está interessada somente no patrimônio público e suas variações, mas também nos aspectos orçamentários.

Conforme consta na NBC T 16.1 – Conceituação, objeto e campo de aplicação:

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

De acordo com Silva (2012), a contabilidade voltada ao setor público é organizada como um sistema de informação, que visa atender às necessidades dos administradores, às determinações legais que regem a Administração Pública, e ao oferecimento ao cidadão de informes sobre o destino dos recursos dos tributos que lhe foram cobrados.

Lima e Diniz (2016) destacam que a contabilidade governamental para atender seus objetivos possui uma estrutura diferenciada em relação aos demais ramos, desde o registro das receitas e despesas, até a forma como é organizada e apresentada nos demonstrativos.

#### **2.4.1 Receita pública**

Quando se fala em receitas e despesas públicas, é importante destacar que o reconhecimento destas contas na contabilidade pública, difere da área privada. Segundo Piscitelli e Timbó (2015), na contabilidade pública é adotado o regime contábil misto, onde para as receitas segue-se o regime de caixa e para as despesas o de competência.

Enquanto o reconhecimento orçamentário da despesa pública se dá desde o seu primeiro estágio, com o comprometimento do recurso, o da receita só ocorre no segundo estágio, com o efetivo recebimento, o que evidencia o caráter conservador da contabilidade pública.

Tratando especificamente das receitas públicas, tem-se o conceito genérico dado por Kohama (2016, p. 66):

Entende-se, genericamente, por Receita Pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e, também, a variação ativa, proveniente do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, quer seja efetuado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

A receita no setor público possui uma extensa classificação, segundo Slomski (2013), podem ser classificadas como: receita efetiva ou não efetiva; derivada ou originária; orçamentária ou extraorçamentária e entre outras classificações.

As receitas podem ser divididas em receita efetiva ou não efetiva, quando levar em consideração o impacto que estas causam na situação líquida patrimonial. A receita orçamentária efetiva é aquela que no momento do seu reconhecimento já aumenta a situação

liquida patrimonial. Por sua vez a não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial, ou seja, é aquela que constitui fato contábil permutativo (SILVA, 2012).

As receitas quanto à origem se dividem em originária ou derivada. De acordo com Silva (2012) a receita originária é a receita proveniente de bens pertencentes ao patrimônio do Estado, é a receita segundo a qual os recursos ou meios financeiros são obtidos mediante a venda ou locação de bens e serviços. O autor ainda destaca que nesse tipo de receita a arrecadação não depende de prévia autorização legislativa, como por exemplo, o abastecimento de água da cidade ou o fornecimento de energia elétrica.

Já as receitas derivadas, segundo Silva (2012, p. 230), “[...] são receitas proveniente do exercício da competência ou do poder de tributar os rendimentos ou o patrimônio da coletividade”. As receitas derivadas são o oposto das originárias, ou seja, são todas as receitas cuja percepção dependa de disposição legal, como por exemplo, as receitas obtidas via tributação.

Em relação às receitas orçamentárias e as extraorçamentárias, Slomski (2013) resumidamente define a receita orçamentária como aquela prevista na Lei Orçamentaria Anual (LOA). Já a extraorçamentária é todo registro a crédito dos valores referentes às obrigações com terceiros.

Segundo consta na Lei n. 4.320/1964, a receita pode ser classificada em duas categorias econômicas, sendo elas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Conforme o disposto pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) (2014), as receitas correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro, que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações correspondentes às políticas públicas.

No §1º do art. 11 da Lei n. 4.320/1964, são elencados alguns exemplos de receitas, tais como: receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal; da exploração de atividades econômicas de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

As receitas de capital são semelhantes às correntes. Também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Contudo, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido (STN, 2014).



De acordo com o §2º do art. 11 da Lei n. 4.320/1964:

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

### 2.4.2 Despesa pública

Conforme Slomski (2013), a despesa pública é todo o consumo de bens e direitos destinado à satisfação das necessidades da coletividade. Já de acordo com a definição dada por Kohama (2016, p. 7):

Constituem Despesa Pública os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; à satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações etc.

Assim como as receitas, as despesas públicas também apresentam um número significativo de classificações, seguindo diversos critérios, a fim de facilitar a obtenção das informações. Vale destacar, dentre as classificações existentes, a referente à categoria econômica, onde as despesas são divididas em dois subgrupos: despesa de capital e despesa corrente.

Segundo a Lei n. 4.230/1964, são despesas de capital os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital, já as despesas correntes abrangem as despesas de custeio e as transferências correntes. Slomski (2013) afirma que a distinção entre esses dois tipos de despesa centra-se no fato de que as despesas correntes não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e as de capital contribuem.

Kohama (2016) complementa afirmando que, as despesas correntes seriam os gastos de natureza operacional, realizados pelas instituições públicas, para a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos enquanto as despesas de capital seriam os gastos realizados pelas instituições públicas, cujo propósito é o de criar novos bens de capital ou mesmo adquirir bens de capital já em uso.

Outro ponto relevante referente às despesas públicas é o seu reconhecimento, que como já citado anteriormente, segue o regime de competência, não sendo necessário que haja o efetivo desembolso para que se registre na contabilidade. Além disso, a despesa pública

compreende diferentes estágios, segundo Slomski (2013), estes se resumem em quatro, tais quais: fixação, empenho, liquidação e pagamento.

O primeiro estágio apresentado pelo autor é a fixação, esta parte não está descrita na legislação vigente, mas inúmeros doutrinadores da área defendem a consideração desta fase. Slomski (2013) afirma que esta etapa é dada pela aprovação da Lei do Orçamento Anual (LOA) na qual são fixados os créditos orçamentários a serem realizados como despesas orçamentárias em projetos, atividades, ou em operações especiais para o exercício financeiro que se inicia.

As outras três apresentam-se discriminadas na Lei 4.320/1964:

O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar: a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.

### **2.4.3 Estrutura dos sistemas de contas públicas**

A contabilidade pública difere em inúmeros aspectos da contabilidade voltada para a área privada, principalmente em relação aos demonstrativos financeiros. Uma vez que o Estado não visa lucro, mas sim suprir as necessidades da sociedade, muda-se não só o usuário da informação, bem como o que deve ser divulgado e a forma como deve ser exposto.

A contabilidade empresarial, por exemplo, não faz a distinção das contas de natureza financeira das não financeiras em seus relatórios, diferentemente do setor público, onde os recursos financeiros são destacados e considerados de grande importância. Outro exemplo marcante é o tratamento dado os aspectos orçamentários, que constituem um dos objetos da contabilidade pública e não são nem sequer registrados na esfera privada. Diante disso, faz-se necessário um breve entendimento acerca dos demonstrativos dos entes públicos, bem como dos conceitos relacionados a eles.

De acordo com a resolução do CFC n. 1.129, de 21 de novembro de 2008, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 16.2:

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.

Segundo a Secretária do Tesouro Nacional (2014), o sistema de contas da área pública compreende um conjunto de contas que registram as ocorrências de características comuns a determinados atos administrativos. Tal sistema divide-se em outros sistemas, ou também chamados de subsistemas, tais quais: orçamentário, patrimonial e de compensação.

Estes subsistemas, por sua vez, fornecem as informações a serem expostas de forma organizada nos demonstrativos exigidos aos entes públicos. Conforme consta na Lei n. 4.320/1964, as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público compreendem: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público apresenta uma seção voltada especificamente a essas demonstrações, com o objetivo de padronizar a estrutura e as definições dos elementos que as compõem. Os padrões estabelecidos no manual devem ser observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise, a comparação e a consolidação das contas públicas a nível nacional (STN, 2014).

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Nesta seção são abordadas as técnicas, procedimentos e métodos de pesquisa que foram aplicados, com o intuito de alcançar os objetivos propostos.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 139), a pesquisa “[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. A mesma possui uma extensa classificação, podendo ser classificada quanto à finalidade, natureza, objetivos, procedimentos e quanto ao objeto a ser estudado.

A pesquisa quanto aos objetivos é descritiva, pois no desenvolvimento do estudo buscou se analisar e descrever a situação financeira dos municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul, bem como verificar a existência de relações entre as variáveis e fenômenos encontrados a fim de atender ao objetivo proposto.

Para Gil (2012, p. 28) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação ao método de abordagem do problema, o estudo é quantitativo, uma vez que para responder a questão-problema da pesquisa utilizou se de indicadores obtidos a partir dos demonstrativos financeiros dos municípios, ou seja, as informações apresentadas nesses relatórios foram convertidas em números e porcentagens para melhor tratamento e comparação dos dados levantados.

Appolinário (2011) conceitua a pesquisa quantitativa como a modalidade em que as variáveis são mensuradas e expressas numericamente, sendo inclusive os resultados analisados com o uso preponderante de métodos estatísticos.

Já referente à natureza dos dados, o método abordado foi o dedutivo, pois partiu se de teorias e premissas de valor universal para chegar a constatações mais particulares em relação a um conjunto específico de municípios de um estado brasileiro em um determinado período de tempo.

De acordo com Matias-Pereira (2012a), o raciocínio dedutivo tem como objetivo explicar o conteúdo das premissas e utiliza-se do silogismo, que permite, a partir de duas

premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão.

E por último, quanto à técnica a ser utilizada, o estudo classifica-se como documental. A pesquisa é documental, pois os dados foram coletados junto aos sites oficiais do governo federal e estadual. O estudo buscou organizar e analisar as informações divulgadas nesses sites, relacionadas ao tema, concedendo-lhe tratamento as mesmas a fim de obter importantes conclusões, processo esse que levou ao atendimento do objetivo da pesquisa, dando uma nova importância aos dados.

Segundo Wickert (2006) a pesquisa é notável justamente por isso, pois por meio dela podem se organizar informações que se encontravam dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

## 3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Este tópico apresenta a forma de obtenção dos dados, o tratamento estatístico a eles aplicado, e demais procedimentos adotados.

### 3.2.1 Fonte dos dados

Os demonstrativos financeiros foram extraídos do site da Secretária do Tesouro Nacional (STN), que apresenta a composição do ativo, passivo, receitas e despesas anuais dos municípios brasileiros divulgados através do relatório Finbra (Finanças do Brasil).

A análise da situação financeira dos municípios cobriu o período de 2007 a 2012 devido à limitação de disponibilidade dos dados pela STN. Esse período apresentou um agravamento da crise fiscal, que se tornou mais visível com a crise econômica mundial instalada entre 2008 e 2009 e que derrubou o crescimento do produto interno bruto de muitos países, entre eles, o Brasil.

Quanto à seleção da amostra, o Rio Grande do Sul possuía em 2010, 496 municípios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Assim como o Brasil, este estado assemelha-se ao princípio de Pareto, tendo metade da sua população concentrada em apenas 4% dos municípios e a outra metade distribuída em mais de 450 comunas. Dos 496 municípios do estado, cerca de 80% são considerados de pequeno porte, ou seja, com menos de 20 mil habitantes.

Visando a viabilidade do estudo, optou-se por limitar a amostra e selecionar municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes, que se mantém nessa faixa ao longo do período estudado, sem trocar de coeficiente do FPM de um ano para o outro, o que totalizou 45 municípios.

O FPM, como já apresentado no referencial teórico, é uma transferência mensal da União para os Estados e Distrito Federal, prevista na Constituição de Federal de 1988, composto de parte da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, conforme se pode observar no Quadro 8.

Quadro 1 – Coeficiente do FPM por faixa de habitantes

<b>Faixa de habitantes</b>	<b>Coeficiente</b>	<b>Faixa de habitantes</b>	<b>Coeficiente</b>
Até 10.188	0,6	De 61.129 a 71.316	2,4
De 10.189 a 13.584	0,8	De 71.317 a 81.504	2,6
De 13.585 a 16.980	1,0	De 81.505 a 91.692	2,8
De 16.981 a 23.772	1,2	De 91.693 a 10.1880	3,0
De 23.773 a 30.564	1,4	De 101.881 a 115.464	3,2
De 30.565 a 37.356	1,6	De 115.465 a 129.048	3,4
De 37.357 a 44.148	1,8	De 129.049 a 142.632	3,6
De 44.149 a 50.940	2,0	De 142.633 a 156.216	3,8
De 50.941 a 61.128	2,2	Acima de 156.216	4,0

Fonte: (BRASI, 1981)

A partir do critério de distribuição do FPM e dos dados populacionais do censo do IBGE, com intuito de enriquecer a análise, buscou-se segregar a amostra em três classes: classe A, que abrange todos os municípios que mantiveram dentro da faixa de habitantes de 10.189 a 13.584; classe B municípios com população entre 13.585 a 16.980; e a classe C municípios com 16.981 a 20.000 habitantes.

Adotou-se este critério, uma vez que o número de habitantes se relaciona diretamente com a quantidade de serviços públicos que devem ser prestados, como saúde, saneamento e educação, além da importância financeira do FPM para os municípios. No Quadro 9 é apresentada a distribuição dos 45 municípios conforme as três classes estabelecidas.

Quadro 2 – Distribuição dos municípios nas classes

Classes	Critério de distribuição do FPM	Municípios da amostra
Classe A	De 10.189 a 13.584	Três Cachoeiras
		Arvorezinha
		Planalto
		Porto Xavier
		Fontoura Xavier
		Balneário Pinhal
		Seberi
		Palmares do Sul
		Vale do Sol
		Barros Cassal
		Santo Antônio das Missões
		Bom Retiro do Sul
		Jaguari
		Bom Jesus
		Capela de Santana
		Bom Princípio
		Salto do Jacuí
		Nonoai
		Mostardas
		Cruzeiro do Sul
Feliz		
Xangri-lá		
Barra do Ribeiro		
Arroio do Tigre		
Cidreira		
Pinheiro Machado		
Cerro Largo		
Classe B	De 13.585 a 16.980	Arroio dos Ratos
		Santo Augusto
		Crissiumal
		Sobradinho
		Santo Cristo
		Dom Feliciano
		Espumoso
		Sananduva
		Restinga Seca
		Não-Me-Toque
		Getúlio Vargas
Classe C	De 16.981 a 23.772	Giruá
		Horizontina
		Arroio Grande
		Arroio do Meio
		Nova Petrópolis
		São Francisco de Assis
Ibirubá		

Fonte: Autora.

### 3.2.2 Construção de indicadores financeiros

Para atingir o objetivo proposto do estudo, são necessários indicadores que simplificam a compreensão da situação das finanças públicas municipais. Nesse sentido, realizou-se um levantamento bibliográfico relacionado à temática.

Os demonstrativos financeiros dos municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul foram analisados por meio de técnicas de análise horizontal, e da comparação entre os indicadores financeiros, sendo estes processos auxiliados pelo uso de planilhas do Excel e do software estatístico PSPP, software livre, semelhante ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Em relação às técnicas de análise horizontal utilizada, a mesma é de grande valia para a análise financeira, pois constitui instrumento básico, que permite transformar a informação em percentuais ou em números relativos que retratem o que ocorreu em determinado período de tempo na gestão do ente público. Ela permite mensurar a variação de crescimento ou decréscimo do valor dos elementos constantes nos demonstrativos de um ano para outro (PADOVEZE; BENEDICTO, 2013).

O uso dos indicadores, por sua vez, segundo Rezende (2015), permite medir, quantificar, qualificar ou mensurar algum elemento desejado, facilitando a sua compreensão e melhorando a qualidade de pesquisas ou de resultados almejados. O autor ainda ressalta que os indicadores são fundamentais tanto para quem exerce controle como para o tomador de decisões, pois permite estimar cenários futuros, bem como acompanhar e avaliar os resultados de decisões já tomadas.

De acordo com Andrade (2016), esta é a forma mais criteriosa de análise, pois se utiliza de fórmulas preestabelecidas, que relacionam itens ou grupos de itens entre si, permitindo ao analista inferir sobre tendências e checar os resultados apurados com índices padrões de resultados.

Os indicadores utilizados no estudo foram selecionados com base no modelo utilizado por Fonseca (2011) em seu trabalho de conclusão de curso, onde procurou avaliar o desempenho financeiro do município de Ribeirão Preto e microrregião.

Os indicadores elencados por Fonseca (2011), de forma resumida, contemplam os principais aspectos da situação financeira das organizações, permitindo extrair conclusões mais profundas a respeito do andamento das mesmas a cerca do endividamento, liquidez e do resultado.



No Quadro 11 são apresentados os indicadores utilizados no estudo, divididos em quatro dimensões: endividamento e liquidez, estrutura das receitas, estrutura das despesas e resultado.

Quadro 3 – Indicadores selecionados para a realização do estudo

Dimensão	Indicadores	Fórmula
1. Endividamento	a) participação da dívida fundada nas receitas correntes;	Amortização da dívida/Receitas correntes
	b) participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias;	Passivo financeiro - Ativo financeiro/ Receitas correntes
	c) participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança.	Passivo financeiro - Ativo financeiro/ Receita corrente líquida - Despesa corrente líquida
	d) comprometimento patrimonial;	Ativo financeiro/ Passivo financeiro
	e) necessidade de recurso;	Passivo financeiro- Ativo financeiro/ Receita corrente líquida
2. Estrutura das receitas	a) participação da receita tributária;	Receita tributaria/Receita total
	b) participação das receitas de transferências;	Receita transferência/Receita total
	c) participação das receitas de capital;	Receita de capital/Receita total
	d) participação do FPM;	Receitas FPM/ Receita total
	e) participação do ICMS;	Receitas ICMS/ Receita total
	f) receitas per capita.	Receitas próprias + ICMS/ População
3. Estrutura das despesas	a) participação das despesas de custeio;	Despesas de custeio/Receita orçamentária líquida
	b) financiamento das despesas de custeio;	Receitas tributárias/ Despesas de custeio
	c) despesa com pessoal	Despesas com pessoal/ Receita corrente líquida
	d) investimentos	Despesa de capital liquidada/ Receita corrente líquida
4. Resultado	a) utilização das receitas correntes;	Receita corrente líquida - Despesa corrente líquida/ Receita corrente líquida
	b) utilização das receitas de capital;	Receita de capital - Despesa de capital/Receita de capital
	c) financiamento de capital;	Despesa de capital - Receita de capital/ Receita corrente
	d) capacidade de geração própria de poupança;	Receitas tributárias + ICMS - Despesas Correntes/ Receita tributaria + ICMS
	e) cobertura corrente propria	Receitas tributárias/ Despesas correntes
	f) cobertura corrente total.	Receitas tributárias + ICMS/ Despesas Correntes

Fonte: Adaptação de Fonseca (2011).

Os indicadores referentes ao endividamento permitem identificar o comprometimento das receitas com a amortização das dívidas, apura quanto o total de dívidas comprometem as disponibilidades. Dos três indicadores, quanto mais baixos os percentuais, melhor será a situação dos municípios.

Já, os referentes à análise da liquidez, evidenciam a capacidade dos municípios em saldarem os compromissos assumidos, por meio da relação entre passivo financeiro, ativo financeiro e receitas correntes, permitindo também acompanhar a evolução desta ao longo dos anos.

Segundo Kohama (2015), a análise do comprometimento patrimonial é responsável também por evidenciar liquidez. Esse indicador é obtido por meio do quociente entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Quando apresenta valores inferiores a 1 indica insolvência. Quando os valores superam 1, indica folga ou excesso de liquidez.

A estrutura das receitas evidencia a sua composição, além de demonstrar o potencial do governo na obtenção de recursos. Sinaliza também para sua capacidade de fornecimento de serviços à comunidade e identifica as fontes de dinheiro de cada município.

A análise das despesas evidencia a estrutura de alocação dos recursos públicos. Dos indicadores da estrutura de despesas, um dos mais importantes é financiamento das despesas de custeio. Tal indicador aponta a parcela das despesas de custeio financiadas por receitas tributárias próprias, evidenciando se os municípios dependem ou não de repasses de outros entes da Federação para cumprirem suas funções básicas (MATIAS; CAMPELLO, 2000 apud TREVISAN et al., 2008, p. 10).

Por último, têm-se os indicadores de resultado, que segundo Fonseca (2011), possibilitam traçar o perfil de gestão por meio da relação entre vários fatores que impactam a estrutura financeira e patrimonial dos governos. Dentre eles temos a capacidade de geração de poupança, obtido por meio das receitas tributárias e despesas correntes, e o financiamento de capital, calculado através da relação entre a receita de capital, despesa de capital e receita corrente.

### **3.2.3 Análise estatística**

O processo de análise e construção das conclusões foi realizado a partir de modelos e instrumentos estatísticos. Esses modelos são subdivididos em paramétricos e não paramétricos. Os modelos paramétricos possuem pressupostos de normalidade das populações

das variáveis, ou seja, essas populações das variáveis devem possuir uma distribuição normal, também conhecida como distribuição de *Gauss* ou Gasussiana.

Já os modelos não paramétricos, também conhecidos como testes livres de distribuição, não exigem que as amostras possuam populações com qualquer tipo de distribuição particular (TRIOLA, 2008).

Assim, destaca-se que os dados dos municípios gaúchos não apresentam uma distribuição normal, pois foram feitos os testes estatísticos de verificação da normalidade na amostra coletada, e todos os testes indicam que os dados não apresentam distribuições normais. Para tanto, foram efetuados os testes de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk* através do pacote estatístico para as ciências sociais PSPP.

As hipóteses desse teste de normalidade são as seguintes:

H0: As amostras provêm de populações com distribuição normal.

H1: As amostras não provêm de populações com distribuição normal.

Em ambos os testes caso a significância da amostra apresente um resultado abaixo de 0,05, indica que a mesma não possui uma distribuição normal. Como se verá nos resultados, não foi possível afirmar que todos os indicadores provêm de populações com distribuição normal.

Dessa forma, nesse trabalho foi utilizado o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*. Esse teste utiliza postos de dados de três ou mais amostras independentes, visando testar a hipótese nula de que as amostras são provenientes de populações com medianas iguais.

Assim, as hipóteses desse teste são:

H0: As amostras provêm de populações com medianas iguais.

H1: As amostras provêm de populações com medianas que não são todas iguais.

Esse teste, além de não exigir a normalidade das amostras, exige pelo menos três amostras independentes e que cada amostra contenha pelo menos cinco observações (TRIOLA, 2008).

Os testes de *Kruskal-Wallis* também foram executados com a ajuda da ferramenta PSPP, recurso referencial na análise de dados em ciências sociais. Para o presente trabalho, foi utilizada a versão 0.10.4 para Windows.

Por fim, destaca-se que, para facilitar a interpretação e o entendimento dos resultados se utilizou gráficos *boxplot*, que permitem avaliar a distribuição empírica dos dados, estudar a simetria das distribuições e detectar valores discrepantes em relação aos demais, também chamados de *outliers*, os quais são destacados para uma análise mais aprofundada, pois sua presença distorce a maior parte das medidas estatísticas obtidas (BRUNI, 2012).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor entendimento dos resultados, optou-se por segregar a análise em tópicos referente aos estudos dos indicadores de receita, despesa, resultado, endividamento e liquidez, quanto a variável populacional e temporal.

### 4.1 ANÁLISE DA RECEITA AO LONGO DOS ANOS

Procurou-se analisar as receitas por meio da apreciação de cinco indicadores, que de forma sucinta, melhor refletissem a estrutura das mesmas ao longo dos anos, sendo eles: a participação das receitas tributárias, participação das receitas de capital, participação das receitas de transferências de modo geral, e especificamente das transferências via FPM e ICMS.

#### 4.1.1 Análise da normalidade da receita ao longo dos anos

Os principais testes estatísticos têm como suposição a normalidade dos dados. Esta por sua vez, deve ser verificada antes da realização das análises principais, para que se aplique os teste adequados junto à amostra. A análise da normalidade de uma variável quantitativa tem impacto tanto na forma como a mesma deverá ser descrita quanto em testes de hipóteses que se possam realizar.

Os testes foram calculados com auxílio da ferramenta PSPP, que permite não só fazer testes estatísticos, como também reorganizar a informação e apresentá-las em mais de um tipo de gráfico.

A partir do teste de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* verificou-se várias situações em relação aos indicadores de receita, nas quais o nível de significância excede 0,05, levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados.

No entanto, 60% dos dados apresentou nível de significância abaixo de 0,05. Logo, não é possível analisar a massa de dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos, já que os dados em sua maioria não apresentaram os devidos pressupostos.

Na Tabela 1 pode-se verificar os resultados dos testes de normalidade realizado nos indicadores de receita ano a ano.

Tabela 1 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de receita por ano

Indicador	Ano	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Participação das receitas tributárias	2007	,195	45	,000	,711	45	,000
	2008	,231	45	,000	,690	45	,000
	2009	,199	45	,000	,655	45	,000
	2010	,224	45	,000	,571	45	,000
	2011	,249	45	,000	,573	45	,000
	2012	,226	45	,000	,581	45	,000
Participação das receitas de transferências	2007	,132	45	,049	,926	45	,007
	2008	,113	45	,183*	,893	45	,001
	2009	,137	45	,034	,881	45	,000
	2010	,123	45	,087*	,873	45	,000
	2011	,103	45	,200*	,878	45	,000
	2012	,123	45	,082*	,929	45	,009
Participação das receitas de capital	2007	,213	45	,000	,871	45	,000
	2008	,135	45	,039	,949	45	,046
	2009	,185	45	,000	,873	45	,000
	2010	,088	45	,200*	,935	45	,014
	2011	,098	45	,200*	,964	45	,177
	2012	,165	45	,004	,897	45	,001
Participação do FPM	2007	,104	45	,200*	,969	45	,273
	2008	,086	45	,200*	,987	45	,877
	2009	,090	45	,200*	,982	45	,717
	2010	,112	45	,191*	,973	45	,380
	2011	,093	45	,200*	,988	45	,921
	2012	,089	45	,200*	,988	45	,911
Participação do ICMS	2007	,084	45	,200*	,979	45	,594
	2008	,113	45	,186*	,965	45	,197
	2009	,134	45	,041	,949	45	,047
	2010	,099	45	,200*	,965	45	,193
	2011	,097	45	,200*	,973	45	,358
	2012	,124	45	,079*	,973	45	,364

Fonte: Autora.

#### 4.1.2 Análise das variações dos indicadores de receita ao longo dos anos

A partir do teste de *Kruskal-Wallis*, verificou-se que apenas dois indicadores de receita apresentaram variação significativa em relação ao tempo, com significância de 5%, sendo eles a participação das receitas de capital e a participação do FPM. Os demais indicadores apresentaram comportamento similar ao longo dos seis anos, sem grandes alterações comportamentais, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para indicadores de receita por ano

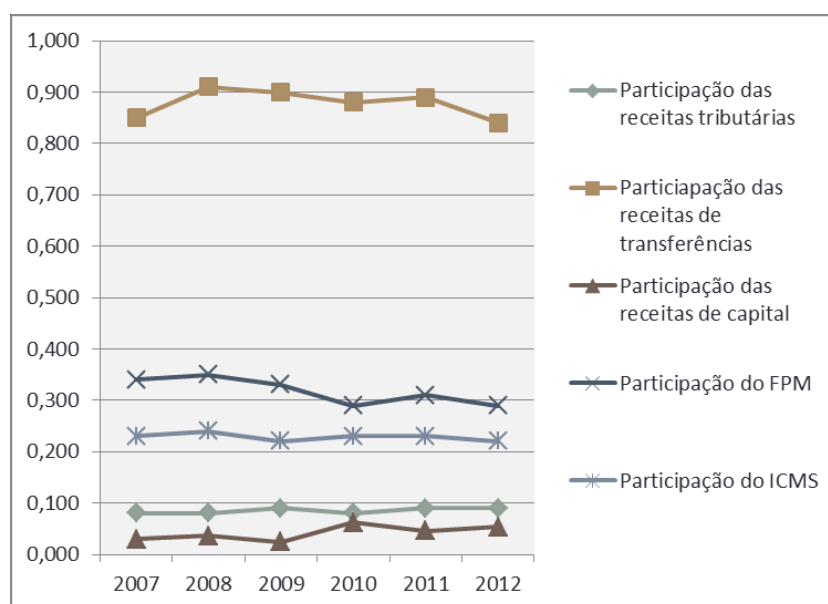
Indicador	Sig.	Conclusão
Participação das receitas tributárias	,975	Manter Ho
Participação das receitas de transferências	,127	Manter Ho
Participação das receitas de capital	,000	Rejeitar Ho
Participação do FPM	,000	Rejeitar Ho
Participação do ICMS	,952	Manter Ho

Fonte: Autora.

Quanto à análise da evolução da mediana, tiram-se as mesmas conclusões. Tanto à participação das receitas tributárias, como do ICMS, continuaram praticamente iguais, no decorrer dos anos, assim como a participação das receitas de transferências, que mesmo englobando o FPM, não sofreu impacto significativo estatisticamente.

Em relação à participação das receitas de capital que a mesma apresentou variação ao longo dos anos, crescendo significativamente de 2009 para 2010, depois decrescendo em 2011, em que aparentemente se estabeleceu, conforme se pode verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comportamento dos indicadores de receita ao longo dos anos



Fonte: Autora

Através do comportamento dos municípios de Não-Me-Toque, Espumoso e Vale do Sol, pode verificar melhor as discrepâncias nos valores ao decorrer dos anos quanto à participação das receitas de capital. Estes três municípios foram os que apresentaram maiores percentuais em relação a este indicador.

Não-Me-Toque em 2009 possuía menos de 2% das suas receitas provenientes de recursos que afetam o patrimônio duradouro, contudo, em 2012 o mesmo apresentou participação de 14%, ou seja, ao longo de três anos, houve um crescimento de 600% deste indicador. Espumoso, por sua vez apresentou crescimento em cinco anos de aproximadamente 400%, passando a representatividade das receitas de capital de 4% para 21%. Já Vale do Sol, de 2009 para 2010 quadruplicou a participação das receitas de capital, no entanto, de 2010 para 2011 sofreu uma diminuição de 33% e em 2012 voltou a crescer novamente.

Referente à participação do FPM, de modo geral, verificou-se que a mesma apresentou diminuição da sua representatividade ao longo dos anos, por meio de um decréscimo gradual, mais acentuado no período de 2009 para 2010. Em 2007, o valor máximo de participação desta transferência era de 57,48%, no entanto em 2012, a maior participação foi de apenas 40,83%, o que caracteriza conseqüentemente uma diminuição nos repasses intragovernamentais.

Arvorezinha, Bom Retiro e Planalto foram os municípios que apresentaram variação mais significativa em relação a esse indicador. Planalto foi o que apresentou maior percentual de participação do FPM, em 2007, este indicador foi superior a 50%, ou seja, mais da metade dos recursos desse município provinham da União, no entanto em 2012 este indicador passou para 24%, menos da metade.

Arvorezinha, em 2007 tinha representatividade do FPM de 49%, já em 2012 a mesma passou para 12,69%, sendo o menor percentual da amostra nos seis anos, tendo um decréscimo de 76%, uma das maiores variações neste indicador. Já Bom Retiro, passou dos cinco maiores percentuais de 2007 para cinco menores em seis anos, tendo variação negativa de 60%.

#### **4.1.3 Análise de desempenho dos indicadores ao longo dos anos**

Ao analisar origem das receitas dos municípios da amostra, pode-se verificar que 98% dos municípios analisados, apresentaram menos de 50% das receitas advindas dos tributos municipais, Xangri-lá foi o que apresentou melhor desempenho.



Em 2012, aproximadamente 51% das receitas deste município eram oriundas da tributação municipal e a média geral dos seis anos foi de 46%, único município da amostra que apresentou mais de 30% das receitas desse tipo.

Mesmo sendo uma cidade com menos de 11.000 habitantes, teve desempenho quase duas vezes maior que os demais. Balneário Pinhal, município com o segundo melhor percentual da amostra, apresentou sua maior participação no ano de 2007, apenas 24%, mesmo ano em que 40,78% dos recursos auferidos por Xangri-lá eram de receitas próprias.

Vale destacar que a localização e os recursos naturais dos municípios influenciam diretamente na atividade econômica, afetando conseqüentemente a base de arrecadação de tributos do município. Xangri-lá, por sua vez, é uma cidade cujas principais atividades econômicas são a construção civil e a promoção turística. Reconhecida por suas belas praias, como a praia de Atlântida, esta cidade acaba sendo frequentada por pessoas de grande poder aquisitivo.

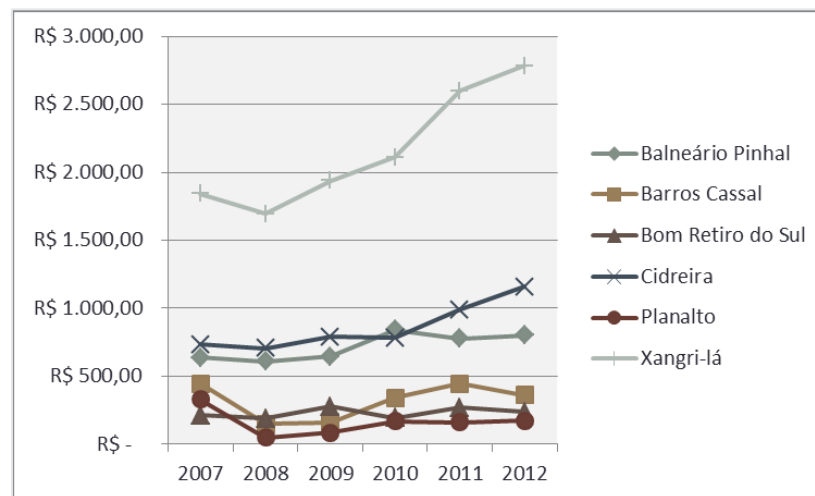
Tal fato corrobora com as conclusões alcançadas por Tristão (2003), que afirmou que municípios com atrativos turísticos, apresentam melhor desempenho tributário, dado a existência, no local, de propriedades privadas altamente valorizadas que constituem uma boa base tributável para arrecadação do IPTU, imposto de competência municipal.

Além disso, tem-se o fato de tributar muitos não residentes, já que grande parte dos imóveis situados nestas localidades turísticas é utilizada apenas em férias e finais de semana, sendo seus proprietários moradores de outros municípios, no qual exercem o seu direito de voto, não podendo mostrar indignação com a carga tributária.

O autor também afirma que estes municípios além de serem bons arrecadadores de IPTU, apresentam boa arrecadação do ISS, pela existência no local de serviços de hotelaria e alimentícios altamente lucrativos.

Já Planalto, Barros Cassal e Bom Retiro do Sul são os municípios com menor participação das receitas tributárias. Em 2007, as receitas tributárias não chegaram a 3% da totalidade das receitas públicas.

A mesma situação é observada quanto ao indicador de participação das receitas tributárias aplica-se a receita própria per capita. Xangri-lá é o único município com a receita por habitante acima de R\$1.000,00 nos seis anos seguidos, chegando a ultrapassar o valor de R\$2.000,00 em 2012. Planalto segue entre os municípios com a receita *per capita* mais baixa. Em 2009 o valor da arrecadação própria por habitante foi de menos de R\$100,00. Assim como Barros Cassal e Bom Retiro, cujos valores não ultrapassaram R\$450,00, conforme é apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Receita *per capita*

Fonte: Autora.

Ao analisar separadamente estes municípios, verificou-se que Barros Cassal é um município predominantemente rural, onde consequentemente a arrecadação do IPTU e ISS tende a ser inferior. Mesmo caso do município de Planalto, cuja base econômica concentra-se, fundamentalmente, na agropecuária e no comércio.

Em suma, os recursos de ambos não são provenientes da tributação, logo os mesmo provém de outra fonte e esta por sua vez constitui-se dos outros entes. Planalto e Barros Cassal apresentaram participação de receitas de transferências acima de 80%, sendo municípios menos independentes financeiramente e consequentemente mais sensíveis a políticas governamentais adotadas e com forte tendência à geração de déficits fiscais.

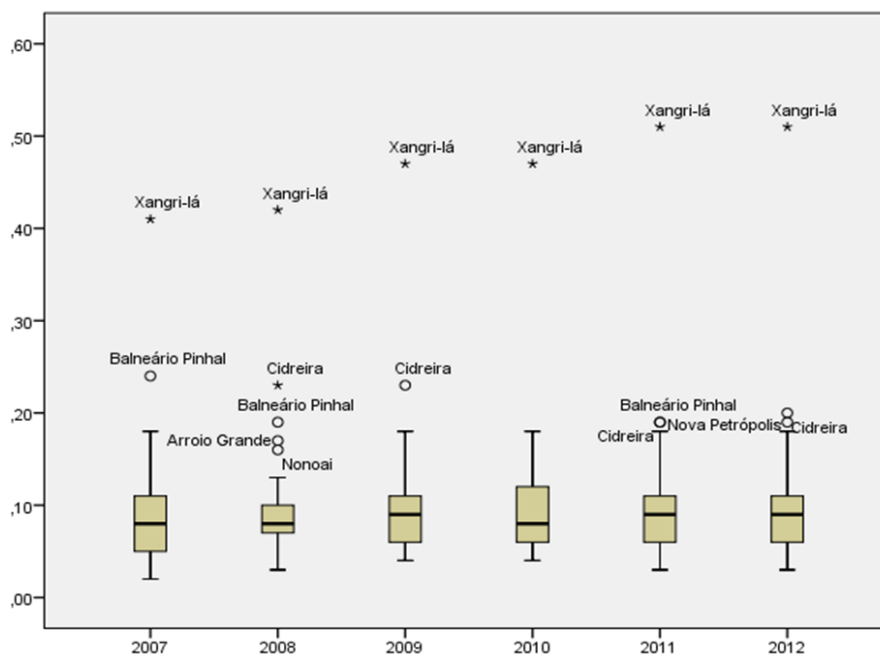
No entanto os mesmos não são evidenciados no *boxplot* da participação das receitas tributárias dos municípios da amostra, uma vez que a maioria dos municípios mantém sua participação com percentuais abaixo de 20%, não sendo assim considerados *outliers*.

Ao longo dos seis anos Xangri-lá se manteve como o município com a maior representatividade das receitas tributárias, bem acima dos demais, o que não foge do esperado, já que, em função do turismo, o mesmo possui forte potencial quanto à arrecadação dos impostos de competência municipal ISS e IPTU.

Na segunda colocação tem-se Cidreira e Balneário Pinhal, municípios litorâneos também. Os três municípios, por sua vez, constituíram *outliers* da amostra em quase todos os anos, dado a elevada participação dessas receitas, o oposto da maioria.

Pode-se observar no Gráfico 3 que os dados não tiveram uma grande amplitude, ou seja, não há significativa dispersão entre os percentuais. A participação da maioria dos municípios fica entre 8% e 13%.

Gráfico 3 – Boxplot da participação da receita tributária por ano



Fonte: Autora.

A menor dispersão deste indicador ocorreu em 2008, ao mesmo tempo em que o maior número de anomalias. Já 2007 e 2012 foram os anos com maiores amplitudes, ou seja, maior diferença entre o valor máximo e mínimo.

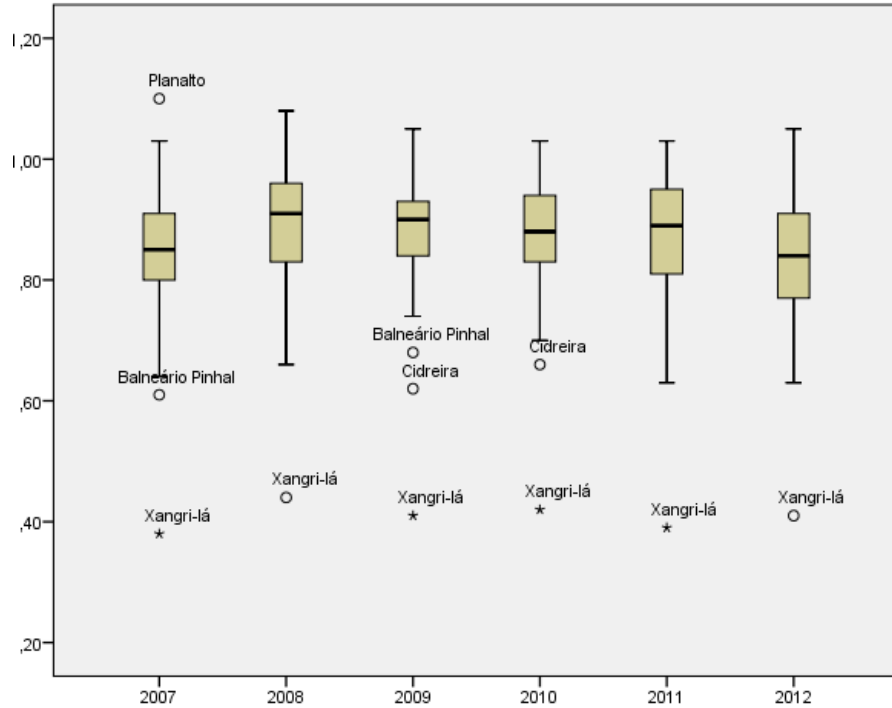
Ainda em relação à análise do *boxplot* das receitas tributárias, percebe-se que com exceção de 2008 e 2010, no qual a maioria dos municípios possuía percentual acima da mediana, nos demais anos há maior simetria entre eles.

Enquanto a participação das receitas tributárias apresenta baixa representatividade, as transferências, por sua vez, são as principais fontes de recursos de mais de 95% dos municípios analisados, sua participação, na maioria dos municípios, é de 75% a 100%.

O município de Planalto, especificamente, é o que apresentou maior percentual de participação das receitas de transferências dos 45 analisados. Em 2007, se considerarmos as deduções, mais de 100% das receitas deste município eram advindas dos outros entes governamentais, percentual este, que se manteve próximo a 100% nos seis anos, sofrendo

pouca variação. O Gráfico 4 traz a evolução das receitas de transferências dos municípios ao longo do período analisado.

Gráfico 4 – Boxplot da participação da receita de transferência por ano



Fonte: Autores.

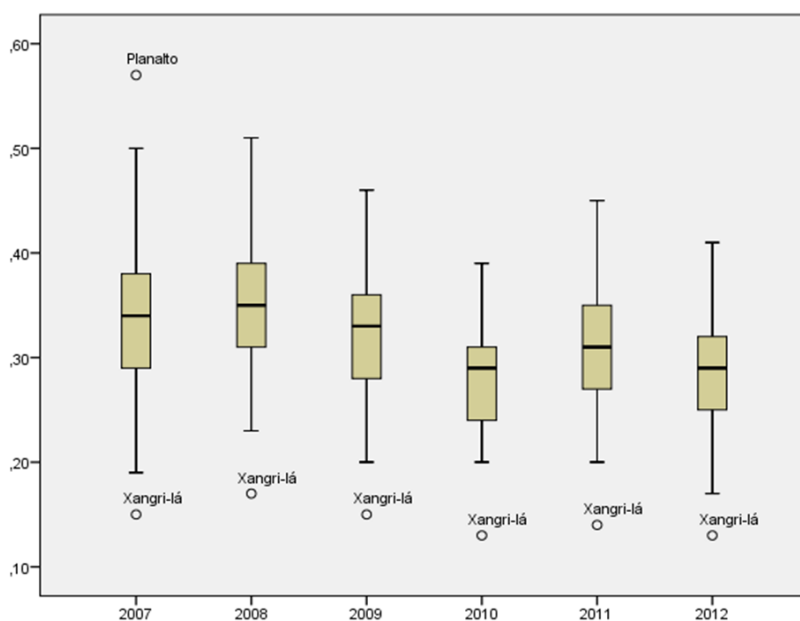
Pode-se observar que Xangri-lá, Cidreira e Balneário Pinhal, por possuírem parte significativa dos seus recursos oriundos da tributação própria, são os municípios cujas transferências apresentam menor representatividade.

Este indicador por sua vez apresentou linhas horizontais mais extensas que o indicador anterior, o que indica maior amplitude dos percentuais, com exceção do ano de 2009, onde houve menor dispersão e menor simetria.

Após a análise das transferências, buscou-se analisar especificamente a participação do FPM e do ICMS, repasses esses de maior relevância econômica para os municípios dentre as transferências.

Primeiramente, pode-se observar no Gráfico 5, que o comportamento da amostra ao longo dos anos em relação a participação do FPM é menos homogêneo e com maior dispersão de valores entre a amostra do que os outros dois indicadores, apresentando variação no decorrer dos anos, ora crescendo ora decrescendo.

Gráfico 5 – Boxplot da participação do FPM por ano



Fonte: Autores.

De 2007 para 2008 os municípios apresentaram um aumento relevante na participação dessas receitas, no entanto, a partir desse ano até 2010 os percentuais foram decrescendo e apresentando menor dispersão, em 2011 houve uma pequena recuperação e em 2012 voltou a diminuir.

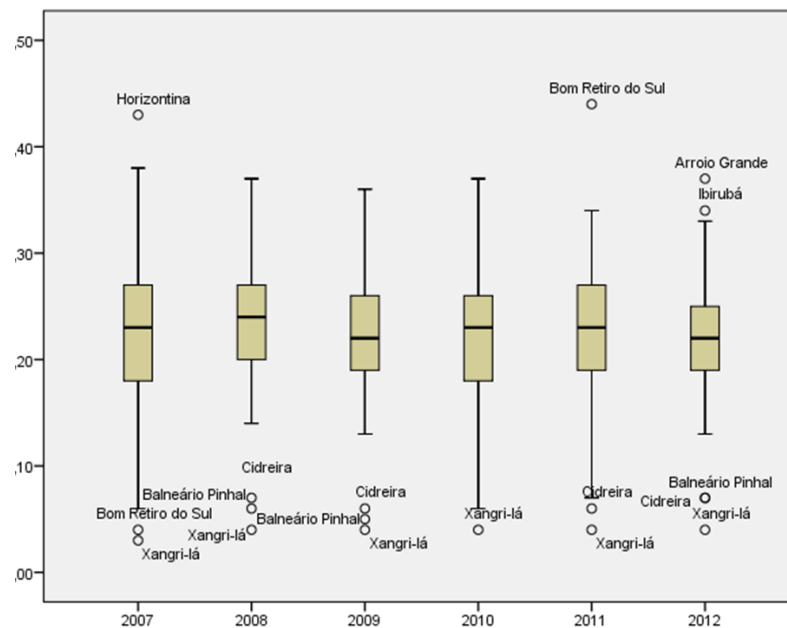
Assim como na participação das transferências, no ano de 2007, Planalto destacou-se como o município com maior percentual de receitas provenientes de repasses União via o FPM, aproximadamente 57%, ou seja, das receitas de transferências deste município, mais da metade foi obtida através do FPM.

Já os demais repasses são menos significativos, como se pode observar no caso do ICMS, cuja participação em 2007 foi de apenas 16%, o que ocorre justamente pela distribuição deste se basear no comportamento da economia local.

Segundo Tristão (2003), como a distribuição dessa transferência é proporcional ao valor do ICMS agregado em cada município, pode-se inferir a existência de razoável potencial econômico nos municípios com maior quota parte, beneficiando tecnicamente os municípios mais ricos.

No Gráfico 6 tem-se o comportamento da participação das receitas de ICMS nas receitas totais da amostra ao longo dos anos.

Gráfico 6 - Boxplot da participação do ICMS por ano



Fonte: Autora.

Observa-se a partir do Gráfico 6, que a mediana deste indicador não apresenta grande variação ao longo dos anos, mantendo-se sempre entre 20% a 25%. No entanto a dispersão nos anos de 2007 e 2010 é mais acentuada, com valores máximos acima de 30% e mínimos abaixo de 5%.

Em 2007, Horizontina era o que possuía maior receita oriunda da transferência do ICMS, 43% das receitas eram provenientes da transferência desse imposto. Já Xangri-lá, Bom Retiro do Sul e Balneário Pinhal eram os com os menores índices, inferior a 6%.

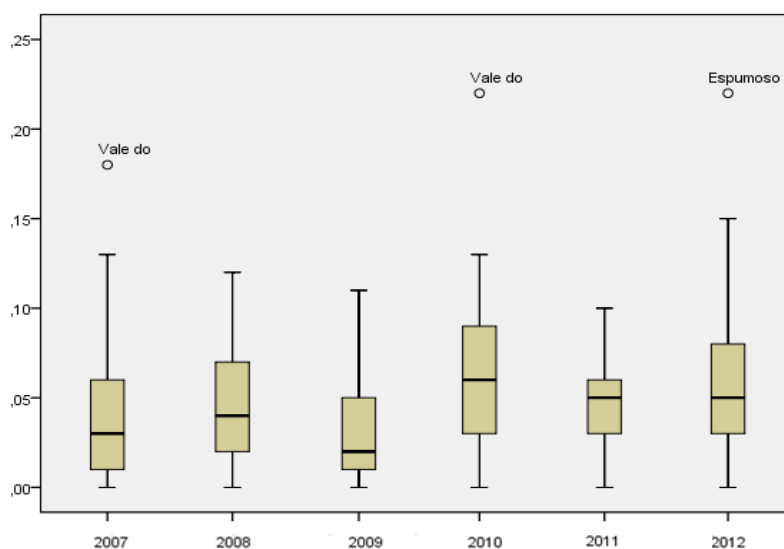
Horizontina, por sua vez, é município onde se encontra instalada uma das maiores indústrias de máquinas agrícolas, sendo essa responsável por boa parte do PIB local, fazendo com que haja grande circulação de mercadoria, o que auxilia quanto ao critério de distribuição do ICMS. Este município apresentou média de participação nos seis anos de 32%, sendo seu menor percentual em 2012, onde as transferências de ICMS representavam apenas 23% das receitas.

Destaca-se também o município de Bom retiro do Sul, que a partir do ano de 2007, apresentou elevado crescimento, passando de 3% em 2007 para 44% em 2011, devido ao maior repasse de verbas estaduais, de 2007 para 2008, as receitas de ICMS aumentaram em 900%, o que indica um aumento nas atividades econômicas da cidade, sendo este município reconhecido principalmente pelo ramo calçadista.

Em relação às anomalias internas, Xangri-lá, Balneário Pinhal e Cidreira, assim como na participação total das transferências, mantiveram os menores percentuais em quase todos os anos, já que a maioria das suas receitas é oriunda da tributação.

Já referente às receitas de capital, que alteram o patrimônio duradouro do estado, constatou-se que as mesmas possuem pouca representatividade para os 45 municípios, e assim com a participação do FPM apresentou variação significativa ao longo dos seis anos. No gráfico 7 é apresentado seu comportamento no período.

Gráfico 7 – Boxplot da participação da receita de capital por ano



Fonte: Autora.

Vale do Sol e Espumoso foram os municípios com maior representatividade da receita de capital, que não chegou a sequer 25% da receita total em nenhum dos anos, sendo que a maioria das receitas de capital destes municípios foi obtida por meio da contratação de empréstimos e financiamentos. Já Fontoura Xavier e São Francisco de Assis não apresentaram receitas de capital em dois dos seis anos, Bom Retiro do Sul e Balneário Pinhal não tiveram receitas deste tipo em 2007.

A amplitude deste indicador é uma das menores em relação aos outros quatro, há pouca dispersão de valores, assim como há pouco simetria entre os dados, 2010 foi ano onde praticamente havia 25% dos municípios com valores maiores que a mediana e 25% com valores inferiores.

De forma geral, com raras exceções, pode-se dizer que os municípios analisados apresentam baixa dependência de empréstimos, e conseguem a maior parte dos seus recursos por meio das transferências intragovernamentais, sendo o FPM mais representativo que o ICMS, o que ocorre, justamente pela diferença nos critérios de distribuição.

Enquanto a transferência do ICMS leva em consideração a movimentação de mercadorias e serviços no município, o FPM baseia-se na quantidade de habitantes, visando justamente favorecer as pequenas cidades, pois nelas, além da base de incidência tributária ser menor, a economia local normalmente é mais focada em atividades de baixa geração de valor agregado e pouco diversificada.

## 4.2 ANÁLISE DA RECEITA NAS CLASSES

Procurou-se analisar os indicadores de receita, também quanto ao número de habitantes, para verificar se o fator populacional influencia significativamente neste aspecto.

### 4.2.1 Análise da normalidade dos indicadores de receita por classe

Na Tabela 3 pode verificar os resultados dos testes de normalidade realizado nos indicadores de receita ano a ano.

Tabela 3 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de receita por classes

Indicador	Classe	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Participação das receitas tributárias	A	,228	162	,000	,632	162	,000
	B	,155	66	,000	,964	66	,054
	C	,113	42	,200*	,921	42	,007
Participação das receitas de transferências	A	,104	162	,000	,900	162	,000
	B	,103	66	,078*	,968	66	,082
	C	,061	42	,200*	,987	42	,898
Participação das receitas de capital	A	,134	162	,000	,903	162	,000
	B	,143	66	,002	,913	66	,000
	C	,144	42	,030	,951	42	,072
Participação do FPM	A	,050	162	,200*	,992	162	,507
	B	,114	66	,032	,971	66	,127
	C	,152	42	,016	,967	42	,269
Participação do ICMS	A	,088	162	,004	,963	162	,000
	B	,161	66	,000	,949	66	,009
	C	,123	42	,113*	,968	42	,282



A partir do teste de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* verificou-se várias situações em relação aos indicadores de receita, nas quais o nível de significância excede 0,05, levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados, como no caso da participação das receitas tributárias dos municípios da classe C, ou a participação do FPM na classe A.

No entanto, 60% dos dados apresentou nível de significância abaixo de 0,05. Logo, não é possível analisar a massa de dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos, já que os dados em sua maioria não apresentaram os devidos pressupostos.

#### 4.2.2 Análise das variações dos indicadores de receita por classe

Quando analisado em relação às classes populacionais A, B e C constatou-se que apenas a participação das receitas de transferência apresentava comportamento semelhante. Diferentemente do que acontece em relação ao longo dos anos, onde, além deste indicador, as participações das receitas tributárias e do ICMS também se mantinham similares. Na Tabela 4 constam os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* para estes indicadores em relação às classes populacionais.

Tabela 4 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para receita por classe

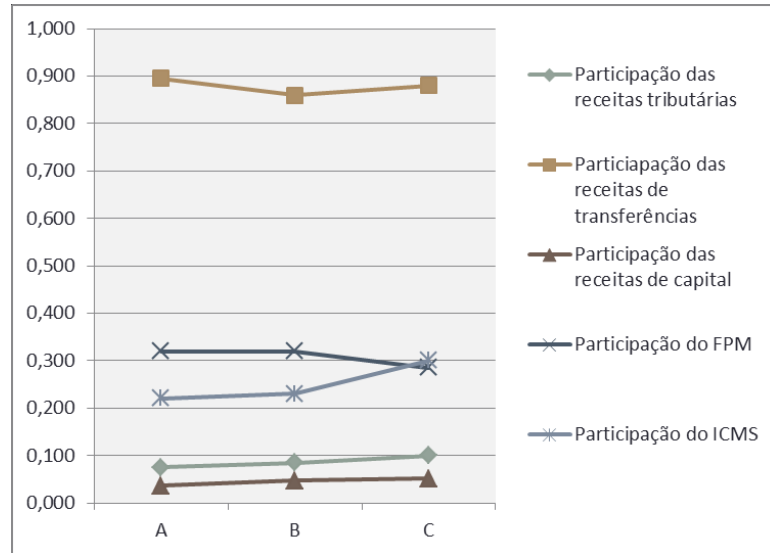
Indicador	Sig.	Conclusão
Participação das receitas tributárias	,004	Rejeitar
Participação das receitas de transferências	,417	Manter
Participação das receitas de capital	,033	Rejeitar
Participação do FPM	,001	Rejeitar
Participação do ICMS	,000	Rejeitar

Fonte: Autora.

Em relação à análise da evolução da mediana destes indicadores por classe, pode-se verificar que de fato apenas a participação das receitas de transferências apresentou valores próximos de uma faixa populacional para a outra, ou seja, a participação das receitas de

transferências, considerando não apenas FPM e ICMS, mas também transferências para SUS, fundo para educação e de convênios, não apresentaram diferenças significativas com base na quantidade de habitantes. No Gráfico 8 tem-se o comportamento nas medianas por classe.

Gráfico 8 – Evolução dos indicadores de receita por classes



Fonte: Autora.

Na participação das receitas tributárias a mediana dos municípios pertencentes à classe C, com população entre 16.981 a 20.000 habitantes, é maior que as demais, próximo a 11%, quanto à mediana da classe A e B é 7,5% e 8,5%, nessa ordem. Ou seja, desconsiderando os *outliers*, Xangri-lá, Cidreira e Balneário Pinhal, pode-se afirmar que os municípios mais populosos da amostra, apresentam maior potencial arrecadatório, até mesmo pelo fato da maioria dos municípios pertencentes à classe C serem predominantemente urbanos e com participação mais significativa do setor terciário.

Esta mesma situação se aplica a participação do ICMS, no entanto com diferenças mais significativas, a mediana das classes A e B ficam próximas a 20%, enquanto a da C chega a 30%, o que implica que os municípios mais populosos da amostra tendem a receber maior quota parte do ICMS.

Já em relação ao FPM a situação se mostra inversa, os municípios pertencentes à classe A, menos populosos, apresentam participação superior aos da classe C, logo os municípios menores recebem valores mais representativos de FPM em relação as suas receitas totais.

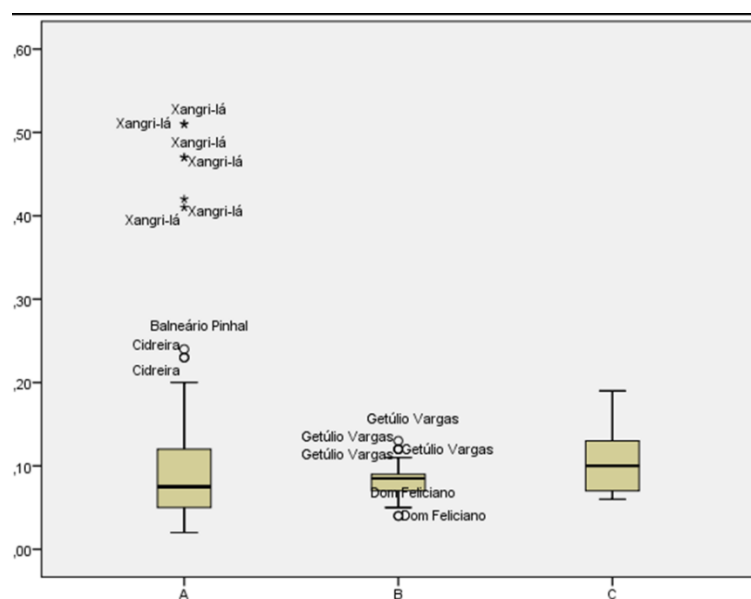
O comportamento inverso destes dois indicadores, explica-se pelo critério de distribuição da cada um deles. Enquanto que o FPM tem como propósito equalizar as rendas dos municípios e conseqüentemente beneficiar os menores, o ICMS possui caráter devolutivo, levando em consideração a circulação de produtos e serviços nos municípios, beneficiando mais quem possui uma economia local mais desenvolvida.

Quanto à receita de capital, pode-se observar que a mediana manteve-se nas três classes entre 3% e 5%, com crescimento gradual, a classe A apresentou os menores valores de participação e a classe C os maiores, o que implica que a participação das receitas de capital varia conforme o número de habitantes, e os municípios da amostra mais populosos tendem a ter maior participação desta receita.

#### 4.2.3 Análise de desempenho dos indicadores de receita por classe

Em relação ao estudo em separado da participação das receitas tributárias, pode-se perceber que mesmo os valores da classe C serem mais elevados que os das outras duas classes, os maiores percentuais de participação das receitas tributárias pertencem ao grupo dos municípios com população inferior a 13.850 habitantes, como é o caso do município de Xangri-lá, Balneário Pinhal e Cidreira (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Boxplot da participação da receita tributária por classe

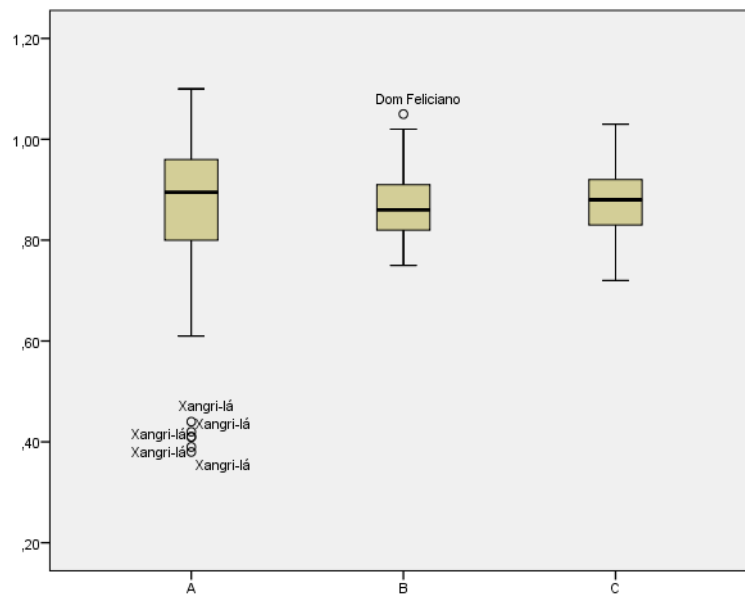


Fonte: Autora.

A classe B, por sua vez, foi a que apresentou menor dispersão dos dados, a maioria dos municípios apresentou participação muito semelhante, próximo a 5%. No entanto, a única classe que não apresentou *outliers* foi a C, a mesma também apresentou valores mais simétricos que as outras duas classes.

Em relação à receita de transferência, a partir do Gráfico 10 se pode concluir que a premissa de que quanto menor o município maior é a dependência das transferências não é absoluta, já que não há diferença significativa em função da quantidade de habitantes na amostra.

Gráfico 10 – Boxplot da participação da receita de transferência por classe



Fonte: Autora.

Pode-se verificar também que a amplitude nas três faixas populacionais é pequena e há maior simetria nos percentuais de participação dos municípios. Com exceção de Xangri-lá, que apresenta pouca participação das receitas de transferência, e de Dom Feliciano que apresenta representatividade elevada, municípios da classe A e B respectivamente, não há presença de mais *outliers*.

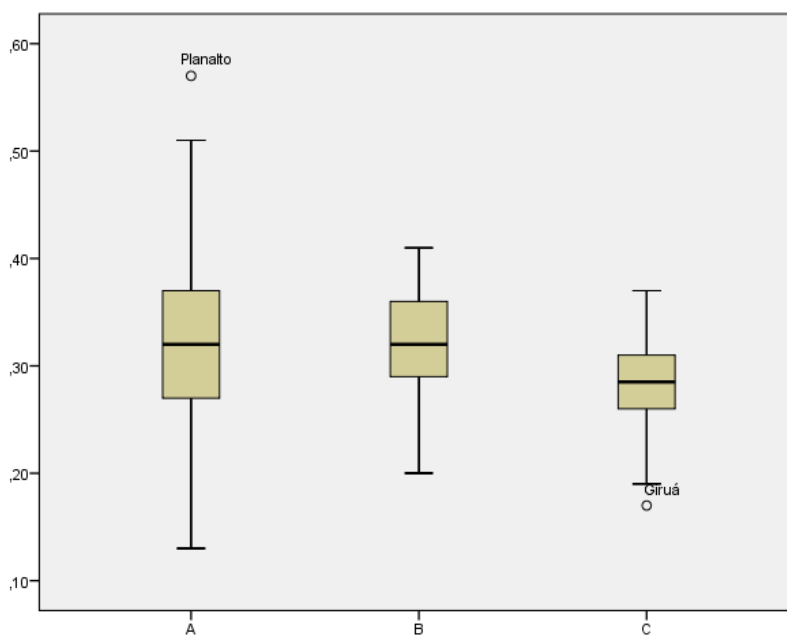
Especificamente, ao analisar a participação do FPM, verificou-se que a amplitude dos percentuais dos municípios da classe são superiores aos demais, e quanto mais populoso menor é a representatividade da mesma nos municípios. Com exceção de Giruá, município pertencente à classe C, e Planalto da classe A, não houve a presença de mais *outliers*.

Planalto, por sua vez, foi o município que apresentou maior participação das transferências de toda a amostra. Em 2007, ano em que também foi o município com menor participação das receitas tributárias, as transferências representavam 110% das receitas, considerando as deduções.

Já Giruá, não foi o município com menor participação da amostra, destacou-se apenas em relação a sua classe, já que a mesma apresenta valores menos dispersos. Este município apresentou percentual de 23% em 2010, enquanto a mediana da classe é de 28%.

O Gráfico 11 apresenta a participação do FPM por classe em *boxplots* para melhor visualização.

Gráfico 11 – Boxplot da participação das receitas do FPM



Fonte: Autora.

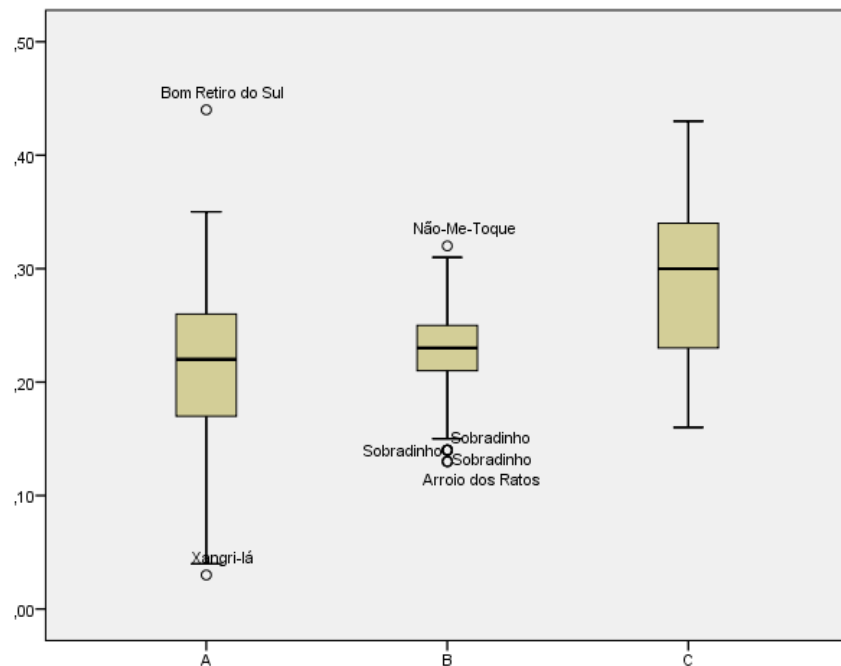
A participação do ICMS por classe, também apresentou grande variação conforme a quantidade de habitantes, no entanto, o comportamento foi inverso ao da participação do FPM, como já comentado anteriormente. A dispersão das classes A e C foram superiores a classe B, esta, particularmente, apresentou maior simetria e presença de mais *outliers* que os demais. A classe C foi a que apresentou maior representatividade do ICMS, sem a presença de municípios com comportamento dispersos.

Já os municípios da classe A apresentaram os menores percentuais, com destaque para Xangri-lá, município com o menor percentual, em 2007 apenas 3% das receitas deste município originaram-se da quota parte do ICMS.

Já Bom Retiro do Sul foi o município com a maior participação da amostra, mesmo sendo pertencente á classe A, apresentou representatividade do ICMS de 44% no ano de 2011, único município da classe A com mais de 40%, no entanto, nos demais anos Bom Retiro do Sul, tampouco voltou a apresentar valores superiores a 30% novamente.

No Gráfico 12 se pode observar melhor a distribuição por classe da participação do ICMS e a variação em relação a elas.

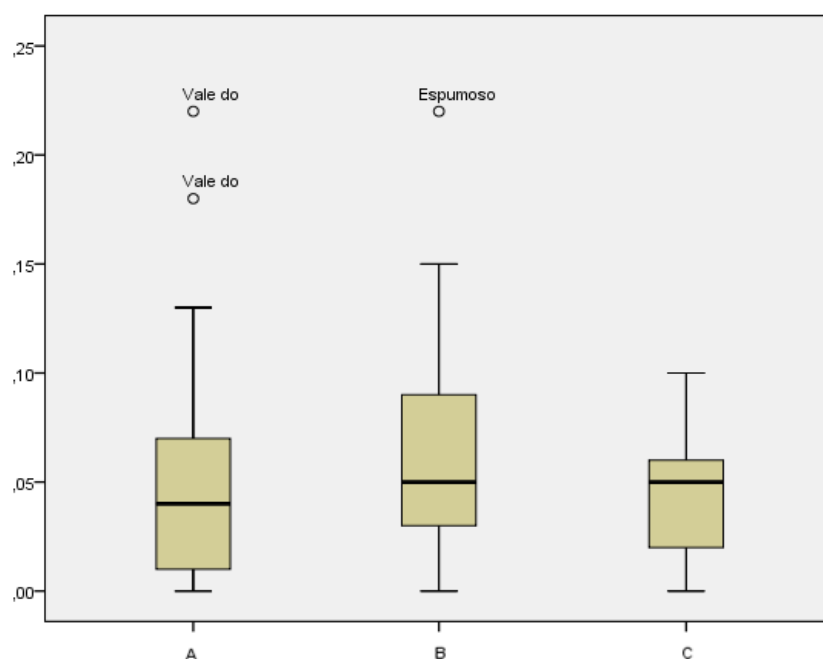
Gráfico 12 – Boxplot da participação do ICMS por classes



Fonte: Autora.

As receitas de capital também apresentaram variação em função das faixas populacionais. A classe C apresentou a maior mediana deste indicador, assim como foi a com menor dispersão dos dados, sem a presença de *outliers*. No entanto, os maiores valores de participação das receitas de capital ficaram a cargo dos municípios de Vale do Sol e Espumoso, pertencentes à classe A e B respectivamente, conforme se pode verificar no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Boxplot da participação das receitas de capital



Fonte: Autora.

Pode-se verificar também que a maioria dos municípios da classe A apresentaram representatividade de menos de 10% das receitas de capital, sendo a distribuição mais simétrica dentre as classes. Já os municípios da classe B, apresentaram valores entre 3% e 9%, sendo a maioria acima da mediana, enquanto na classe C a maioria ficou abaixo da mediana. Esta, por sua vez, foi a que apresentou menor dispersão dos dados, com amplitude de apenas 10%, enquanto a da classe B é de aproximadamente 15%, a maior das três classes.

A partir da análise dos dados concluiu-se que apenas a participação das receitas de transferências não sofre alteração em função das faixas populacionais, ou seja, a dependência dos municípios não se explica exclusivamente pela quantidade de habitantes.

Já as transferências do FPM e do ICMS especificamente apresentam diferenças significativas em relação a variável populacional, quanto mais populoso é o município maior é a probabilidade dele receber menores repasses do FPM e maiores do ICMS. Já em relação às receitas tributárias e as de capital, as mesmas também sofreram impacto devido à população, as cidades mais populosas apresentaram maior mediana e menor dispersão, no entanto, os maiores percentuais de participação de ambos os indicadores ficaram a cargo dos municípios pertencentes à classe A.

### 4.3 ANÁLISE DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS

Após analisado a fonte de recursos, buscou-se analisar a utilização dos mesmos, pois não basta ter apenas uma boa arrecadação para alcançar bons níveis de gestão financeira, é necessário também não comprometer grande parte de suas receitas com a manutenção da máquina pública e ter adequado nível de investimentos.

#### 4.3.1 Análise da normalidade dos indicadores de despesa por ano

Na Tabela 5 tem-se a exposição dos resultados dos testes de normalidade sobre os indicadores de despesas em relação a variável temporal.

Tabela 5 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de despesa por anos

Indicador	Ano	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	Gl	Sig.	Estatística	Gl	Sig.
Participação da despesa de custeio	2007	,379	45	,000	,272	45	,000
	2008	,118	45	,136*	,982	45	,687
	2009	,103	45	,200*	,984	45	,774
	2010	,092	45	,200*	,974	45	,413
	2011	,164	45	,004	,743	45	,000
	2012	,151	45	,011	,975	45	,418
Financiamento das dividas do custeio	2007	,290	45	,000	,404	45	,000
	2008	,172	45	,002	,868	45	,000
	2009	,156	45	,008	,873	45	,000
	2010	,188	45	,000	,633	45	,000
	2011	,251	45	,000	,681	45	,000
	2012	,165	45	,004	,708	45	,000
Despesa com pessoal	2007	,369	45	,000	,284	45	,000
	2008	,099	45	,200*	,956	45	,085
	2009	,144	45	,020	,978	45	,522
	2010	,104	45	,200*	,987	45	,875
	2011	,192	45	,000	,678	45	,000
	2012	,089	45	,200*	,989	45	,942
Dispendio com a divida fundada	2007	,478	45	,000	,514	45	,000
	2008	,407	45	,000	,654	45	,000
	2009	,408	45	,000	,612	45	,000
	2010	,466	45	,000	,541	45	,000
	2011	,455	45	,000	,568	45	,000
	2012	,456	45	,000	,569	45	,000
Investimento	2007	,121	45	,093*	,955	45	,077
	2008	,156	45	,008	,944	45	,031
	2009	,177	45	,001	,964	45	,177
	2010	,141	45	,025	,915	45	,003
	2011	,155	45	,009	,885	45	,000
	2012	,117	45	,137*	,951	45	,055

Fonte: Autora.



O valor  $p$  corresponde ao menor nível de significância observado que levaria a rejeição da hipótese nula de normalidade dos dados. Na tabela 5 verificamos várias situações em relação aos indicadores de despesa nas quais o nível de significância excede 0,05 levando a rejeição da hipótese de não normalidade dos dados.

No entanto, a maior parte dos dados tem seu nível de significância abaixo de 0,05. Deste modo, conclui-se que não é possível analisar a massa de dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos.

#### 4.3.2 Análise das variações dos indicadores por ano

Na tabela 6 pode-se inferir que o único indicador que se manteve igual ao longo dos seis anos analisados foi o do dispêndio com a dívida fundada. Os demais apresentaram diferenças a um nível de significância de 5%.

Tabela 6 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para indicadores de despesa por ano

Indicador	Sig.	Conclusão
Participação da despesa de custeio é igual ao longo dos anos	,001	Rejeitar
Financiamento das dividas do custeio é igual ao longo dos anos	,006	Rejeitar
Despesa com pessoal é igual ao longo dos anos	,000	Rejeitar
Dispendio com a divida fundada é igual ao longo dos anos	,695	Manter
Investimento é igual ao longo dos anos	,030	Rejeitar

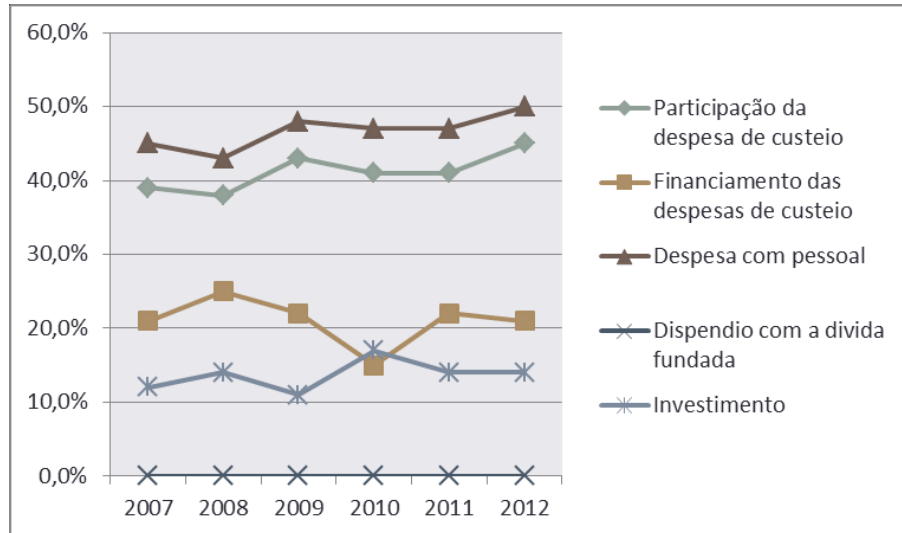
Fonte: Autora.

O resultado da tabela 6 não chega a ser surpreendente uma vez que, na prática, a mediana dos dispêndios com dívida fundada se mantem em todos os anos com valor próximo a 0%. Já a mediana da participação da despesa de custeio e da despesa com pessoal, apresentam os maiores valores e a mesma variação ao longo dos anos, apresentando diminuição de 2007 e 2008, crescimento de 2008 para 2009, voltando a diminuir no ano seguinte até 2011, quando voltou a crescer (Gráfico 14).

O Financiamento das despesas de custeio também apresentou variação ao longo dos anos, alcançando seu valor máximo em 2008 e mínimo em 2010, mantendo se estabilizado de 2011 a 2012. Já o investimento, apresenta de igual forma variação significativa ao longo dos anos, no entanto alcança seu ápice em 2010, sem apresentar um decréscimo acentuado.

No Gráfico 14 é apresentada a evolução das medianas dos indicadores de despesa por ano, onde se pode visualizar melhor as variações e estagnações dos mesmos.

Gráfico 14 – Evolução dos indicadores de despesa por ano



Fonte: Autora.

#### 4.3.2 Análise do desempenho dos indicadores por ano

No tocante as despesas com pessoal, especialmente a respeito de sua relevância, Cruz e Platt Neto (2001) afirmaram que “as despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção da população e dos gestores públicos, em razão de serem as mais representativas em quase todos os entes públicos, entre os gastos realizados”.

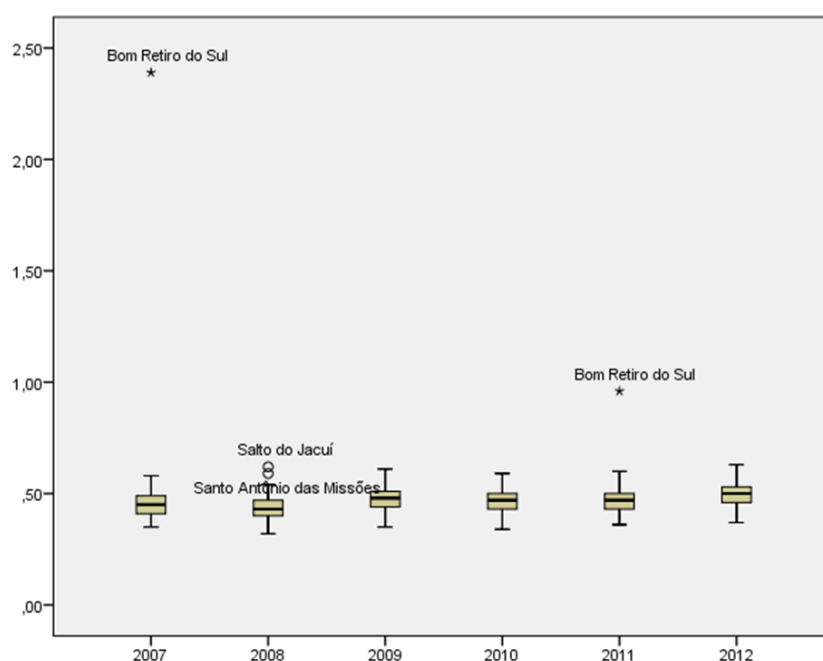
Referente a esse indicador, Feliz, Arvorezinha e Nova Petrópolis, foram os que apresentaram menores percentuais, as despesas com pessoal nesses municípios não ultrapassaram 43% da receita corrente líquida em nenhum dos seis anos analisados.

Enquanto Bom Retiro do Sul, Salto do Jacuí e Xangri-lá foram os que apresentaram as maiores medianas referentes ao gasto público do período analisado, Bom Retiro do Sul em 2007 gastou o dobro da receita corrente líquida com pessoal, já Xangri-lá e Salto Jacuí apresentaram os piores valores, acima do limite legal de 60%, nos anos de 2009 e 2008 respectivamente.

A participação dessa despesa varia no decorrer dos anos, com amplitude dos dados de aproximadamente 20% em quase todos os anos. Em 2009 foi o ano com maior dispersão dos dados, no entanto, foi em 2008 que houve a presença de mais *outliers*.

Bom Retiro do Sul foi o município que apresentou o comportamento mais anormal dentre os demais ao longo dos seis anos. Nos anos de 2007 e 2011, o mesmo apresentou valores extremamente elevados em relação aos gastos com pessoal, acima do permitido pela Lei de Responsabilidade de fiscal. Em 2007 chegava a representar mais de 200% da RCL e em 2011, chegavam a 95% da receita corrente líquida, sendo o limite legal de apenas 60%. No Gráfico 15 tem se o comportamento das despesas com pessoal ao longo dos seis anos.

Gráfico 15 – Boxplot da participação da despesa com pessoal por ano



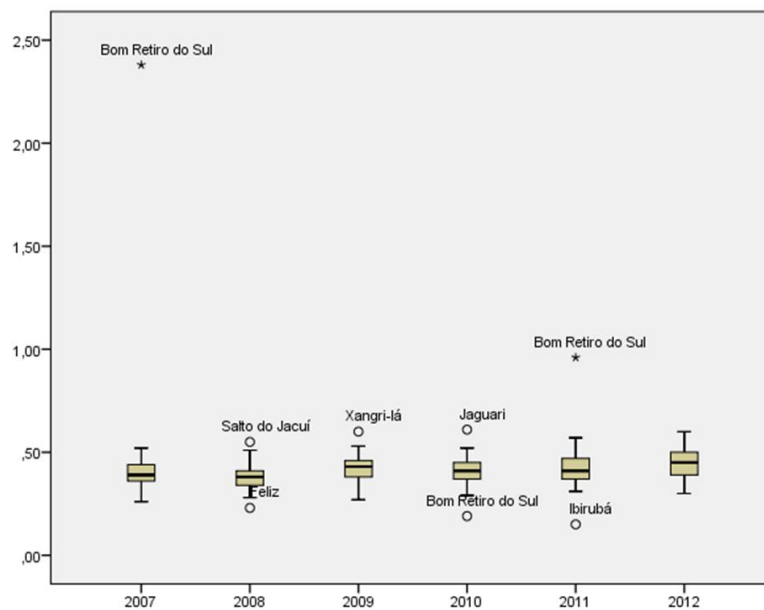
Fonte: Autora.

Em relação às despesas de custeio no geral, que além de considerar os gastos com pessoal, também engloba os demais gastos referente à manutenção da máquina pública, repete-se a situação do indicador anterior, no entanto, além de Bom Retiro do Sul, Jaguari e Xangri-lá aparecem como dois dos municípios com maior representatividade destes gastos, nos anos de 2009 e 2010 respectivamente, apresentando valores superiores a 60%, conforme se pode observar no Gráfico 16.

Já em relação aos *outliers* internos, tem-se o município de Feliz em 2008, em que as despesas de custeio representavam apenas 23% da RCL. Bom Retiro do Sul extrapola a barreira externa dos dados nos anos de 2007 e 2011. Esse município representa também extrapola a barreira interna dos dados no ano de 2010, cerca de 20%.

Ibirubá, por sua vez, foi o município com a menor participação das despesas de custeio da amostra, no ano de 2011 os gastos de custeio representavam apenas 15% da RCL. Pode-se observar melhor estas constatações no Gráfico 16, que traz o comportamento deste indicador ao longo dos seis anos.

Gráfico 16 – Boxplot da participação das despesas de custeio por ano



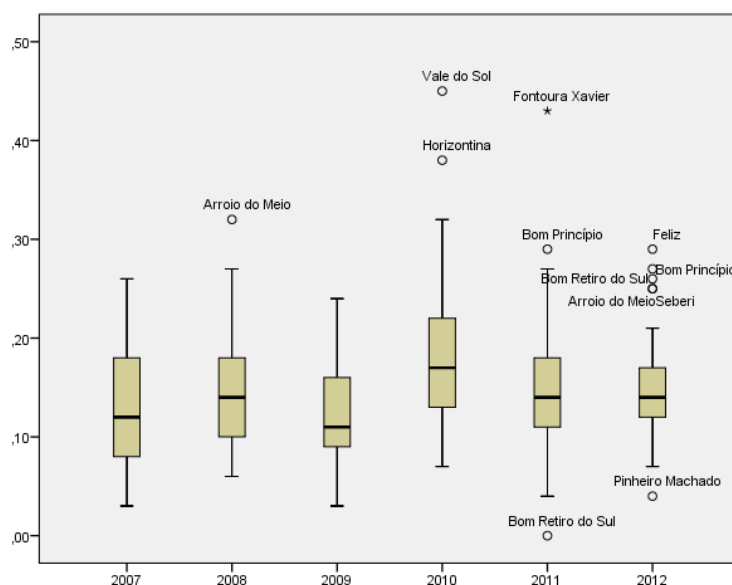
Fonte: Autora.

Referente à análise dos investimentos tende-se a considerar que os municípios com maior comprometimento dos recursos com gastos de manutenção tiram espaço dos gastos com investimentos, uma vez que os investimentos costumam ser custeados pelas sobras entre as Receitas e as Despesas de manutenção, ou por entradas de Receitas extraordinárias.

No entanto ao analisar a amostra pode-se concluir que esta também não é uma premissa absoluta, já que Bom Retiro do Sul, em 2007, ano em que possuía gastos com pessoal acima de 100% da RCL, também era um dos municípios com maior percentual de gastos com investimentos, cerca de 25% naquele ano.

De forma geral os municípios analisados não apresentam grandes gastos com investimentos, no período de 2007 a 2012, Vale do Sol foi o que teve maior percentual, cerca de 44% da RCL no ano de 2010, sendo que neste ano o município teve um crescimento significativo de gastos com incentivo a agricultura, situação impar, que não voltou a se repetir nos demais anos. Fontoura Xavier, Horizontina e Arroio do meio também tiveram consideráveis investimentos no período, superiores a 30% (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Boxplot do investimento por anos



Fonte: Autora.

Verificou-se que não há apenas grande variação ao longo dos anos, como também há grande dispersão dos percentuais entre os municípios, com exceção de 2012, ano que apresentou pouca amplitude e um grande número de anomalias internas e externas, conforme o Gráfico 17.

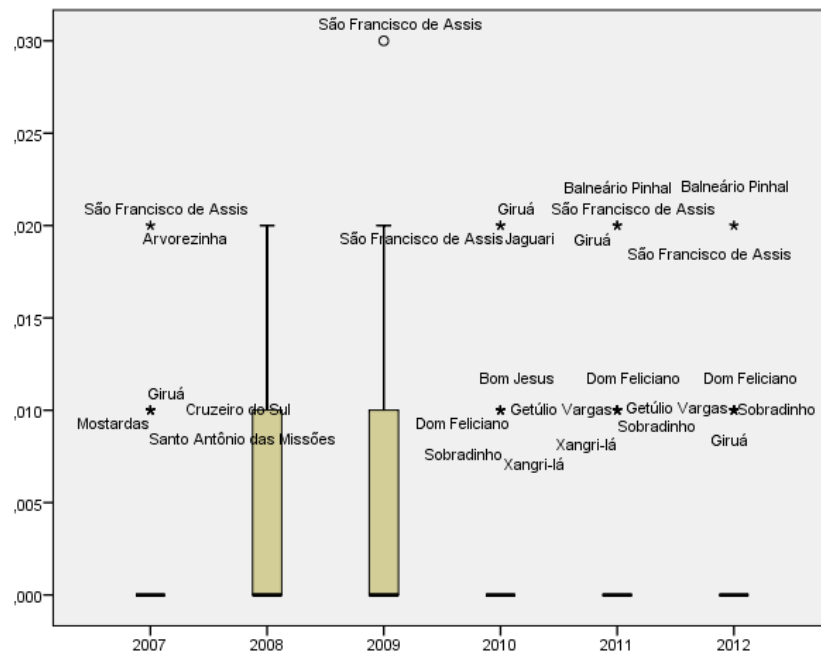
Quando comparado à evolução das despesas de investimento e das despesas de custeio de 2007 a 2012, observou-se que mais da metade dos municípios tiveram incremento nos gastos, tanto de investimentos quanto de custeio, no entanto apenas 12 municípios tiveram decréscimo na participação da despesa de custeio e 27 na participação na despesa de investimento.

A maior retração foi de Bom Retiro do Sul que diminuiu a participação das despesas de manutenção em quase 200%, enquanto Cerro Largo aumentou as mesmas em 24%. Arvorezinha foi o município que apresentou mais decréscimo quanto à participação das despesas de investimento, tendo reduzido 16%, isso significa conseqüentemente menos investimento em educação, segurança e saúde.

O dispêndio com a dívida fundada, que indica o quanto se pagou de juros referente aos empréstimos contraídos, foi o único indicador com comportamento semelhante ao longo dos anos. Por mais que não tenha apresentado variação é um dos indicadores com maior presença de *outliers*. Em quase todos os anos a maioria dos municípios não apresentaram despesas com juros.

Os municípios que apresentaram maiores dispêndios com a dívida foram São Francisco de Assis, com valor de 3% em 2009 e Balneário Pinhal com 2%. Já, Três Cachoeiras, Planalto, Ibirubá, Arroio dos Ratos e Arroio Grande, não tiveram gastos dessa natureza nos seis anos, conforme se pode observar no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Bloxplot do dispêndio com a dívida fundada por anos



Fonte: Autora.

Em suma, quanto à utilização dos recursos, pode-se verificar que os gastos com pessoal são os mais significativos em grande parte dos municípios, já os investimentos acabam ficando em segundo plano, mesmo não sendo os principais, estes gastos acabam em sua maioria, sendo superiores que as fontes destinadas a seu financiamento, sendo necessário utilizar parte das receitas correntes para pagá-los.

#### 4.4 ANÁLISE DA DESPESA NAS CLASSES

Procurou-se analisar a despesa, também quanto ao número de habitantes, para verificar se o fator populacional influencia ou não significativamente os indicadores de estrutura das despesas.

#### 4.4.1 Análise da normalidade dos indicadores de despesa entre as classes

Na tabela 7 verificamos várias situações em relação aos indicadores de despesa nas quais o nível de significância excede 0,05 levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados. No entanto, a maior parte dos dados tem seu nível de significância abaixo de 0,05. Assim, conclui-se que não é possível analisar a massa de dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos.

Tabela 7 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de despesa por classes

Indicador	Classe	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	Gl	Sig.	Estatística	Gl	Sig.
Participação da despesa de custeio	A	,253	162	,000	,406	162	,000
	B	,144	66	,002	,959	66	,029
	C	,133	42	,060	,911	42	,003
Financiamento das dividas do custeio	A	,233	162	,000	,508	162	,000
	B	,067	66	,200*	,982	66	,443
	C	,149	42	,019	,892	42	,001
Despesa com pessoal	A	,253	162	,000	,369	162	,000
	B	,092	66	,200*	,971	66	,122
	C	,160	42	,008	,956	42	,110
Dispendio com a divida fundada	A	,458	162	,000	,567	162	,000
	B	,456	66	,000	,557	66	,000
	C	,439	42	,000	,611	42	,000
Investimento	A	,084	162	,007	,947	162	,000
	B	,089	66	,200*	,982	66	,451
	C	,216	42	,000	,835	42	,000

Fonte: Autora.

#### 4.4.2 Análise das variações dos indicadores de despesa por classe

A partir do resultado do teste de *Kruskal-Wallis* pode-se inferir que o único indicador que diferiu entre as três classes analisadas foi a despesa com pessoal. Os demais indicadores não apresentaram diferenças a um nível de significância de 5%.

Na tabela 8 são expostos os resultados do teste não paramétrico em relação aos indicadores despesa por classe.

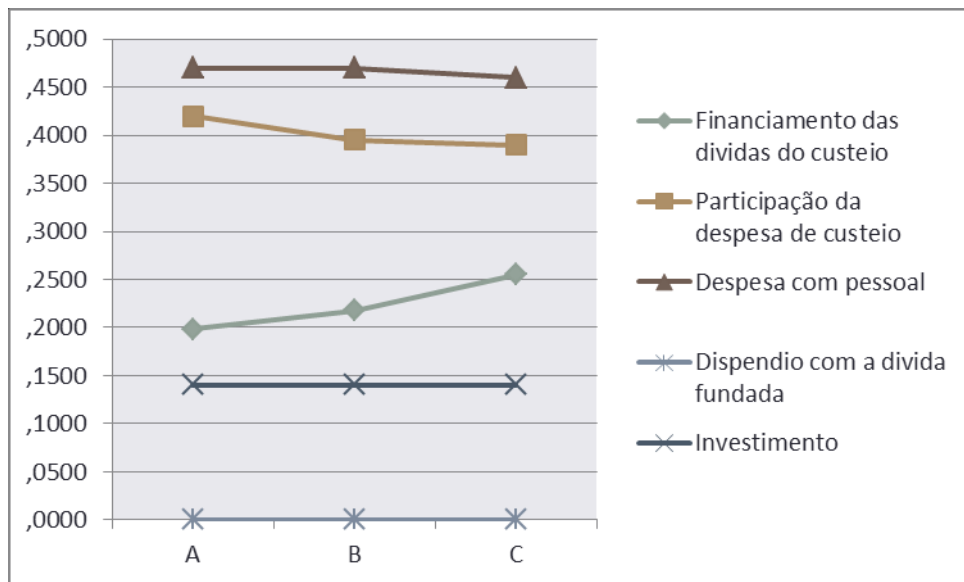
Tabela 8 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para indicadores de despesa por classe

Hipótese nula	Teste de independência das amostras	
	Sig.	Conclusão
Participação da despesa de custeio é igual entre classes	,086	Manter
Financiamento das dividas do custeio é igual entre classes	,114	Manter
Despesa com pessoal é igual entre classes	,037	Rejeitar
Dispendio com a divida fundada é igual entre classes	,506	Manter
Investimento é igual entre classes	,936	Manter

Fonte: Autora.

Quando analisado a evolução da mediana dos indicadores de despesa por classes, o que se observa é uma proximidade entre as classes nas medianas. Até mesmo o indicador de despesa com pessoal, que difere a um nível de confiança de 5% apresenta medianas próximas, conforme o Gráfico 19.

Gráfico 19 – Evolução dos indicadores de despesa por classes



Fonte: Autora.

O financiamento das dividas do custeio, apresentaram variação da mediana em relação às classes, assim como a participação da despesa de custeio, no entanto, as mesmas não foram consideradas estatisticamente relevantes pelo teste de *Kruskal-Wallis*, considerando a distribuição dos dados.



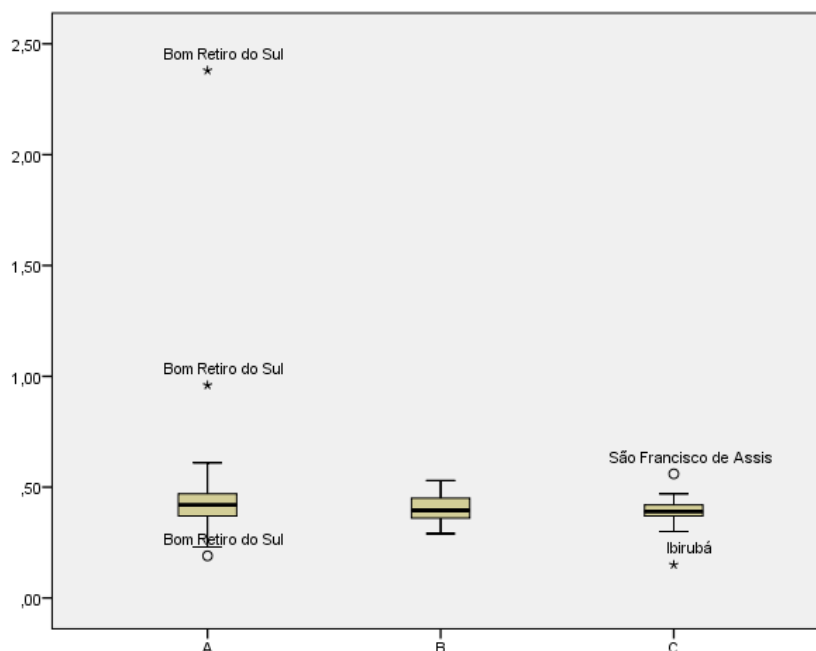
Apenas a variação da despesa de pessoal apresentou este resultado, e pela análise da mediana implica-se que quanto mais populoso o município, menor é a participação da mesma em relação à RCL.

#### 4.4.2 Análise de desempenho dos indicadores de despesa por classe

A participação das despesas de custeio apresenta pouca variação, conforme teste não paramétrico, os municípios da classe C são os que apresentam menor dispersão dos percentuais, com a presença de duas anomalias, Ibirubá com o menor percentual de gastos de toda a amostra e São Francisco como o percentual da classe C, no qual as despesas de custeio representavam 56% da RCL no ano de 2012.

Na classe B não houve a presença de *outliers*, já na classe A, destaca-se o município de Bom Retiro do Sul, que apresentou tanto anomalia externa como anomalia interna, conforme consta no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Boxplot da participação das despesas de custeio por classe



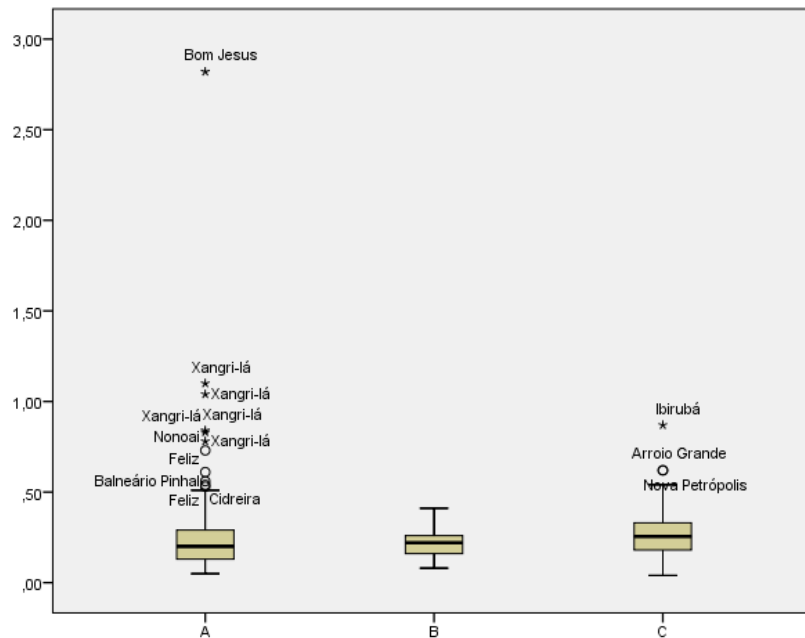
Fonte: Autora.

Quanto ao financiamento destes gastos, tampouco o mesmo apresentou variação dado as classes populacionais, no entanto na classe A há um número elevado de outliers externos.

Dentre os municípios com comportamentos anômalos, destaca-se Bom Jesus e Xangri-lá, sendo que o primeiro, em 2007, consegue arcar com até três vezes os valores de despesa de custeio apenas com suas receitas tributárias. Já Xangri-lá consegue fazer frente a uma boa parcela dos gastos de custeio com apenas recursos provenientes da tributação em quase todos os anos analisados.

No Gráfico 21 é apresentado o comportamento deste indicador conforme as classes populacionais.

Gráfico 21 – Boxplot do financiamento das despesas de custeio por classe

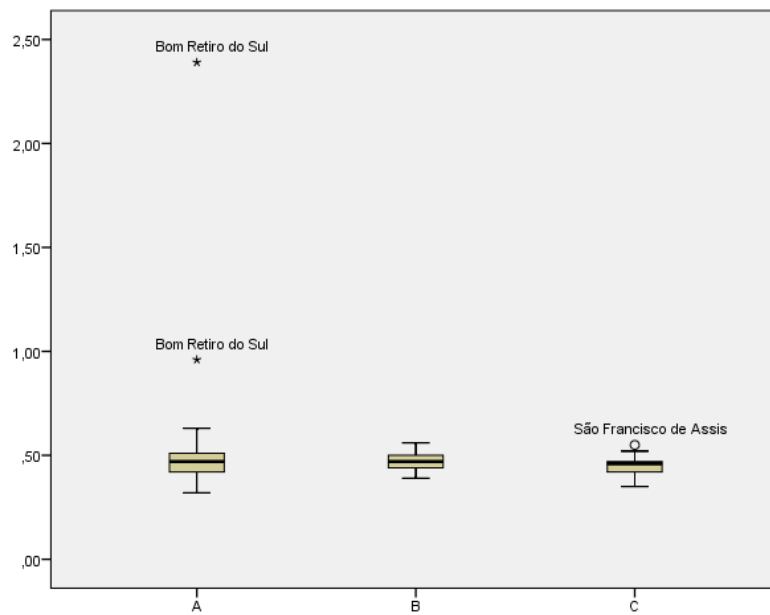


Fonte: Autora.

Já a participação da despesa com pessoal é o único que apresenta variação significativa em relação à quantidade de habitantes, quanto mais populoso o município, menor é a representatividade da despesa com pessoal. São Francisco de Assis foi o município com maior participação da classe C, com representatividade no ano de 2012 de 55% da RCL.

Os municípios da classe B apresentam menor dispersão dos percentuais de participação, com mediana próxima a 50%. Já na classe A, Bom Retiro do Sul aparece como *outlier* duas vezes, dado os altos gastos com pessoal em 2007 e 2011 (Gráfico 22).

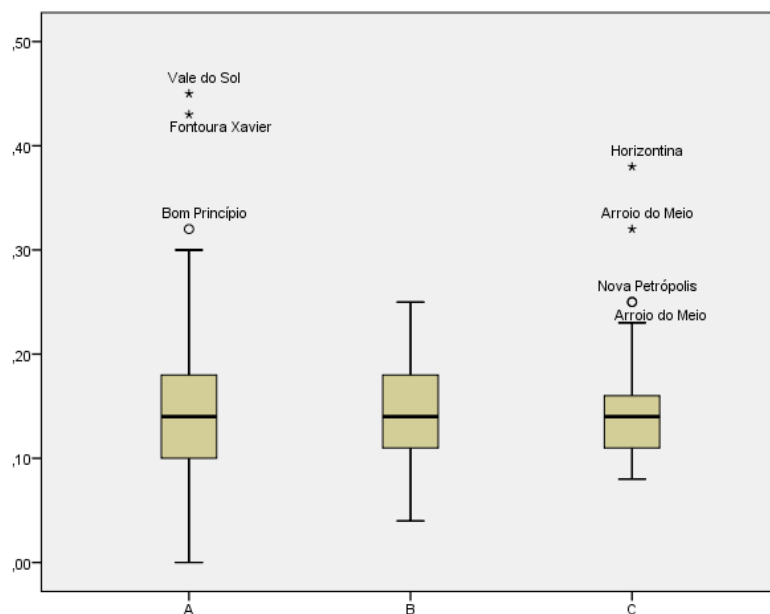
Gráfico 22 – Boxplot da despesa com pessoal por classe



Fonte: Autora.

Quanto aos investimentos, o mesmo não variou em relação às classes, no entanto os municípios mais populosos apresentaram menor dispersão dos percentuais, em relação às outras duas classes, conforme se pode observar no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Boxplot dos investimentos por classe



Fonte: Autora.

Na classe A tinham municípios com comportamento mais distantes dos demais, Vale do Sol foi o município com maior participação dos investimentos, quase 50%. Dentre os *outliers*, destacam-se também Horizontina e Arroio do Meio, com participação dos gastos com investimentos acima de 30%, ambos pertencentes à classe C, esta por sua vez, foi a classe que apresentou o maior número de casos anômalos, já a classe B não apresentou nenhum *outlier*.

#### 4.5 ANÁLISE DO RESULTADO AO LONGO DOS ANOS

Este tópico analisa os resultados gerados pelos municípios da amostra relacionados aos vários fatores impactantes da estrutura financeira e patrimonial, levando em consideração sua variação ao longo dos seis anos analisados e o desempenho dos municípios.

Procurou-se analisar o resultado dos municípios por meio do estudo de seis indicadores, sendo eles: utilização das receitas correntes; utilização das receitas de capital; financiamento do capital; capacidade de geração da poupança; cobertura corrente própria; cobertura corrente total.

##### 4.5.1 Análise da normalidade dos indicadores de resultado ao longo dos anos

A partir dos testes de normalidade, *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*, verificou-se várias situações em relação aos indicadores de resultado, nas quais o nível de significância excede 0,05, levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados, como por exemplo, a utilização das receitas correntes, onde só 2007 não apresentava distribuição normal.

No entanto, mais de 50% dos dados apresentaram nível de significância abaixo de 0,05. Logo, não é possível analisar os dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos, já que os dados em sua maioria não apresentaram os devidos pressupostos da normalidade, sendo assim utilizados testes não paramétricos, tal qual foram utilizados nas demais dimensões do estudo.

Na Tabela 9 pode-se verificar os resultados dos testes de normalidade realizado nos indicadores de receita ano a ano.

Tabela 9 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de despesa por anos

Indicador	Ano	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Utilização das receitas correntes	2007	,444	45	,000	,214	45	,000
	2008	,111	45	,200*	,969	45	,273
	2009	,104	45	,200*	,977	45	,508
	2010	,095	45	,200*	,978	45	,544
	2011	,089	45	,200*	,969	45	,269
	2012	,085	45	,200*	,973	45	,368
Utilização das receitas de capital	2007	,329	45	,000	,424	45	,000
	2008	,257	45	,000	,652	45	,000
	2009	,369	45	,000	,370	45	,000
	2010	,290	45	,000	,675	45	,000
	2011	,390	45	,000	,350	45	,000
	2012	,245	45	,000	,668	45	,000
Financiamento do Capital	2007	,215	45	,000	,859	45	,000
	2008	,130	45	,053*	,965	45	,197
	2009	,127	45	,064*	,972	45	,337
	2010	,083	45	,200*	,941	45	,023
	2011	,151	45	,011	,828	45	,000
	2012	,100	45	,200*	,985	45	,807
Capacidade de geração própria de poupança	2007	,318	45	,000	,347	45	,000
	2008	,099	45	,200*	,962	45	,150
	2009	,144	45	,020	,934	45	,013
	2010	,106	45	,200*	,974	45	,409
	2011	,104	45	,200*	,957	45	,095
	2012	,104	45	,200*	,950	45	,052
Cobertura corrente própria	2007	,275	45	,000	,481	45	,000
	2008	,180	45	,001	,763	45	,000
	2009	,174	45	,002	,725	45	,000
	2010	,222	45	,000	,570	45	,000
	2011	,233	45	,000	,638	45	,000
	2012	,200	45	,000	,667	45	,000
Cobertura corrente total	2007	,183	45	,001	,717	45	,000
	2008	,124	45	,079*	,907	45	,002
	2009	,137	45	,034	,976	45	,451
	2010	,110	45	,200*	,950	45	,052
	2011	,087	45	,200*	,967	45	,225
	2012	,088	45	,200*	,971	45	,327

Fonte: Autora.

#### 4.5.2 Análise das variações dos indicadores de resultado ao longo dos anos

Por meio do teste de *Kruskal-Wallis*, verificou-se que três indicadores de resultado não apresentaram variação significativa em relação ao tempo, sendo eles a utilização das receitas correntes, financiamento do capital e a cobertura corrente própria. Os demais indicadores apresentaram variação significativa ao longo dos seis anos, com grandes alterações comportamentais e significância de 5%. Na Tabela 10 constam os resultados do teste de independência com a respectiva significância.

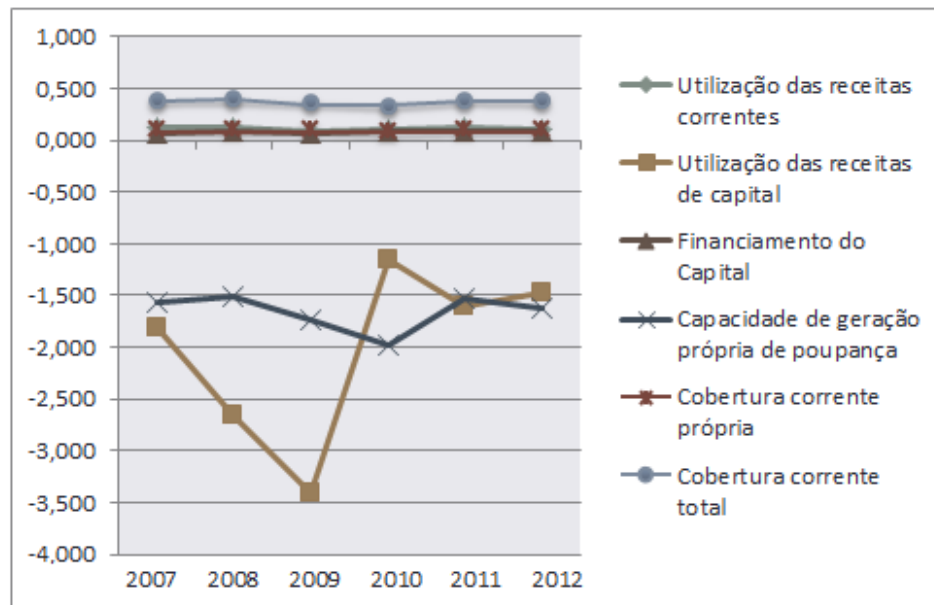
Tabela 10 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para indicadores de resultado por ano

Indicador	Sig.	Conclusão
Utilização das receitas correntes	,125	Manter
Utilização das receitas de capital	,002	Rejeitar
Financiamento do Capital	,367	Manter
Capacidade de geração própria de poupança	,007	Rejeitar
Cobertura corrente própria	,369	Manter
Cobertura corrente total	0,007	Rejeitar

Fonte: Autora.

Ao analisar a variação da mediana desses indicadores ao longo dos anos, verificou-se que os três indicadores que não apresentaram variação ao longo dos anos, possuem praticamente o mesmo comportamento. Inclusive no Gráfico 24 pode-se visualizar que os três ficam sobrepostos, aparentando estarem todos em linha reta, próximo a 10%, dada a falta de variação ao longo dos anos.

Gráfico 24 – Evolução dos indicadores de resultado por ano



Fonte: Autora.

Já a utilização das receitas de capital apresentou nos seis anos indicadores abaixo de zero, ou seja, a maioria dos municípios apresentaram no período despesas de capital superiores as receitas de capital. De 2007 a 2009 houve uma queda significativa deste indicador próximo a 90%, já do ano de 2009 para 2010 houve crescimento de mais de 60%, voltando a cair em 2011, onde se estabeleceu.

A capitação de geração própria de poupança também apresentou variação ao longo do ano, crescendo de 2007 para 2008, depois decaindo de 2008 a 2010 e voltando a crescer em 2010 e decaindo novamente em 2011. As medianas da geração própria de poupança também foram todas inferiores a zero, indicando que na maioria dos municípios, as receitas próprias não são capazes de cobrir as despesas de mesma natureza, sendo assim incapazes de constituírem reservas de valores.

Em relação à cobertura corrente total, que inclui a quota parte do ICMS, a mesma também apresentou variação ao longo dos anos, mas aparentemente de menor intensidade que os outros dois. Para melhor visualizar a sua variação tem-se como exemplo os municípios de Bom Jesus e Nova Petrópolis.

Bom Jesus foi o município com maior capacidade cobertura corrente total, mais de 100% no ano de 2007, no entanto em 2009, o mesmo apresentou capacidade de cobertura de apenas 22%, tendo sofrido diminuição de 84% em dois anos.

Nova Petrópolis, especificamente, apresentou no ano de 2011 o terceiro maior valor da amostra, tendo capacidade de 60%, no entanto, no ano seguinte, passou para 23%, reduzindo para menos da metade em um ano.

#### **4.5.2 Análise do desempenho dos indicadores de resultado ao longo dos anos**

A partir dos dados encontrados, pode-se verificar que na maioria dos municípios as receitas correntes, desconsiderando as deduções, são suficientes para arcarem com as despesas de mesma natureza. Em 2008, apenas Barros Cassal, possuía despesas correntes superiores as receitas, ano de menor incidência desse fato. Já o ano em que teve mais municípios nesta situação foi 2012, onde quatro municípios tiveram parte das suas despesas correntes descobertas.

Em 2007, Vale do Sol era o que apresentava maior percentual de receitas correntes não comprometidas com as despesas correntes, cerca de 20%, seguido de Fontoura Xavier e Bom Princípio. Em 2008 Vale do Sol chegou a ter sobra de 28% das receitas correntes, juntamente com Arroio do Meio, maior percentual referente à utilização da receita corrente,

no entanto como o Estado não visa lucro, tal situação só é considerada positiva caso estes municípios aproveitem este excesso para investimentos no atendimento da necessidade da população.

De fato, Arroio do Meio, em 2008, teve um dos maiores índices de participação dos investimentos, acima de 30%. Vale do Sol, apresentou índice de 23,08%, no entanto de 2007 para 2008, houve diminuição de um pouco mais de 2%, sendo o seu maior indicador em 2010.

Os percentuais mais baixos quanto à utilização das receitas correntes ficaram a cargo de Bom Retiro do Sul e Santo Antônio das Missões no ano de 2007. Com índices negativos, estes municípios possuíam despesas correntes superiores as receitas de igual natureza, situação preocupante, que pode levar a um sério desequilíbrio das contas públicas e consequente endividamento.

O município de Bom Retiro do Sul foi o que apresentou maior diferença entre as receitas correntes e as despesas, no período estudado, cerca de R\$49.000.000,00. A receita deste município cobria apenas 23% das despesas correntes em 2007, sendo os gastos com despesa de pessoal o principal responsável por essa diferença, já que o mesmo representava, extraordinariamente, mais de 50% das despesas totais nesse ano e o dobro das receitas correntes líquidas, bem acima do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal de 60%.

No entanto, nos demais anos a situação se normalizou para Bom Retiro do Sul, mantendo a receita corrente sempre superior em cerca de 9%, e as despesas de pessoal próximo a 40% das despesas totais. Este município só veio a apresentar novamente despesa corrente superior em 2010.

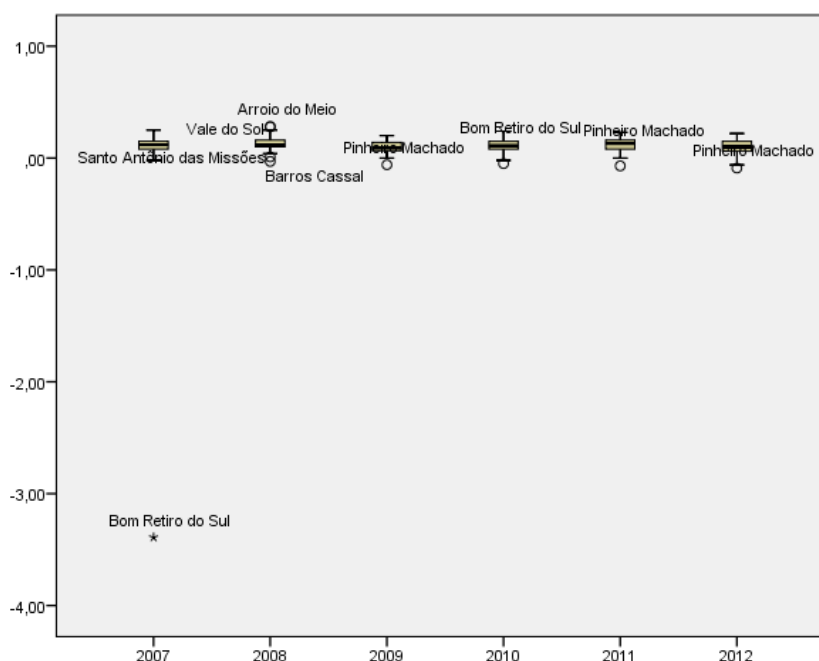
Pinheiro Machado, por sua vez, foi o único que apresentou indicador de utilização das receitas correntes negativo por mais de um ano seguido. De 2009 a 2012 as despesas correntes se mantiveram superiores as receitas correntes, com parcela referente à despesa de pessoal em torno de 45% das despesas totais.

A utilização das receitas correntes ao longo dos anos não apresenta variação significativa, com mediana sempre próxima a 11%. Tal indicador tampouco apresenta dispersão relevante dos dados, concentrando quase 100% dos municípios no intervalo de 8% a 18%. No entanto, há presença de *outlier* em todos os anos, o município de Pinheiro Machado e Bom Retiro do Sul, são os que mais se destacam com um comportamento atípico.

No Gráfico 25 é apresentada a utilização da receita corrente da amostra ao longo dos seis anos.



Gráfico 25 – Boxplot da utilização da receita corrente ao longo dos seis anos



Fonte: Autora.

Já em relação à utilização das receitas de capital, a maioria dos municípios apresentam despesas de capital superiores às receitas de capital, apresentando indicadores negativos em quase todos os anos. Em 2007, 42 municípios, apresentaram percentuais negativos, e outros três apresentaram valores iguais à zero, ou seja, nenhum município da amostra, em 2007, apresentou receitas de capital superiores às despesas de capital.

Em 2008, no entanto Porto Xavier e Arroio dos Ratos apresentaram valores positivos quanto à utilização das receitas de capital, ou seja, após a cobertura das despesas de mesma natureza, ainda sobrou recursos, porém o desempenho considerado ótimo nesse caso seria a igualdade entre elas, uma vez que as receitas de capital se destinam exclusivamente à cobertura de despesas de capital, só podendo ser aplicadas com este fim, o que quer dizer que estes municípios se preocuparam em juntar recursos para atividades as quais não efetivaram. De fato, ambos os municípios tiveram seus menores investimentos esse ano, menos de 9% da RCL.

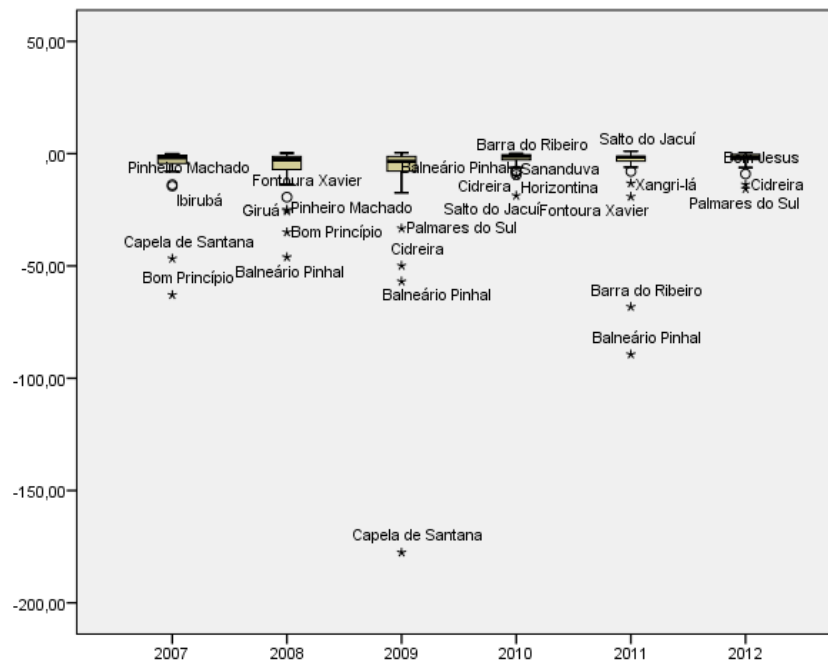
A situação de 2007 não chegou a se repetir novamente, desde 2008, houve ao menos um município com receitas de capital superiores as despesas. Em 2011, Bom Retiro do Sul, inclusive, apresentou o maior indicador positivo de utilização de receita de capital, já que nesse ano o município não apresentou despesas de capital, apenas receita, chegando a 100%, o que significa que em 2011 este município não realizou investimentos na própria cidade,

quanto à expansão dos serviços, tendo deixado dinheiro parado em caixa, no entanto, no ano seguinte o mesmo já voltou a apresentar índice negativo, normalizando a situação.

Capela Santana, por sua vez, foi o município com menor indicador de utilização da receita capital em 2009, tendo apresentado uma diferença gritante entre a receita de capital e a despesas de mesma natureza. Balneário Pinhal e Barra do Ribeiro também apresentaram valores negativos no ano de 2011, tendo que financiar grande parte destes gastos com receitas de outra natureza.

O Gráfico 26 traz o comportamento ao longo dos anos da amostra em relação à utilização das receitas de capital.

Gráfico 26 – Boxplot da utilização da receita de capital ao longo dos seis anos



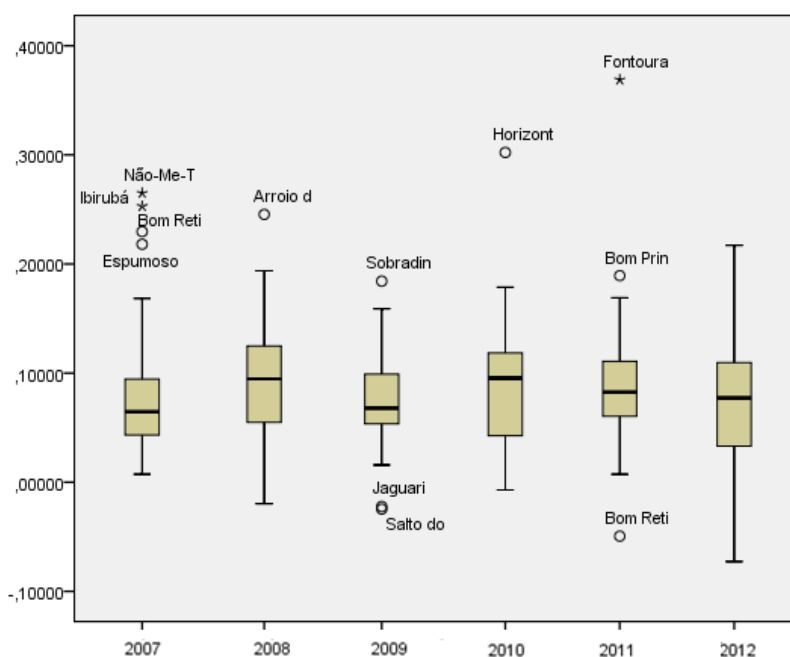
Fonte: Autora.

A utilização das receitas de capital apresentou inúmeros *outliers*, em todos os anos, com variação significativa, principalmente no ano de 2007 a 2010. No entanto o mesmo é de difícil visualização dada a escala utilizada, em função do valor anômalo de Capela Santana.

Em relação ao financiamento de capital, este é exatamente o oposto da utilização da receita de capital, pois quanto maior o indicador de utilização de receita, maior é a receita de capital em relação à despesa, conseqüentemente, menor deverá ser a porcentagem de financiamento por meio da receita corrente e vice versa.

Como a maioria dos municípios possuem receitas de capital insuficientes para cobrirem a totalidade das despesas de capital, sendo necessária uma parcela das receitas correntes para sana-las, têm-se índices de financiamento em sua maioria positivos próximo a 10%. No Gráfico 27 é exposto o financiamento de capital ao longo dos seis anos por meio de diagramas de caixa.

Gráfico 27 – Boxplot do financiamento de capital ao longo dos seis anos



Fonte: Autora.

Em relação ao *boxplot* do financiamento de capital observou-se que o mesmo apresenta grande dispersão dos municípios dentro do próprio ano. Sendo a maior amplitude em 2012, único ano sem *outliers*, com distribuição simétrica em relação à mediana, ao contrário do ano de 2007 e 2009, dados mais assimétricos, com retas verticais pequenas e presença de ao menos uma anomalia.

Em 2007, todos os municípios apresentaram indicador de financiamento positivo. Planalto, Jaguari e Barros Cassal, foram os que apresentaram os menores indicadores nesse ano, menos de 1% das suas receitas correntes foram necessárias para cobrirem as atividades de investimentos, no entanto não necessariamente este resultado é positivo, pois pode indicar baixo nível de investimento por parte destes municípios, o que de fato se aplica ao caso de Jaguari, como já comentado anteriormente.

Nos demais anos analisados, certos municípios chegaram a apresentar indicadores negativos, o que indica que naquele período as receitas correntes não são necessárias para arcarem com as despesas de capital. O menor percentual foi o de Fontoura Xavier em 2012, próximo a 8% negativo, este ano inclusive foi o que apresentou maior número de municípios com índices abaixo de zero.

Já o indicador mais elevado quanto ao financiamento de capital ficou a cargo de Fontoura Xavier em 2011, mais de 20% da receita corrente era necessária para cobrir os gastos com os investimentos, sendo este o município com maior variação de um ano para o outro, cerca de 300% de crescimento. Assim como Bom Retiro do Sul, que em 2007 estava entre os cinco maiores percentuais, próximo a 23%, e em 2011 passou para 5% negativo, menor percentual do ano, tendo apresentado decréscimo de 120%.

Em relação à capacidade de geração própria de poupança, em 2007, com exceção do município de Bom Jesus, todos os demais apresentaram valores negativos, ou seja, 98% dos municípios analisados apresentavam forte dependência das receitas de transferência para cobrir suas despesas correntes. Tanto que o bom resultado de Bom Jesus se repete nos indicadores de cobertura própria e total, ultrapassando 100%, pois apresenta receitas tributárias superiores as suas despesas.

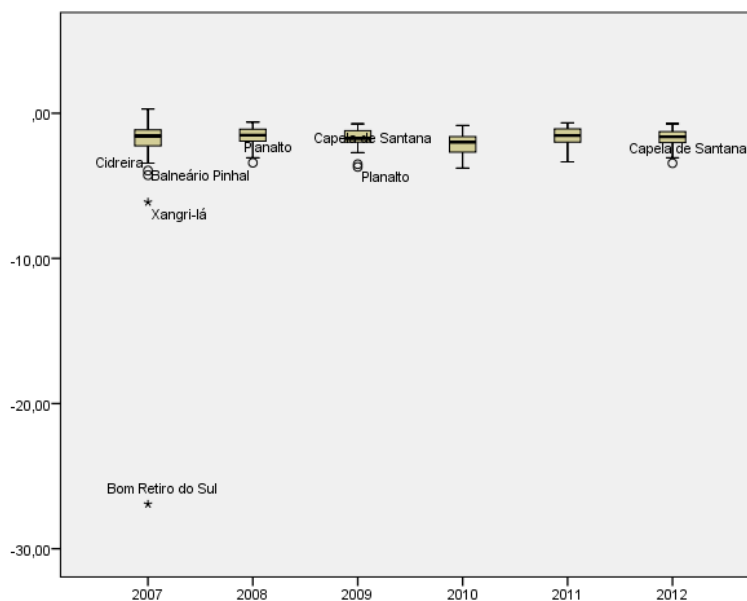
Considerando a análise destes indicadores nos demais anos analisados, a partir de 2008, 100% da amostra apresentou valores negativos quanto à capacidade de geração própria de poupança através de recursos próprios, ou seja, nenhuma delas apresentou receitas tributárias superiores as despesas correntes, nem Xangri-lá, com maior potencial de arrecadação foi capaz de arcar com suas despesas, tampouco Bom Jesus voltou a se aproximar do mesmo desempenho de 2007.

O pior desempenho quanto à capacidade de geração da receita própria ficou a cargo do município de Bom Retiro do Sul no ano de 2007, quando apresentou a maior diferença negativa entre as receitas correntes e as despesas correntes, dado a alta despesa de pessoal naquele ano.

Pode-se concluir que quase todos os municípios da amostra são incapazes de pagarem suas despesas correntes apenas com as receitas próprias, muito menos constituírem alguma reserva a partir do dinheiro que arrecadam da população, o que reforça a constatação anterior de que a maioria dos municípios da amostra apresenta pouca ou nenhuma autonomia financeira, dependendo em grande parte das transferências para arcarem inclusive com os seus gastos de custeio.

No Gráfico 28, pode-se observar melhor o comportamento dos municípios da amostra em relação à geração própria de poupança ao longo dos anos, lembrando que tal indicador considera apenas as receitas próprias na sua fórmula.

Gráfico 28 – Boxplot da capacidade de geração própria de poupança ao longo dos seis anos



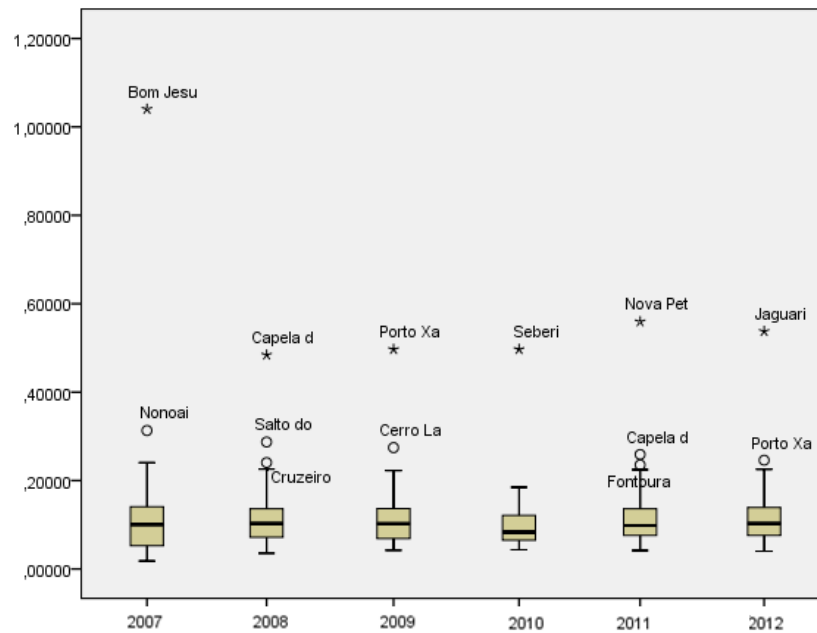
Fonte: Autora.

No entanto, ao considerar a totalidade das receitas correntes, a situação se inverte, sendo a maioria inteiramente capaz de gerar poupança. Por exemplo, o município de Planalto, em 2007 apresentou quase 100% das suas receitas advindas de transferências e capacidade de geração própria de 170% negativo, no entanto, considerando os repasses governamentais a capacidade de geração de poupança passa para 75%.

Quanto à análise da cobertura própria e cobertura total, chega-se a mesma conclusão, de modo geral, os municípios dependem significativamente das transferências para arcarem com suas obrigações.

Bom Jesus, em 2007, foi o único município da amostra que conseguiria cobrir todas as suas despesas apenas com os valores arrecadados dos tributos, no entanto, este desempenho é um caso isolado. Nos demais anos os municípios mais independentes financeiramente não chegam nem a cobrir 60% das despesas correntes, Nova Petrópolis é que mais se aproxima em 2011, com percentual de 56%, conforme se pode verificar no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Boxplot da utilização da cobertura própria ao longo dos anos



Fonte: Autora.

Este indicador apresenta valores mais uniformes, sem grandes variações em relação aos anos, a maioria dos municípios apresentam valores entre 5% e 15%, percentuais considerados baixos. Quanto à presença de *outliers*, em todos os anos há sempre mais de um município com comportamento atípico.

Quanto à cobertura total, vale destacar, que o que muda da cobertura própria para este indicador é o acréscimo da quota parte do ICMS, uma vez que a transferência do ICMS tem como fator determinante a própria economia local, por meio do percentual de circulação de mercadorias e serviços na cidade.

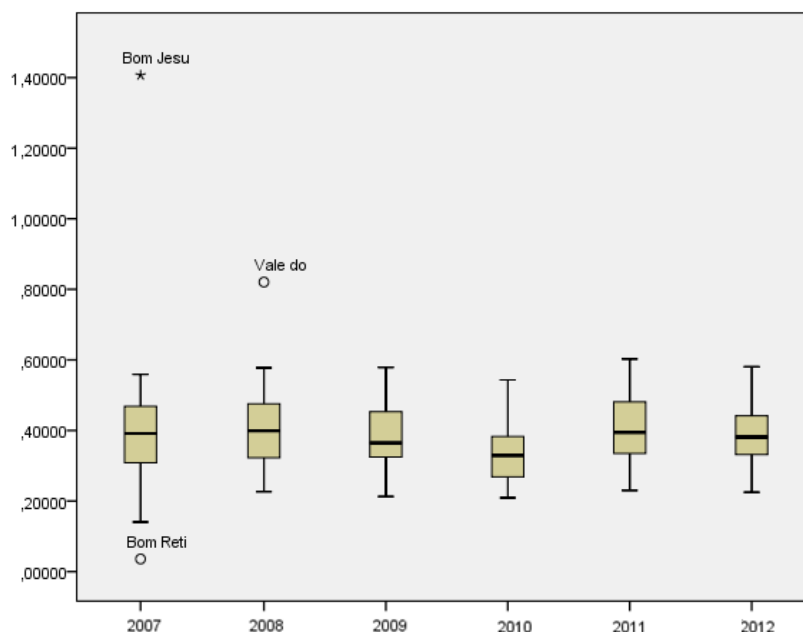
Com o acréscimo deste item alguns municípios tiveram impactos mais significativos que outros, de igual forma, Bom Jesus continua como o mais independente no ano de 2007, as receitas tributárias mais ICMS além de cobrirem todas as despesas correntes sobra uma parcela para dar frente a outros investimentos.

No entanto, o que mais chamou a atenção foi o fato de com a inserção desta cota, os municípios de Ibirubá e Horizontina passaram de 1% para mais de 30%, o que só confirma o que Bovo (1995) afirma, que o maior impacto na consideração da receita de ICMS como receita própria do município se dá nos municípios industriais.

A principal atividade econômica de Horizontina é a secundária, com a sede da John Deere instalada na cidade, uma das indústrias de maquinário agrícola mais admirada no mundo, assim como Ibirubá e as indústrias de metal mecânico, como a Dellay e a Indutar.

O comportamento da cobertura total ao longo dos anos apresenta, em especial, um declínio nos percentuais de cobertura total no ano de 2010, voltando a crescer em 2011. Os dados não são muito dispersos em relação a este indicador, as linhas verticais, fora o ano de 2007, mantem-se praticamente no mesmo tamanho, conforme se pode observar no Gráfico 30.

Gráfico 30 – Boxplot da cobertura total ao longo dos anos



Fonte: Autora.

Quanto aos valores anômalos, Bom Jesus em 2007 foi o município com o comportamento mais anormal da amostra, além dele, Vale do Sol e Bom Retiro do Sul também tiveram percentuais anômalos. Vale do Sol apresentou o segundo maior percentual da amostra, no ano de 2008. Já Bom Retiro do Sul, apresentou o menor percentual da amostra, cujas receitas tributárias mais o ICMS não chegavam a cobrir 10% das despesas de pessoal.

#### 4.6 ANÁLISE DO RESULTADO NAS CLASSES

Procurou-se analisar ainda os indicadores de resultado, quanto ao número de habitantes, para verificar se o fator populacional influencia significativamente neste aspecto.

#### 4.6.1 Análise da normalidade dos indicadores de resultado por classe

Na Tabela 11 são expostos os resultados dos testes de normalidade da amostra em relação aos indicadores de resultado pelas classes populacionais.

Tabela 11 – Resultado dos testes de normalidade dos indicadores de resultado por classe

Indicador	Classe	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Utilização das receitas correntes	A	,334	162	,000	,205	162	,000
	B	,110	66	,046	,973	66	,151
	C	,106	42	,200*	,974	42	,436
Utilização das receitas de capital	A	,328	162	,000	,387	162	,000
	B	,180	66	,000	,860	66	,000
	C	,245	42	,000	,672	42	,000
Financiamento do Capital	A	,064	162	,200*	,961	162	,000
	B	,105	66	,066	,911	66	,000
	C	,152	42	,016	,877	42	,000
Capacidade de geração própria de poupança	A	,272	162	,000	,309	162	,000
	B	,118	66	,024	,939	66	,003
	C	,121	42	,128	,936	42	,021
Cobertura corrente própria	A	,222	162	,000	,578	162	,000
	B	,093	66	,200*	,961	66	,037
	C	,213	42	,000	,691	42	,000
Cobertura corrente total	A	,092	162	,002	,803	162	,000
	B	,083	66	,200*	,984	66	,559
	C	,091	42	,200*	,957	42	,117

Fonte: Autora.

A partir dos testes de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk*, verificou-se cinco situações, nas quais o nível de significância dos indicadores de resultado excede 0,05, levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados.

No entanto, 72% dos dados apresentaram nível de significância abaixo de 0,05. Logo, não é possível analisar os dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos, já que os dados em sua maioria não apresentaram os devidos pressupostos da normalidade.

#### 4.6.2 Análise das variações dos indicadores de resultado por classe

A partir do teste de *Kruskal-Wallis*, verificou-se que todos os indicadores de resultado se mantiveram iguais em relação às classes, sem variação significativa estatisticamente, conforme pode-se observar na tabela 12.



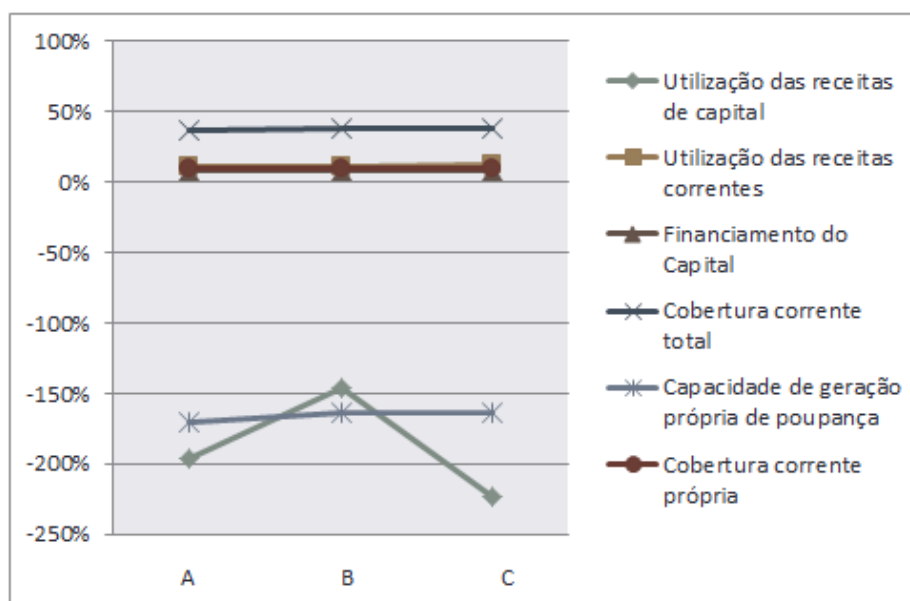
Tabela 12 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* dos indicadores de resultado por classe

Indicador	Sig.	Conclusão
Utilização das receitas correntes	,089	Manter
Utilização das receitas de capital	,104	Manter
Financiamento do Capital	,060	Manter
Capacidade de geração própria de poupança	,592	Manter
Cobertura corrente própria	,456	Manter
Cobertura corrente total	0,641	Manter

Fonte: Autora.

Ao observar a evolução das medianas dos indicadores, verificou-se que de fato não há variação quanto à utilização das receitas correntes, quanto ao financiamento do capital, cobertura corrente própria e cobertura corrente total em relação às classes populacionais, as mesmas se mantiveram praticamente em linha reta, inclusive a utilização das receitas correntes, cobertura própria e o financiamento de capital, possuem valores próximos, chegando a ficarem sobrepostos no Gráfico 31.

Gráfico 31 – Evolução dos indicadores de resultado por classes



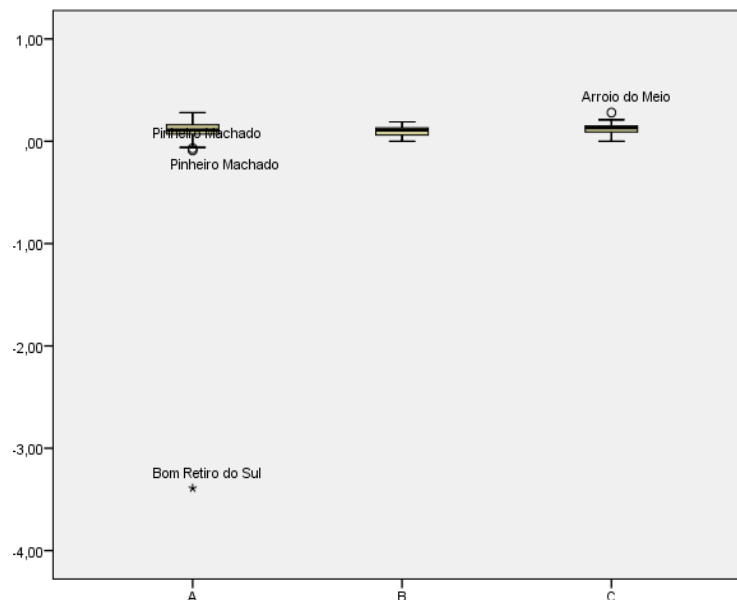
Fonte: Autora.

A capacidade de geração própria de poupança apresenta uma pequena variação da classe A para as outras duas, porém pouco significativa. Já utilização das receitas de capital, por sua vez, apresentou no resultado do teste não paramétrico que não havia variação significativa, no entanto, a mesma apresenta diferença de 25% da mediana da classe A para a classe B e de 50% da classe B para a classe C, as quais estatisticamente foram consideradas irrelevantes em relação à distribuição de valores do todo.

#### 4.6.2 Análise de desempenho dos indicadores de resultado por classe

Conforme constatado no teste de *Kruskal-Wallis*, nenhum dos indicadores sofre alteração com base da quantidade de habitantes dos municípios, por mais que a utilização das receitas de capital deixe visualmente em dúvida, quanto à significância das variações que esta apresenta. No Gráfico 32 é exposta a utilização das receitas correntes pelas classes populacionais, para melhor visualização.

Gráfico 32 – Boxplot da utilização das receitas correntes por classes



Fonte: Autora.

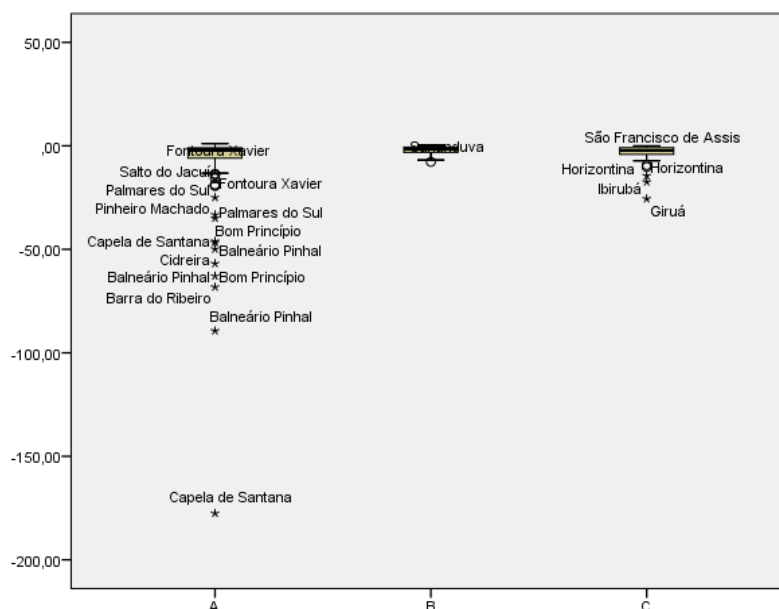
Quanto à utilização das receitas corrente, observa-se pouca dispersão entre os percentuais em cada classe, e a mediana não varia de uma classe para outra, mantendo-se sempre entre 11% e 13%. Bom Retiro do Sul e Pinheiro Machado são os únicos *outliers* da classe A.

Bom Retiro do Sul se destacou negativamente, como o município de menor percentual, ou seja, com despesas correntes superiores as receitas, este fato ocorreu no ano de 2007, cujas despesas de pessoal chegaram ao dobro da RCL, conforme já comentado anteriormente. Pinheiro Machado, também se destacou negativamente, por ter apresentado valores próximo a 10% negativos nos anos de 2010 e 2011.

A classe B apresentou a menor dispersão de valores, sem a presença de *outliers*. Na classe C tem-se um único município com comportamento anômalo. Arroio do Meio no ano de 2008 apresentou a maior utilização das receitas correntes próximo a 30%, o que significa que tal município, neste ano, possuía receitas correntes totais suficientes para arcarem com as despesas correntes, sem considerar as deduções da receita.

Em relação à utilização da receita de capital, há um número elevado de *outliers* nas classes A e C, sendo Capela Santana e Balneário Pinhal, ambos da classe A, valores mais extremamente negativos, os mais anormais da amostra, onde as despesas de capital sobressaíam sobre as receitas em mais de 60%, conforme pode-se observar no Gráfico 33.

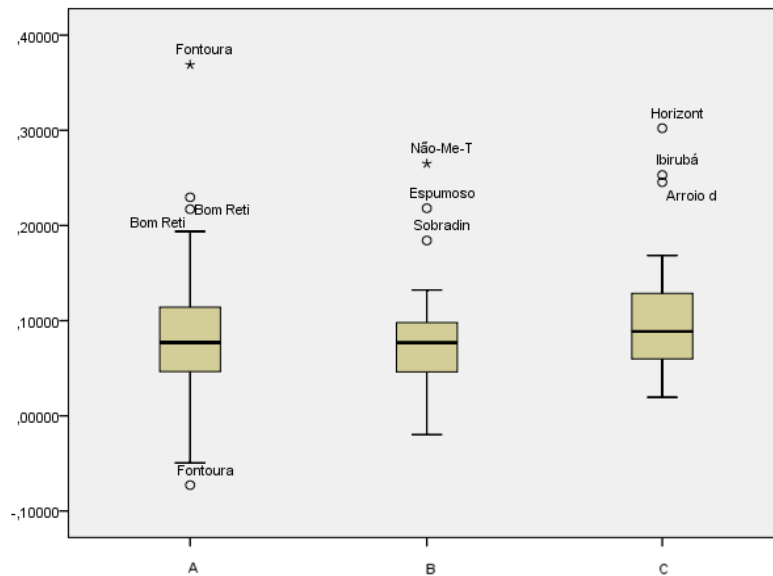
Gráfico 33 – Boxplot da utilização das receitas de capital por classe



Fonte: Autora.

Em relação ao financiamento de capital, observa-se que a mediana de cada classe mantiveram valores próximos a 10%, sem apresentar grandes variações em relação à quantidade de habitantes, conforme se pode verificar no Gráfico 34.

Gráfico 34 – Boxplot do financiamento de capital por classes



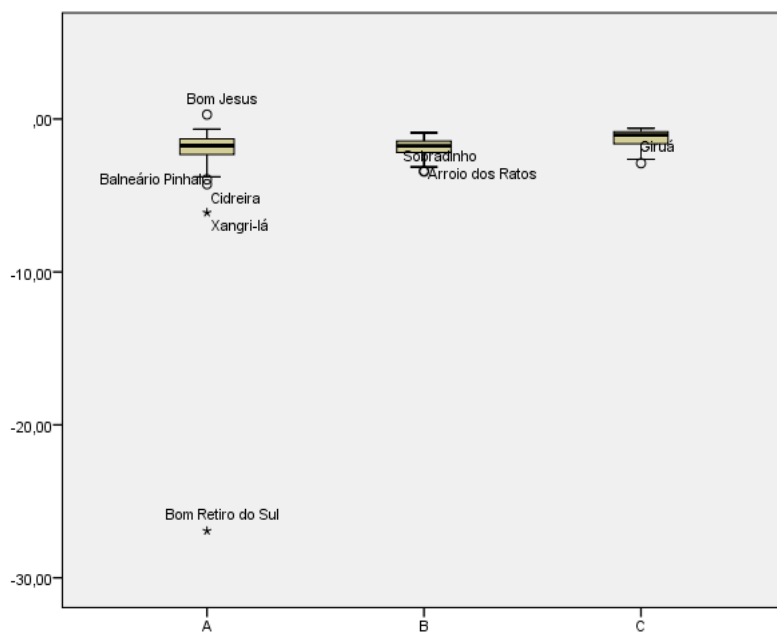
Fonte: Autora.

Tal indicador apresentou dispersão entre os dados da classe A, a mesma também foi a com maior número de *outliers*, o município Retiro do Sul, aparece duas vezes com altos valores de financiamento, no entanto é Fontoura Xavier que apresenta tanto o menor valor da classe como também o maior. Já nas demais classes a amplitude é menor com três *outliers* cada uma.

A capacidade de geração própria de poupança, tampouco, apresentou variação em relação às classes populacionais, nas três classes a mediana se manteve próxima a 100% abaixo de zero, o que indica a dificuldade que as empresa possuem em arcar com suas obrigações a partir de suas receitas próprias, desconsiderando as transferências.

Em relação à dispersão dos dados, pode-se perceber que há considerável amplitude, considerando que a escala é de 1000%. Quanto à presença de anormalidades, a classe A foi a com maior incidência de casos fora do comportamento padrão da classe. Bom Retiro do Sul é o município da classe A que mais se afastou da mediana, apresentando o menor percentual de toda a amostra. Em segundo tem-se o município de Xangri-lá, que mesmo possuindo a maioria das suas receitas provenientes da tributação, em nenhum dos anos conseguiu fazer frente às despesas correntes com apenas as receitas próprias, em 2007 chegou a apresentar indicador de mais de 600% negativo. No Gráfico 35 se pode visualizar melhor o comportamento deste indicador em cada classe.

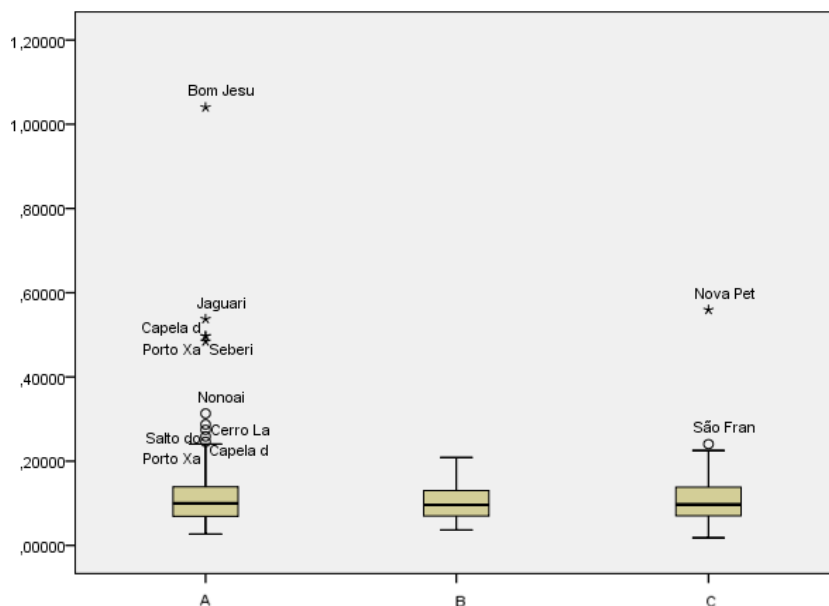
Gráfico 35 – Boxplot da capacidade de geração própria de poupança



Fonte: Autora.

A capacidade de cobertura própria descreve a mesma situação encontrada em relação à capacidade de geração de poupança, sem variar pelo número de habitantes, com as medianas baixas nas três classes, próximo a 10%, conforme se pode visualizar no Gráfico 36.

Gráfico 36 – Boxplot da cobertura própria nas classes populacionais



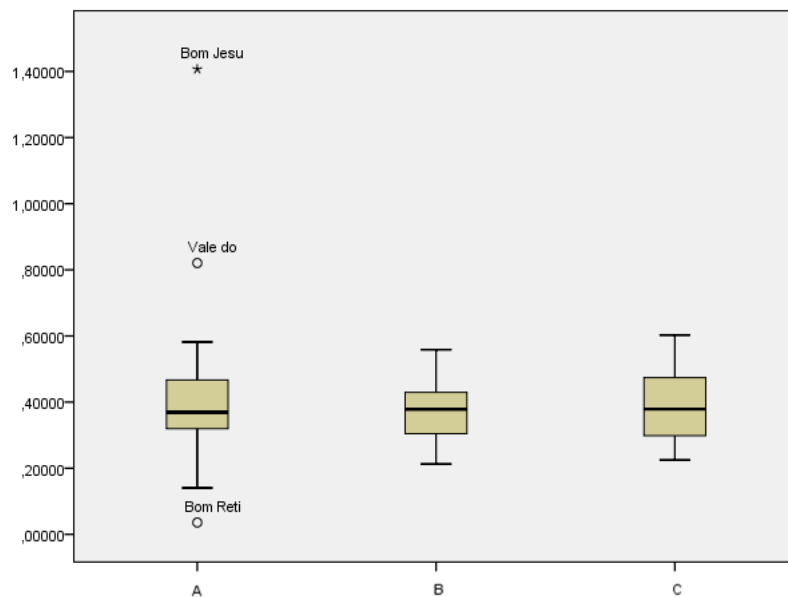
Fonte: Autora.

Os dados tampouco apresentam dispersão significativamente em cada classe, mais de 50% dos municípios apresentam valores entre 10% e 20% nas três classes, sendo que a classe A foi a que apresentou maior amplitude entre o máximo e mínimo, assim como maior presença de *outliers*, com destaque para Bom Jesus, que em 2007 apresentou mais de 100% de capacidade cobertura de suas despesas apenas com as receitas próprias.

Da cobertura própria para cobertura total o que difere é a inserção do ICMS, no entanto, há um aumento significativo nas medianas, na dispersão dos dados e diminuição da presença de *outliers* em função disso.

Quando comparado o desempenho dos municípios em relação aos indicadores de capacidade cobertura própria e de capacidade de cobertura total, percebe-se como os repasses governamentais, são de grande importância para a manutenção das atividades dos municípios da amostra. No Gráfico 37 tem-se o comportamento deste indicador por classe;

Gráfico 37 – Boxplot da cobertura total por classe



Fonte: Autora.

#### 4.7 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ AO LONGO DOS ANOS

Procurou-se analisar o endividamento e a liquidez por meio do estudo de cinco indicadores, são eles: a participação da dívida fundada nas receitas correntes; participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias; participação do passivo financeiro descoberto na margem de poupança, comprometimento patrimonial e necessidade de recurso.

#### 4.7.1 Análise da normalidade do endividamento e liquidez por ano

A partir dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* com a correção de *Lilliefors*, e de *Shapiro-Wilk*, verificamos várias situações em relação aos indicadores de endividamento e liquidez, nas quais o nível de significância excede 0,05, levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados. No entanto, a maioria dos dados apresentou nível de significância abaixo de 0,05, como pode se observar na Tabela 13.

Tabela 13 – Resultado dos testes de normalidade para indicadores de endividamento e liquidez por ano

Indicador	Ano	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Participação da dívida fundada nas receitas correntes	2007	,217	45	,000	,893	45	,001
	2008	,180	45	,001	,909	45	,002
	2009	,213	45	,000	,884	45	,000
	2010	,241	45	,000	,905	45	,001
	2011	,304	45	,000	,793	45	,000
	2012	,243	45	,000	,872	45	,000
Participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias	2007	,240	45	,000	,675	45	,000
	2008	,165	45	,003	,938	45	,018
	2009	,148	45	,014	,938	45	,018
	2010	,105	45	,200*	,965	45	,194
	2011	,094	45	,200*	,965	45	,195
	2012	,093	45	,200*	,960	45	,122
Participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança	2007	,152	45	,011	,943	45	,027
	2008	,153	45	,010	,896	45	,001
	2009	,361	45	,000	,358	45	,000
	2010	,497	45	,000	,167	45	,000
	2011	,313	45	,000	,440	45	,000
	2012	,500	45	,000	,179	45	,000
Comprometimento patrimonial	2007	,326	45	,000	,389	45	,000
	2008	,295	45	,000	,548	45	,000
	2009	,261	45	,000	,519	45	,000
	2010	,424	45	,000	,245	45	,000
	2011	,210	45	,000	,831	45	,000
	2012	,215	45	,000	,862	45	,000
Necessidade de recursos	2007	,240	45	,000	,685	45	,000
	2008	,160	45	,006	,940	45	,022
	2009	,154	45	,009	,937	45	,016
	2010	,110	45	,200*	,964	45	,181
	2011	,098	45	,200*	,966	45	,207
	2012	,093	45	,200*	,959	45	,109

Fonte: Autora.

Deste modo, não é possível analisar os dados de forma consistente pelo emprego de testes paramétricos, já que os dados em sua maioria não apresentaram os devidos pressupostos.

#### 4.7.2 Análise das variações de endividamento e liquidez por ano

A partir do resultado do teste de *Kruskal-Wallis* pode-se inferir que todos os indicadores apresentam comportamento igual ao longo dos anos, sem apresentarem diferenças no nível de significância de 5% quanto à distribuição dos percentuais, conforme se pode observar na Tabela 14.

Tabela 14 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para indicadores de endividamento e liquidez por ano

Indicador	Sig.	Conclusão
Participação da dívida fundada nas receitas correntes	,070	Manter
Participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias	,139	Manter
Participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança	,039	Manter
Comprometimento patrimonial	,986	Manter
Necessidade de recurso	,121	Manter

Fonte: Autora.

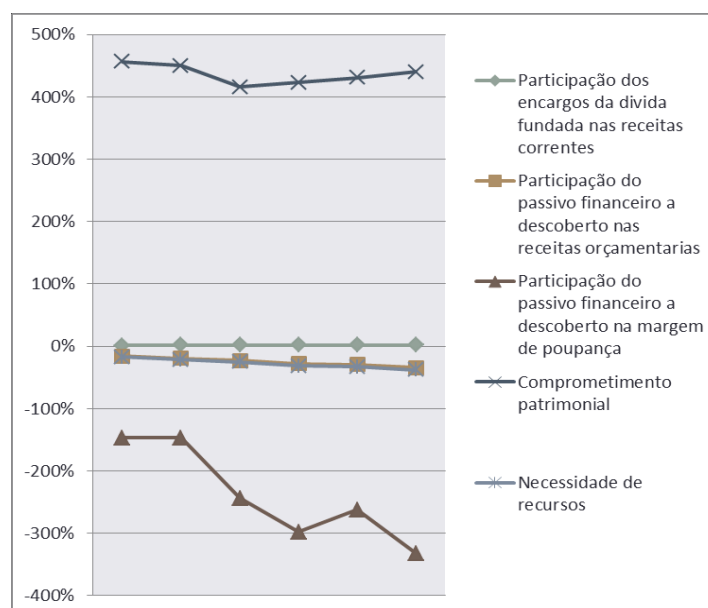
Quanto ao comportamento da mediana, pode-se verificar que a participação dos encargos da dívida fundada nas receitas correntes manteve-se nula nos seis anos, já as medianas da necessidade de recursos e da participação do passivo financeiro descoberto nas receitas diminuíram ao longo dos anos, embora a distribuição dos valores não tenha apresentado variação significativa.

A participação do passivo financeiro a descoberto também teve diminuição na mediana de 2008 a 2010, crescendo em 2010 e voltando a decrescer novamente em 2011, no entanto, a variação da mediana não retrata a fiel situação da distribuição dos valores e a variação deste indicador não foi considerada relevante estatisticamente.

No Gráfico 38 é apresentada a evolução das medianas dos cinco indicadores ao longo dos anos.



Gráfico 38 – Evolução dos indicadores de endividamento e liquidez por ano



Fonte: Autora.

#### 4.7.3 Análise do desempenho dos indicadores de endividamento e liquidez por ano

A análise do endividamento e liquidez dos municípios é de grande importância para melhor entender a situação financeira dos mesmos, e merece atenção, já que o endividamento, se não planejado, pode levar as contas públicas a um descontrole insustentável.

Referente à participação da dívida fundada nas receitas correntes constatou-se que Santo Antônio das Missões, Crissiumal, Nonoai, Barros Cassal e Salto do Jacuí, foram os municípios com os maiores índices ao longo dos seis anos, com percentuais acima de 6%, sendo que as dívidas que mais pesam no orçamento destes municípios são as contratuais, dívidas captadas normalmente para financiamento de projetos específicos por meio de contratos de empréstimos.

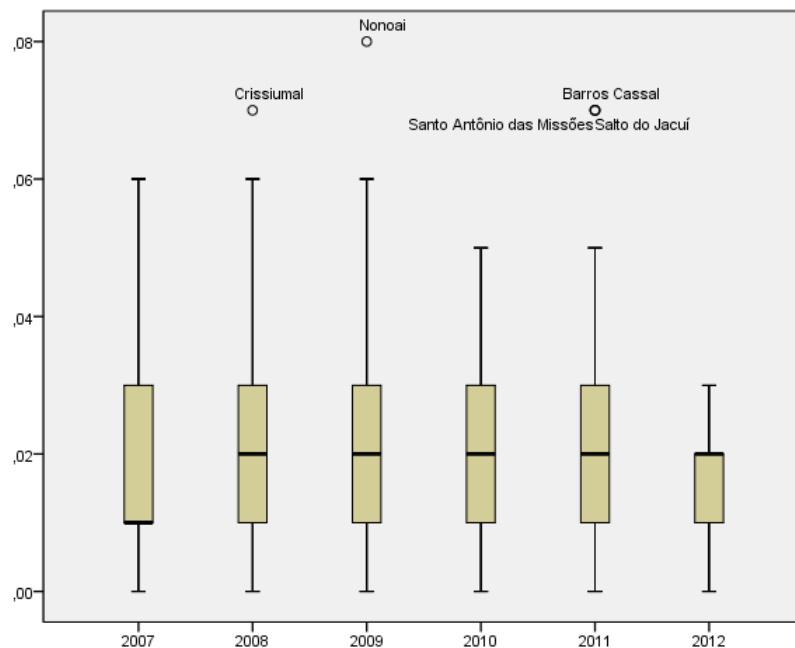
No entanto, estes não foram os municípios com maior representação de juros e encargos da dívida, Barros Cassal, inclusive, não apresentou despesas com juros e encargos ao longo dos anos. Dos cinco municípios o que apresentou maiores gastos com juros foi Nonoai em 2008, cerca de 2,10%, mas de igual forma manteve uma média ao nos seis anos de 0,65%.

O município de Três Cachoeiras, por sua vez, também não apresentou despesas referentes à dívida fundada, juntamente com Capela Santana, constituem os municípios com menor participação da dívida, mantendo o indicador sempre constante e igual à zero ao longo

do período analisado. Capela Santana foi outro município que apresentou baixa representação dos juros, com indicadores inferiores a 0,5% e igual à zero ao longo de três anos consecutivos, de 2007 a 2009.

No Gráfico 39 é apresentado o comportamento da participação da despesa da dívida fundada ao longo dos anos.

Gráfico 39 – Boxplot da participação da dívida fundada ao longo dos anos



Fonte: Autora.

Os gastos com a amortização da dívida dos municípios da amostra são em sua maioria baixa, entre 1% e 3%, com a presença de poucas anormalidades. Em 2012, percebe-se a menor dispersão de valores, mais de 50% dos municípios apresentaram gastos com a dívida fundada entre 0,05% e 2%, já de 2007 a 2009, manteve-se a mesma amplitude dos dados de aproximadamente 6%.

Em relação à participação do Passivo Financeiro descoberto nas receitas correntes, valor a maior do passivo em relação ao ativo financeiro, que constitui o déficit financeiro, cerca de 70% dos municípios analisados não apresentaram passivo a descoberto de 2012 a 2007, mantiveram o ativo financeiro sempre superior às obrigações.

Bom Jesus, por sua vez, apresentou déficit financeiro nos seis anos, mesmo em 2007, quando era o único município capaz de formar poupança a partir de seus recursos próprios, o

passivo a descoberto representava cerca de 10% das suas receitas correntes, sendo as obrigações superiores aos valores realizáveis em 24%.

No entanto, quando analisado ano a ano, o indicador mais alto ficou a parte de Bom Retiro do Sul. No ano de 2007, o passivo a descoberto deste município representava mais de 100% das receitas correntes, mesmo ano em que as despesas com pessoal sobrecarregaram os gastos públicos, somando duas vezes os valores das receitas.

Já o ano de 2012, foi o ano em que mais teve casos de municípios com passivo a descoberto, cerca de 18% dos municípios apresentaram indicador positivo, contudo os valores em sua maioria ficaram abaixo de 10%.

Por outro lado, Santo Augusto e Salto Jacuí, foram os municípios com os menores indicadores em relação à participação do passivo financeiro descoberto no período analisado, ou seja, o ativo financeiro dos dois se sobressai significativamente frente às obrigações, constituindo superávit financeiro nos seis anos.

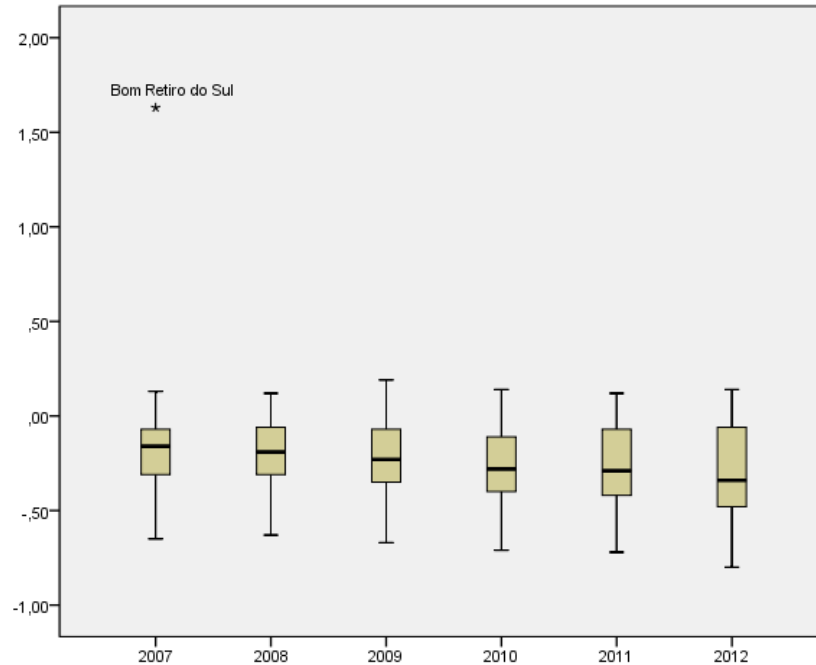
Vale destacar que um resultado financeiro positivo não é sinônimo, necessariamente, de uma boa gestão financeira, pois pode acontecer, por exemplo, mediante elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa na disponibilidade do período não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode refletir uma redução no endividamento.

Contudo, no caso de Santo Augusto e Salto do Jacuí, o fato de apresentarem o ativo financeiro superior ao passivo, está mais como indicador de equilíbrio das contas do que o oposto. Já que referente à participação da dívida fundada de Santo Augusto, a mesma não ultrapassa 2% da RCL e não apresenta crescimento constante ao mesmo tempo em que o decréscimo da participação do passivo descoberto. O mesmo se aplica a Salto do Jacuí, por mais que este município tenha apresentado indicador elevado em 2011, nos demais anos manteve uma média da participação das dívidas de 2,82%.

Pode-se perceber que de fato por mais que a mediana tenha apresentado decréscimo visualmente relevante, a distribuição dos valores não difere ao longo dos anos, ficando a maioria dos municípios com participação entre 50% e 10% abaixo de zero.

A dispersão deste indicador também chama a atenção, sendo que a menor amplitude foi de mais de 50%, no entanto não há a presença de muitos casos atípicos, apenas Bom Retiro do Sul, em 2007 (Gráfico 40).

Gráfico 40 – Boxplot da participação do Passivo Financeiro a descoberto nas receitas ao longo dos anos



Fonte: Autora.

Complementando a análise de endividamento, tem-se a análise a respeito da liquidez de cada município. A partir do quociente entre o ativo e o passivo financeiro, pode-se perceber que cerca de 80% apresentam excesso de liquidez nos seis anos, ou seja, alcançaram resultados da divisão superiores a 1, o que indica que o ativo financeiro é superior as obrigações.

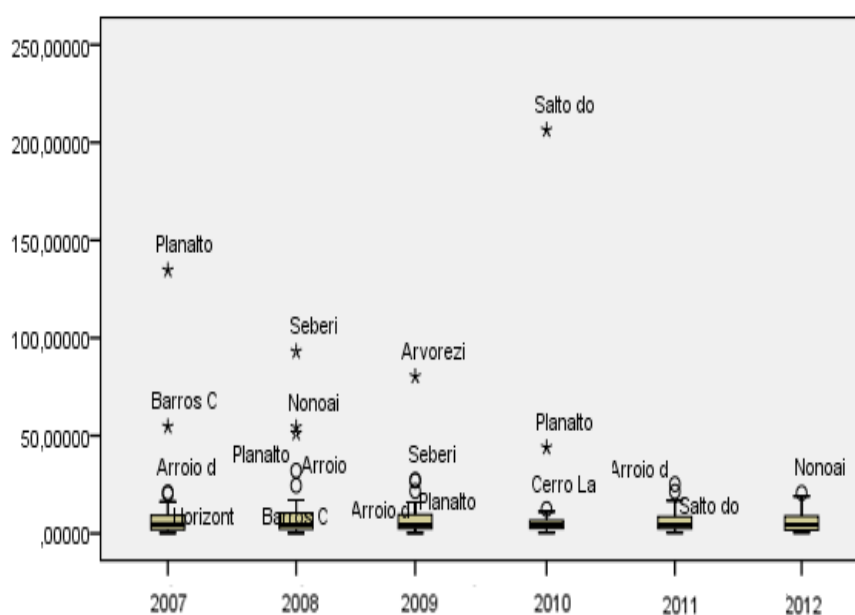
Arroio dos Ratos, Planalto e Salto Jacuí, foram os municípios com os maiores índices de liquidez no período estudado. Em 2011, Salto do Jacuí chegou a um quociente superior a 100, município este que já vinha se destacando positivamente quanto aos demais indicadores de endividamento, como o baixo percentual de participação do passivo descoberto, dado o valor superior dos ativos financeiros.

No entanto, Santo Augusto, que também apresentou superávit financeiro nos seis anos seguidos, não se sobressaiu da mesma forma que Salto do Jacuí, mesmo que tenha em todos os anos apresentado quociente acima de 1, sendo seu melhor resultado no ano de 2012, próximo a 20, que coincidiu com o melhor desempenho dos 45 municípios, sendo este período o com os menores resultados

Já Planalto, com alta capacidade de geração total de poupança, apresentou excesso de liquidez, próximo a 50. Arroio dos Ratos apresentou média dos seis anos de 30, este município, também se destacou quanto à inexistência de despesas com juros, e ao analisar ele em específico, pode-se verificar que o mesmo tampouco apresenta índices de participação da dívida altos, não chegam a sequer 3%.

Por outro lado, Bom Jesus, município que já deixou a desejar quanto a alta participação do passivo a descoberto, destacou-se novamente como o município com maior insolvência, é o único município que apresentou valor inferior a 1 em todos os seis anos analisados. Em 2008 a divisão resultou no valor de 0,18 valor mais baixo dentre os municípios. No Gráfico 41 se pode visualizar o comportamento da liquidez da amostra ao longo dos anos.

Gráfico 41 – Boxplot do comprometimento patrimonial ao longo dos anos



Fonte: Autora.

De forma geral pode-se afirmar que a título de endividamento a amostra não apresentou resultados insatisfatórios, já que a participação da dívida fundada e de seus encargos não ultrapassaram 8% das receitas correntes líquidas, no período em foco. Além disso, a maioria dos municípios apresentou superávit financeiro nos seis anos, e mesmo os que apresentaram passivos descobertos, sua participação foi inferior a 20% das receitas.

#### 4.8 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ NAS CLASSES

Neste tópico, procurou-se analisar os indicadores de endividamento e liquidez, também quanto ao número de habitantes, para verificar se o fator populacional influencia significativamente neste aspecto.

##### 4.8.1 Análise da normalidade do endividamento e liquidez entre as classes

Na Tabela 15 são apresentados os resultados dos testes de normalidade aplicados na amostra em relação aos indicadores de endividamento e liquidez por classe.

Tabela 15 – Resultados dos testes de normalidade para indicadores de endividamento e liquidez por classe

Indicador	Classe	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Participação da dívida fundada nas receitas correntes	A	,208	162	,000	,894	162	,000
	B	,273	66	,000	,778	66	,000
	C	,176	42	,002	,929	42	,012
Participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias	A	,090	162	,003	,867	162	,000
	B	,081	66	,200*	,956	66	,019
	C	,126	42	,090*	,889	42	,001
Participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança	A	,229	162	,000	,529	162	,000
	B	,447	66	,000	,267	66	,000
	C	,197	42	,000	,763	42	,000
Comprometimento patrimonial	A	,332	162	,000	,374	162	,000
	B	,187	66	,000	,839	66	,000
	C	,263	42	,000	,741	42	,000
Necessidade de recursos	A	,087	162	,004	,873	162	,000
	B	,076	66	,200*	,955	66	,018
	C	,124	42	,107*	,880	42	,000

Fonte: Autora.

A partir dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* com a correção de *Lilliefors*, e de *Shapiro-Wilk*, verificamos quatro situações em relação aos indicadores de endividamento e liquidez, nas quais o nível de significância excede 0,05, levando a não rejeição da hipótese de normalidade dos dados. No entanto, a maior parte dos dados tem seu nível de significância abaixo de 0,05, como se observa na Tabela 15.

Deste modo, não é possível analisar a massa de dados de maneira consistente pelo emprego de testes paramétricos, já que os dados em sua maioria não apresentaram os devidos pressupostos.

#### 4.8.2 Análise das variações dos indicadores de endividamento e liquidez por classe

Na tabela 16 pode-se inferir que o único indicador que não se manteve igual em relação às classes foi a participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança. Os demais não apresentaram diferenças a um nível de significância de 5%.

Tabela 16 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para indicadores de endividamento e liquidez por classe

Indicador	Sig.	Conclusão
Participação da dívida fundada nas receitas correntes	,895	Manter
Participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias	,352	Manter
Participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança	,020	Rejeitar
Comprometimento patrimonial;	,085	Manter
Necessidade de recurso;	,340	Manter

Fonte: Autora.

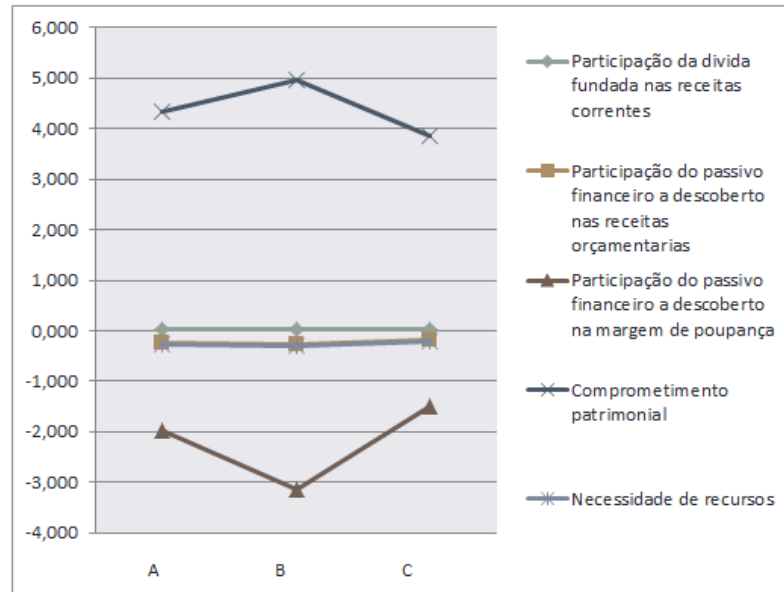
Ao analisar a mediana em relação às classes populacionais, verificou-se que, de fato, a participação da dívida fundada, do passivo financeiro nas receitas corrente e a necessidade de recursos, além das medianas não variam de uma classe para outra, apresentam valores próximos à zero.

Já o comprometimento patrimonial, possui variação da mediana, sendo o valor mais alto na classe B e mais baixo na classe C, no entanto, não variação relevante na distribuição dos valores como um todo.

A participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança, por sua vez, apresenta variação em relação às classes populacionais, a classe C, que abrange os municípios mais populosos da amostra, apresenta a maior participação, já os municípios da classe B, com população entre 13.585 e 16.980, os menores percentuais.

No Gráfico 42 é apresentada a evolução da mediana destes indicadores em relação às classes A, B e C.

Gráfico 42 – Evolução do endividamento e liquidez por classe



Fonte: Autora.

#### 4.8.3 Análise de desempenho do endividamento e liquidez por classe

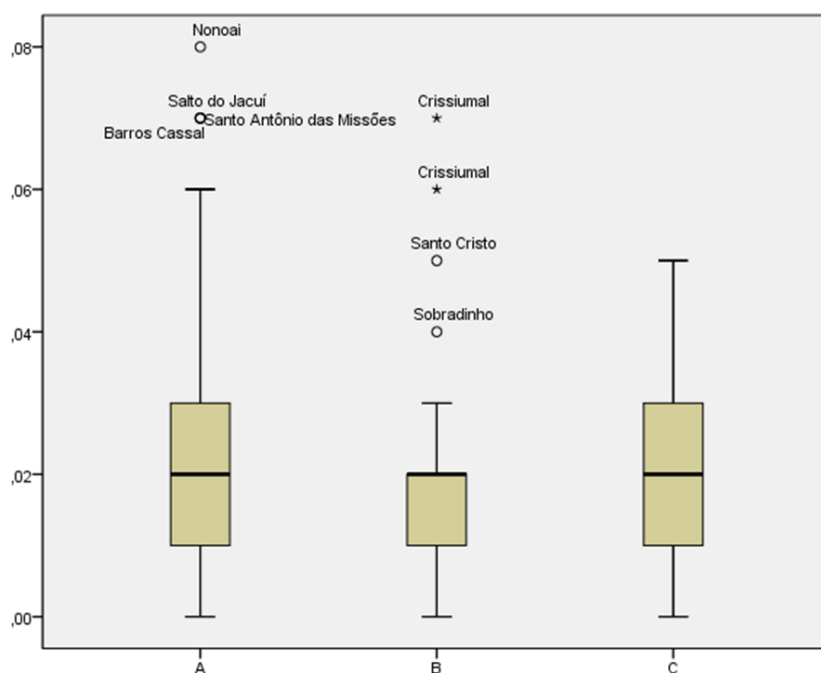
Ao analisar o desempenho destes indicadores, começando pela dívida fundada, indicador que apresenta o quanto foi gasto pelos municípios de amortização em relação às receitas correntes líquidas, observou-se que a sua participação não apresentou variação relevante quanto à quantidade de habitantes. A mediana desse indicador se manteve igual nas três classes. No entanto, a distribuição dos valores na classe A e C foram mais simétricas e dispersas que na classe B.

Quanto à presença de *outliers*, apenas a classe C não apresentou município com comportamento atípico, já as outras duas, apresentaram quatro cada uma. Dentre os municípios destaca-se Nonoai, município com maior participação dos gastos com amortização da dívida em relação à RCL, aproximadamente 8% da RCL. Já na classe B se pode destacar o município de Crissiumal, que apresentou comportamento anômalo externo com reincidência em ao menos dois dos seis anos.

No Gráfico 43 se pode visualizar melhor a respeito do comportamento da participação da dívida fundada em relação às classes populacionais.



Gráfico 43 – Boxplot da participação da dívida fundada por classe



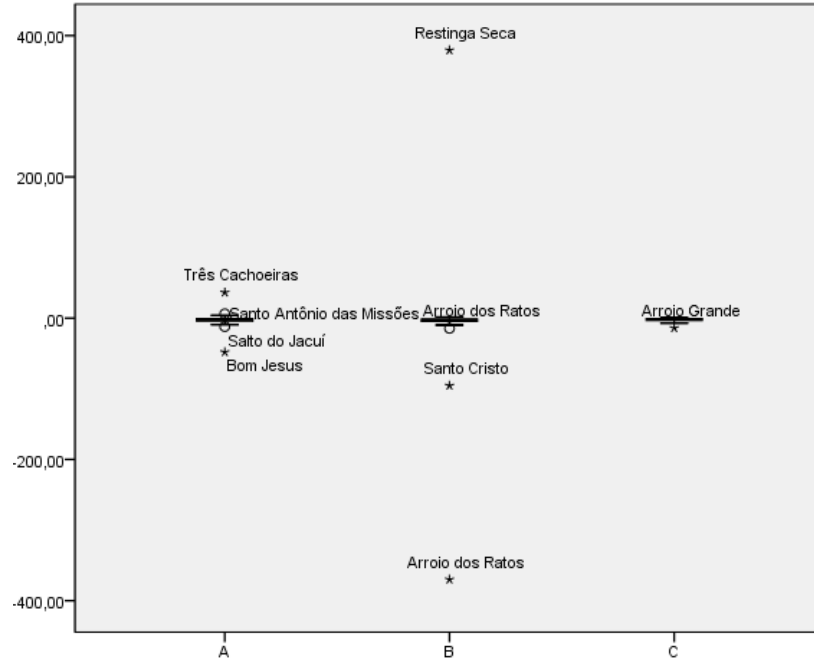
Fonte: Autora.

Em relação à participação do passivo financeiro descoberto na margem de poupança, o que mais chama a atenção é a existência de municípios com valores extremamente baixos e altos, concentrados na classe A e B.

Arroios dos Ratos foi o município que apresentou menor indicador, mais de 30.000% negativo no ano de 2010, tal valor se deu pela pouca diferença entre a receita corrente líquida e a despesas, ao mesmo tempo em que o ativo financeiro chega a ser oito vezes maior que o passivo, ou seja, este município apresentou superávit financeiro elevado em 2010, sem ter passivo descoberto e isto acarretou num indicador discrepante dos demais.

Já Restinga Seca foi o com maior índice, aproximadamente 38.000%, conforme se pode verificar no Gráfico 44. Tal comportamento se justifica, pela diferença negativa entre a RCL e as despesas correntes, onde as despesas apresentaram valor superior às receitas, bem como pelo ativo financeiro ser três vezes maior que o passivo, o que significa que este município também não possuía passivo financeiro descoberto, mas tampouco apresentou margem de poupança em 2012.

Gráfico 44 – Boxplot da participação do passivo financeiro descoberto na margem de poupança por classe



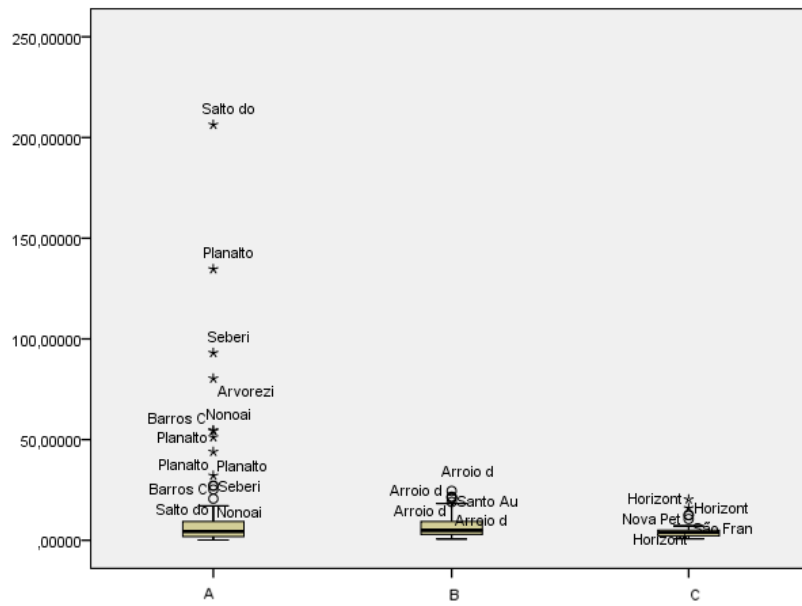
Fonte: Autora.

Quanto à liquidez calculada através do quociente entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, verificou-se que a maioria dos municípios da amostra, independente de classe, apresentou valores de solvência razoáveis, com presença de muitos *outliers* externos, principalmente na primeira classe.

Salto do Jacuí se destacou como município mais anômalo, no ano de 2010 o mesmo apresentou o maior percentual de solvência, mais de 200. Já Planalto foi o município da classe A que apresentou comportamento atípico com maior frequência, nos anos de 2007, 2008 e 2010.

Em relação à classe B pode-se destacar Arroio dos Ratos, com solvência superior a 20 em quatro dos seis anos. Na classe C tem-se a cidade de Horizontina, a mesma apresentou valores inferiores aos *outliers* das demais classes, no entanto, referente aos municípios dessa faixa populacional, foi o que apresentou maiores valores, 20 e 15 nos anos de 2007 e 2009 respectivamente, conforme se observa no Gráfico 45.

Gráfico 45 – Boxplot do comprometimento patrimonial por classe



Fonte: Autora.

## 5 CONCLUSÃO

O estudo conseguiu cumprir com o objetivo proposto, pois foi realizada uma análise da situação das finanças públicas dos municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2012, através da comparação e apreciação dos resultados obtidos via indicadores.

Em termos de receitas, a maioria dos municípios apresentou uma grande dependência das transferências vindas principalmente da União, conjuntamente com uma baixa capacidade de arrecadação de tributos próprios. Este fato retira dos governos municipais a autonomia para decidir sobre as finanças públicas, tendo uma restrição muito grande para aumentar seus gastos.

Apenas os municípios que conseguiram desenvolver atividades produtivas urbanas, apresentaram relevante capacidade de arrecadação própria, como é o caso das cidades litorâneas da amostra, Xangri-lá, Cidreira e Balneário Pinhal.

Os indicadores de receita não apresentaram grandes variações ao longo dos anos, com exceção das receitas de capital e da participação do FPM que apresentaram queda a partir de 2009, sendo que o primeiro conseguiu se recuperar no ano seguinte, já o FPM manteve seus valores em decréscimo até 2012.

No entanto, considerando o viés populacional a maioria dos indicadores de captação de recursos sofreu variação, ou seja, a classe a qual o município pertence influencia significativamente quanto às receitas. Desconsiderando os comportamentos discrepantes, quanto mais populosos são os municípios da amostra, maior é a participação das receitas tributárias, de capital e de ICMS, e menor é a participação do FPM, já que a sua finalidade é justamente prover maior igualdade entre os mesmos.

Quanto às despesas municipais, percebeu-se a predominância das despesas correntes, em detrimento das despesas de capital, o que sinaliza uma possível falta de capacidade dos governos municipais em prover infraestrutura para o crescimento das atividades econômicas urbanas nos municípios menores.

A participação das despesas de custeio, principalmente no tocante a despesa com pessoal, apresentaram, na maioria dos municípios, participação próxima a 50% da RCL, no entanto referentes aos investimentos, os mesmos mantiveram-se, em sua maioria, com participação inferior a 25%.

O município de Bom Retiro do Sul chegou a ultrapassar o teto do gasto com pessoal de 60% duas vezes ao longo dos seis anos e em 2011, sequer chegou a apresentar despesas de

capital. Os municípios de Feliz, Arvorezinha, por sua vez, apresentaram bons resultados em relação aos indicadores de despesa, com gastos com pessoal inferiores a 40% e bons níveis de investimento, próximos a 30%.

Dentre os indicadores de despesas, apenas o dispêndio da dívida fundada não apresentou variação ao longo dos anos, mantendo valores sempre próximos a 0%, o que indica a pequena participação dos juros de empréstimos contraídos pelos municípios, o que se justifica em parte pela baixa participação das receitas e das despesas de capital.

Já em relação à variação por classe, o único indicador que diferiu quanto a variável populacional foram as despesas com pessoal. Quanto mais populoso é o município menor é a representatividade destes gastos, no entanto, mesmo nos municípios da classe C, a maioria apresenta participação de 45% a 50%.

Os indicadores de resultado, por sua vez, permitiram concluir que quase todos os municípios da amostra são incapazes de pagarem suas despesas correntes apenas com as receitas próprias, muito menos constituírem alguma reserva a partir do dinheiro que arrecadam da população, o que reforça a constatação de que a maioria dos municípios da amostra apresenta pouca ou nenhuma autonomia financeira, dependendo em grande parte das transferências para arcarem inclusive com os seus gastos de manutenção.

Dos indicadores utilizados para análise do resultado, três apresentaram variação ao longo dos anos, no entanto, sem apresentar tendência de crescimento ou decréscimo, com altos e baixos ano a ano. Em relação às classes, nenhum destes índices apresentou variação, mantendo resultados semelhantes quanto a variável populacional.

A título de endividamento, de forma geral pode-se afirmar que a amostra não apresentou resultados insatisfatórios, já que a participação da dívida fundada e de seus encargos não ultrapassaram 8% das receitas correntes líquidas no período em foco. Além disso, a maioria dos municípios apresentou superávit financeiro nos seis anos, e mesmo os que apresentaram passivos descobertos, sua participação foi inferior a 20% das receitas.

Os municípios de Arroio dos Ratos e Salto do Jacuí apresentaram bons índices de liquidez indicando que possuem capacidade de pagamento. Além disso, Arroio dos Ratos apresentou baixo nível de endividamento, com percentuais de participação da dívida e encargos inferiores a 3%. Já Salto do Jacuí também se destacou nos seis anos pela presença de superávit financeiro, não sendo o mesmo proveniente de aumento no endividamento, mas sim indicando maior equilíbrio entre bens e obrigações.

Nos indicadores de endividamento, destaque para Três Cachoeiras e Capela Santana, que demonstraram baixos índices de comprometimento de sua RCL e utilização de capital de

terceiros. Já no município de Bom Jesus, devem ser observados estes indicadores, pois foi o município com maior insolvência da amostra, onde o total de ativo financeiro mostrou-se insuficiente para cumprir com o total de obrigações em quase todos os anos. Vale ressaltar que o mesmo apresentou decréscimo, referente aos seus bons desempenhos nos indicadores de capacidade de geração própria de poupança e capacidade de cobertura própria e total, de 2007 em diante.

Quanto à variação dos indicadores de liquidez e endividamento em relação a variável temporal não houve variação significativa. Em relação a variável populacional apenas o indicador de endividamento que retrata a participação do passivo a descoberto na margem de poupança variou em relação às classes, cabendo os valores mais elevados à classe C e os menores a classe B.

Destaca-se que os resultados obtidos por este estudo limitam-se a retratar a situação financeira de municípios com população entre 10.000 e 20.000 habitantes de um mesmo Estado, sendo que as análises não devem representar o conjunto de municípios de pequeno porte brasileiros, devido ao extenso número e diversas diferenças regionais entre estes. Tampouco em relação à totalidade dos municípios do Rio Grande do Sul, já que mais de 300 municípios ficaram de fora do estudo.

A análise permitiu uma visão sobre a situação financeira dos municípios por meio do cálculo dos indicadores elencados por Fonseca (2011), da utilização de técnicas estatísticas via PSPP e dos demonstrativos publicados, em cumprimento aos princípios constitucionais da transparência e publicidade.

Desta forma, foi possível obter informações importantes para os gestores e para a sociedade, no que tange a obtenção e utilização dos recursos públicos, contribuindo para a compreensão dos dados contábeis de ambos os usuários da informação.

Procura-se incentivar a ocorrência de pesquisas futuras sobre o tema, para um acompanhamento contínuo das práticas dos gestores da coisa pública por parte da sociedade, no entanto, sugere-se a utilização de mais indicadores a fim de obter informações mais detalhadas, bem como voltar os estudos para os demais entes públicos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um Guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BOVO, José Murari. O conceito de capacidade de poupança própria na análise das finanças municipais. **RAP: revista de administração pública**, Rio de Janeiro, p. 110-4, jan./mar., 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8295/70>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 4320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n.1.881, de 27 de agosto de 1981. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11881.htm)>. Acesso em: 09 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidadepublica/manuais-de-contabilidade-publica>>. Acesso em: 02 maio. 2017.

BREMAEKER, François E. J.. **Reforma Tributária: vantagem ou desvantagem para os municípios**. Salvador: Transparência municipal, 2011. Disponível em: <[http://www.oim.municipal.org.br/abre\\_documento.cfm?arquivo=\\_repositorio/\\_oim/\\_documentos/E2197D39-D92A-AA47-A921B9958CD4ACCE03102011094320.pdf&i=1543](http://www.oim.municipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/E2197D39-D92A-AA47-A921B9958CD4ACCE03102011094320.pdf&i=1543)>. Acesso em: 29 maio. 2017.

BRUNI, Adriano Leal. **SPSS: guia prático para pesquisadores**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.129**, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NCB T 16.2 - patrimônio e sistemas contábeis. Disponível em: <[www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1129.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1129.doc)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 1.133**, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NCB T 16.6 - demonstrações contábeis. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001133doc](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001133doc)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CRUZ, Flávio da; PLATT NETO, Orion Augusto. A influência da limitação das despesas com pessoal na gestão pública e um perfil comportamental dos municípios catarinenses. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-23, dez./mar., 2001. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/iss ue/archive>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Firjan). **IFGF 2016**: análise especial Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[http://www.firjan.com.br/data/files/87/20/3B/70/EFD265100AB8C955A8A809C2/An\\_lise%20Especial%20IFGF%20-%20RS.pdf](http://www.firjan.com.br/data/files/87/20/3B/70/EFD265100AB8C955A8A809C2/An_lise%20Especial%20IFGF%20-%20RS.pdf)> Acesso em: 14 maio de 2017.

FONSECA, Gleison Lopes. **Diagnóstico financeiro do município de Ribeirão Preto e microrregião**. 2011. 113 p. Monografia (graduação em Administração de empresas)-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/81/812004/tce-24052013-094119/?&lang=br>> Acesso em: 15 maio de 2017.

GOVERNMENTAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (GASB). **Objectives of financial reporting**: concept statement n. 1. Governmental Accounting Standard Series: Norwalk, 1987. Disponível em: <<http://www.gasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobwhere=1175824062706&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>> Acesso em: 14 maio de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade pública**. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/livros\\_UEPB\\_053\\_2012/04contabilidade%20p%20Fablica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/livros_UEPB_053_2012/04contabilidade%20p%20Fablica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). Normas internacionais de contabilidade para o setor público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS). **IPSAS 25** – benefícios a empregados. Tradução do Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/ipsas2010\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/ipsas2010_web.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/caracteristicas\\_da\\_populacao\\_tab\\_municipios\\_zip\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm)>. Acesso em: 02 dez. 2016.

KOHAMA, Heilio. **Balancos públicos**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Curso de finanças públicas**: uma abordagem contemporânea. São Paulo: Atlas, 2015.



LIMA, Severino de; DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade pública**: análise financeira governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LINS, Luiz Santos; FRANSCICO FILHO, José. **Fundamentos e Análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Portal de contabilidade, 2009. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>>. Acesso em: 13 maio de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, Euvaldo. **Finanças públicas**: administração financeira e orçamentária. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Finanças públicas**: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Série provas & concursos**: administração pública. 4. ed. São Paulo: Método, 2015. Não paginado.

PESTANA, Marcio. **Direito administrativo brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Não paginado.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado**: guia para projetos em organizações de governo e de negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SECRETÁRIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais**: Fundo de Participação dos Municípios – FPM. 2013.

Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/190777/Cartilha\\_FPM.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/190777/Cartilha_FPM.pdf)> Acesso em: 10 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Manual de contabilidade aplicado ao setor público**. 6. ed. 2014. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773)>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TREVISAN, Ronie et al. Desenvolvimento de um modelo de indicadores contábeis para a avaliação da gestão financeira em prefeituras municipais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg\\_2008/2008\\_ENAPG302.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAPG302.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2016.

TRIOLA, Mario. F. **Introdução à Estatística**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

TRISTÃO, José Américo Martelli. **A administração tributária dos municípios brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação**. 2003. 181 p. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2568/86620.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Manual de orçamento público**. São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.unifesp.br/reitoria/etageae/images/ct\\_controladoria/mop\\_26\\_05.pdf](http://www.unifesp.br/reitoria/etageae/images/ct_controladoria/mop_26_05.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2016.

WICKERT, Ilse Maria Beuren. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 05/2006

ZMITROWICZ, Witold; BISCARO, Cibele; MARINS, Karin Regina de Casas Castro. **A organização administrativa do município e o orçamento municipal**. São Paulo: EPUSP, 2013. Disponível em: <[http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT\\_0020.pdf](http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_0020.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2016.